



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 2/2021/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.010394/2020-17

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

ASSUNTO: Recurso apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) contra a Deliberação nº 88/2018 do CBH Paranaíba.

I - HISTÓRICO

1. Trata-se de recurso apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) contra a Deliberação nº 88 do CBH Paranaíba que, em 27 de março de 2018, aprovou as diretrizes para regulação de usos na Bacia do rio São Marcos, dentre as quais destacam-se:

"Diretrizes aos órgãos gestores para a regulação integrada dos usos de Recursos Hídricos

Item 1. Elevar para 13,61 m³/s a vazão limite para usos consuntivos a montante da UHE de Batalha, em 2017, reduzindo-se para tanto a vazão reservada para geração de energia.

Item 2. Na regularização dos usos na área de interesse, para finalidade de irrigação, será estabelecido o limite de 0,20 L/s/ha/ano, em média para a bacia, levando em consideração a necessidade de água para cada cultura, tendo como referência os coeficientes de cultura (Kc) da EMBRAPA, combinando a proporção entre irrigação plena e irrigação complementar para obtenção dos limites estabelecidos.

Item 3. Elevar linearmente até 2040, a vazão limite para irrigação a montante da UHE de Batalha, respeitando os parâmetros estabelecidos no item 2 até o atendimento da área irrigada de 200 mil hectares no período de vigência da outorga concedida a UHE de Batalha.

Item 4. Adotar a regularização dos usos com valores de referência variáveis entre os meses do ano, considerando a sazonalidade das vazões.

Item 5. Considerar alternativa de reservação de excedentes por meio de barramentos em cursos d'água com regularização plurianual e reservatórios de grande porte fora dos leitos naturais, a montante da UHE de Batalha.

Item 6. Com vistas à obtenção da regularidade no atendimento das obrigações impostas em decorrência do acordo de gestão, os órgãos gestores deverão

fomentar os processos coletivos de gerenciamento local dos Recursos Hídricos por sub-bacia, com ênfase:

- Na identificação dos usos implantados e revisão dos valores concedidos;*
- No monitoramento dos usos e das disponibilidades;*
- Na alocação negociada da água disponível;*
- No planejamento de safras;*
- Na adoção de estratégias emergenciais frente às situações críticas;*
- Na racionalização da irrigação, inclusive buscando a automação.*
- Na reservação coletiva das águas excedentes; etc."*

2. No documento, recebido em 09 de setembro de 2018 (3033778), a recorrente alega que:

"- A Deliberação nº 88, de 27 de março de 2018, contrariou a Lei nº 9433/97, ao determinar novas diretrizes para o ato de outorga, bem como ignorou que a retirada de vazão outorgada (reservada) para a geração de energia da UHE Batalha afetaria direta e sensivelmente as gerações reais e a Garantia Física de energia dos demais empreendimentos hidrelétricos localizados a jusante da UHE Batalha;

- A Deliberação Nº 88 do CBH Paranaíba é ato inválido, porque construído a partir de diretrizes inválidas. A invalidade desta se justifica na ausência de estudos que a subsidie, como manifestado pelo próprio órgão que as elaborou (GT São Marcos), contrariando assim a orientação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

- A decisão mais uma vez contraria a Lei nº 9.433/1997 da Política Nacional de Recursos Hídricos, na medida que não observa seu princípio fundamental, ou seja, a garantia do uso múltiplo da água. Portanto, para se estabelecer prioridade para outorga de direito de uso, não pode significar a exclusão de outros usuários[...]

- O precedente que se aventa pelo CBH Paranaíba opera como um estimulante de conflitos de usos pelos recursos hídricos, objetivo contrário ao determinado pela Lei das Águas aos Comitês de Bacia. Isto porque os usos instalados poderão ter suas outorgas revistas ou suspensas a qualquer tempo, sem o ressarcimento aos investimentos aplicados e eventualmente não amortizados."

3. Na sequência a recorrente solicitou que a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais - CTIL (atual Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL) avaliasse o pedido de recurso contra a deliberação do CBH Paranaíba, apreciando a possibilidade de revisão da referida decisão.

4. O assunto voltou a ser pauta em 2020, em virtude de alterações na estrutura organizacional que transferiu o CNRH para o MDR, ocasião em que a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL/CNRH, após deliberação, decidiu por solicitar a manifestação da Consultoria Jurídica que atua junto a este Ministério, dada a intempestividade do recurso.

5. A CONJUR/MDR emitiu Parecer Jurídico n.00118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU (3074015), em que avaliou a possibilidade de conhecimento do recurso e a competência do CNRH para recepcionar e apreciar tais atos. O parecer concluiu por reconhecer a competência do CNRH, alertar do não atendimento dos pressupostos recursais de regularidade e tempestividade e recomendar o conhecimento do recurso a título de direito de petição.

6. O referido Parecer foi apresentado na 7ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL, do dia 31 de março de 2021 (Memória de Reunião SEI 3179850), ocasião em que os membros entenderam, por decisão da maioria, ser possível receber o recurso como direito de petição do setor elétrico. Também por decisão da CTAL foi solicitado, por meio do Ofício nº 15/2021/DRHB/SNSH-MDR, que a ANA, o CBH Paranaíba e as Associações ABRAGE e ABRAGEL apresentassem informações complementares referentes aos desdobramentos da Deliberação CBH Paranaíba nº 88/2018 (3179884, 3180072, 3180074) viabilizando análise mais

detalhada pela CTAL a fim de subsidiar decisão final do CNRH, conforme as recomendações 30 e 31 do Parecer Jurídico da CONJUR/MDR, transcrito abaixo:

“30. Caso o CNRH delibere por conhecer do recurso a título de direito de petição do recorrente, conforme aqui explicado, recomenda-se que, antes da deliberação de mérito do CNRH acerca das questões recursais suscitadas, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA seja instada a se manifestar a fim de subsidiar a decisão do CNRH.

31. É preciso saber, inclusive, se foi tomada alguma decisão da ANA com base na Deliberação nº 88/2018 do CBH Paranaíba ou se foi editada Resolução da ANA que estabeleça, com base nessa Deliberação, marco regulatório da respectiva bacia hidrográfica, esclarecendo ainda se continua em vigor a Resolução ANA nº 562/2010. Trata-se de avaliar questões que podem sofrer as consequências da eventual decisão acerca da Deliberação nº 88/2018 do CBH Paranaíba”.

7. Em resposta ao requerimento a ANA enviou o Ofício Nº 44/2021/GAB/ANA (SE3179884 e Processo anexo SEI 59000.008900/2021-81), que encaminha a Nota Técnica Conjunta nº 2/2021/SRE/SFI/SPR/SAS, bem como a Nota nº 00017/2021/COEPA/PFEANA/PGF/AGU e o Despacho de Aprovação nº 00187/2021/GAB/PF/PFEANA/PGF/AGU, com os respectivos anexos.

8. Destaca-se a conclusão apresentada pela ANA por meio da Nota Técnica Conjunta Nº 2/2021/SRE/SFI/SPR/SAS, assim como a manifestação jurídica da Procuradoria da ANA por meio do Despacho de Aprovação n. 00187/2021/GAB/PF/PFEANA/PGF/AGU (página 251 do Ofício nº 44/2021/GAB/ANA - 3179884):

Nota Técnica Conjunta Nº 2/2021/SRE/SFI/SPR/SAS:

“77. Ainda que não tenha havido deliberação do CNRH por conhecer o recurso a título de direito de petição, foi realizada análise quanto às questões apresentadas.

78. Diante do exposto, verifica-se que, sob o ponto de vista técnico, entendemos que não houve qualquer transgressão nas Deliberações do CBH Paranaíba ao disposto na legislação vigente, em especial Lei nº 9.433, nas Resoluções CNRH nº 5, de 2000, e nº 145, de 2012, no Decreto nº 10.000, de 2019, e no Regimento Interno do CNRH. Pelo contrário, as Deliberações foram elaboradas, discutidas e decididas de forma participativa tecnicamente fundamentada, seguindo também os procedimentos definidos na legislação e orientações da Procuradoria Federal junto ao MMA (CONJUR/MMA) e da ANA.

79. Dessa forma, ressaltamos o caráter participativo e a densidade técnica de todo processo que culminou na edição da Deliberação nº 88, de 2018, do CBH Paranaíba, o que está em alinhamento com o princípio da gestão descentralizada e participativa da Lei nº 9.433, de 1997.

80. Considera-se importante que o CNRH preserve a decisão, legal e legítima, do Comitê da Bacia do rio Paranaíba relativa à edição da Deliberação nº 88, de 2018, fortalecendo assim as instâncias participativas e decisórias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.”

Despacho de Aprovação n. 00187/2021/GAB/PF/PFEANA/PGF/AGU

“Aprovo a NOTA n. 00017/2021/COEPA/PFEANA/PGF/AGU pelos seus próprios fundamentos.

Com efeito, não há nenhuma demonstração, muito menos comprovação, de qualquer eiva de ilegalidade ou de abusividade que venham a macular a higidez e a idoneidade nos procedimentos administrativos, como reiteradamente tem assinalado esta Procuradoria.

Segundo a competente manifestação da CONJUR/MDR, o CNRH pode conhecer ou não do requerimento. Se o CNRH decidir pelo conhecimento do requerimento poderá deferi-lo ou indeferi-lo. Para acolher os pleitos dos requerentes, o CNRH deverá reconhecer a prática de atos ilegais ou abusivos, que não restaram, até o presente, demonstrados nem comprovados.

Nessa perspectiva, a eventual revisão da Outorga somente seria válida se estiver em plena sintonia e conformidade com os pressupostos legais

autorizadores dessa medida. Daí que no presente momento, não há justo motivo para que não seja editado o Marco Regulatório do São Marcos. O quadro normativo e as circunstâncias fáticas não autorizam a não edição do citado marco regulatório, isso porque estão em pleno e válido vigor as diretrizes da Deliberação n. 88/2018 do CNRH.”

9. Em resposta ao Ofício nº 15/2021/DRHB/SNSH-MDR, o setor elétrico encaminhou informações complementares, por meio da **Carta Conjunta ABRAGE / ABRAGEL nº 01 / 2021 (3180072)**, dentre as quais destaca-se o seguinte:

“Dessa forma, é inadmissível a revisão de qualquer parâmetro regulatório sobre a utilização de recursos hídricos que afete reservatórios de usinas hidrelétricas sem que os agentes institucionais estejam devidamente articulados, o que, à evidência, não ocorreu.

Impõe destacar, que apesar do governo federal e alguns empreendedores do SEB participarem do Comitê de Bacia do Paranaíba, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, que faz todo o planejamento de operação das usinas, assim como a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que pediu a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica da UHE Batalha, não fizeram parte do CBH, nem foram convidados para participar de nenhuma reunião.

(...)

Assim, ao priorizar o uso da água para fins de irrigação à montante da UHE Batalha, em detrimento dos demais usos já outorgados e implantados na bacia, o CBH Paranaíba descumpriu o fundamento legal da Lei n. 9.433/1997, o qual estabelece que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

Adicionalmente, a Deliberação nº. 88/2018 contraria os objetivos da outorga de direito de uso dos recursos hídricos, de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, visto que permitiu o aumento de uso consuntivo sem amparo no PRH Paranaíba e sem a devida fiscalização e monitoramento, resultando em tratamento assimétrico e não equânime aos usuários e colocando em risco a sustentabilidade hídrica da bacia”.

(...)

Diante de todo o exposto, entende-se de grande importância, que o CNRH, através do devido processo administrativo, principalmente em parecer da CTAL-Câmara Técnica de Assuntos Legais, conclua pela necessidade de revisão da Deliberação nº. 88/2018 do CBH Paranaíba, e devolva a matéria para que o CBH realize nova deliberação com base nos aspectos técnicos e jurídicos demonstrados no direito de petição.”

10. O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba, por sua vez, enviou o **Ofício nº 029/2021/DIR**, apresentando o histórico das discussões no âmbito do Comitê, informando que a Deliberação do CBH Paranaíba nº 88/2018, define as diretrizes para regulação de usos na bacia do rio São Marcos conforme estabelecido em normativa anterior: Deliberação do CBH Paranaíba nº 70/2016, que define prioridade para outorga de direito de uso dos recursos hídricos a montante da UHE Batalha no Rio São Marcos. Reitera que a Deliberação 88/2018 foi pautada no princípio da legalidade, seguindo rigorosamente todos os trâmites necessários:

“Portanto, pode-se verificar que houve um longo processo de discussão por cinco anos, seguindo o rito processual da Lei Federal nº 9.433/1997 e normativas do CBH Paranaíba, respeitando absolutamente o caráter participativo da discussão entre todos os segmentos interessados, levando a aprovação da Deliberação do CBH Paranaíba nº 88/2018, que trouxe diretrizes para regulação de usos na bacia do rio São Marcos”.

(...)

“o CBH Paranaíba requer que a presente documentação seja recebida e anexada ao processo em epígrafe, reiterando o pedido de não acolhimento do recurso interposto pela ABRAGE e ABRAGEL, em virtude de não atendimento aos pressupostos legais de admissibilidade, conforme manifestado no parecer

nº 00118/2021/CONJUR-MDR-CGU-AGU, ainda, requer, em análise de mérito, que não seja deferido o pleito exposto no direito de petição, uma vez que restou comprovado a legalidade de todos os atos praticados pelo CBH Paranaíba."

11. Recebidos os documentos complementares a CTAL voltou a se reunir para deliberar sobre a admissibilidade do recurso. Na 9ª Reunião da CTAL, de 10 de junho de 2021, votaram os representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Regional, de Infraestrutura; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; os irrigantes; pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e de turismo; organizações da sociedade civil; organizações técnicas de ensino e de pesquisa; e os conselhos estaduais de recurso hídricos por recomendar que a plenária do CNRH não conheça da petição. Por outro lado, o Ministério de Minas e Energia, a Confederação Nacional da Indústria e os demais representantes das concessionárias de geração de energia defenderam o reconhecimento do direito de petição e enfatizaram a violação à Lei nº 9.433/1997, a falta de dados técnicos e a ofensa aos princípios constitucionais.

II - ANÁLISE

12. Conforme já ressaltou o Parecer Jurídico n. 00118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU é certo que a admissibilidade recursal não se confunde com o eventual provimento do recurso. Admitir ou receber um recurso significa que ele será conhecido, isto é, ele terá o seu mérito analisado e então poderá ser provido ou não.

13. Contudo, para que possa ser recebido, tal ato deve atender aos requisitos de admissibilidade recursal, destacando-se no caso em análise a regularidade e a tempestividade.

14. Deve-se considerar também a falta de uma disposição normativa específica no âmbito do CNRH acerca das formalidades dos recursos contra as decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica, situação em que deve ser aplicada a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Neste contexto, destacam-se os artigos 56, § 1º; 59; 63, I, II, III, IV, § 1º e 2º da referida Lei, conforme abaixo:

CAPÍTULO XV

DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

*§ 1o O recurso **será dirigido à autoridade que proferiu a decisão**, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.*

[...]

*Art. 59. Salvo disposição legal específica, **é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.*

[...]

*Art. 63. O **recurso não será conhecido** quando interposto:*

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1o Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

§ 2o O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de

ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

[...]

15. Conforme evidenciado no Parecer n. 00118/2021/CONJUR-MDR/CGU/AGU:

*“18. A **regularidade**, como pressuposto recursal, significa que as formalidades legais devem ser obedecidas (ex: forma de interposição e motivação). No presente caso, verifica-se que o recurso realmente não foi dirigido à autoridade que proferiu a decisão (foi dirigido ao Secretário Executivo do CNRH, e não ao CBH Paranaíba), como determina o art. 56, §1º, da Lei nº 9.784/99. **E o art. 63, inciso II, da aludida Lei, estabelece que o recurso não será conhecido se interposto perante órgão incompetente.***

*19. No tocante à **tempestividade**, pressuposto recursal segundo o qual o recurso deve ser interposto dentro do prazo legal, sob pena de preclusão, também se verifica que o recurso em tela não observou o prazo de 10 (dez) dias previsto no art. 59, caput, da Lei nº 9.784/99. Embora não conste nos autos a data da ciência ou divulgação oficial da Deliberação nº 88, de 27 de março de 2018, do CBH Paranaíba, a recorrente interpôs o recurso somente em 09/09/2018. **E o art. 63, inciso I, da citada Lei, estabelece que o recurso não será conhecido se interposto fora do prazo.**”*

Ressalta-se ainda que o plenário do CBH Paranaíba aprovou, em 10 de junho de 2010, a Deliberação nº 19, que definiu os procedimentos para arbitrar administrativamente os conflitos relacionados ao uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paranaíba, conforme preconiza o art. 38 da Lei Federal nº 9.433/1997. Sendo, então, a autoridade competente para resolver o conflito em primeira instância.

Por fim o Parecer avalia que há possibilidade de conhecimento do recurso como Direito de Petição, conforme transcrito a seguir:

*“23. O direito de petição é um direito fundamental previsto no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, o qual assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, “o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”. **Trata-se da faculdade de qualquer pessoa, física ou jurídica, de provocar o Poder Público para a defesa de direitos, individuais ou da coletividade, em face de ilegalidade ou abuso de poder.***

[...]

26. Logo, as questões veiculadas por meio do recurso administrativo contra a Deliberação nº 88/2018 do CBH Paranaíba podem e devem ser conhecidas pela Administração Pública à luz do direito de petição, observadas as atribuições da ANA e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com sua esfera de competência.”

- **Avaliação na 9ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais – 10 de julho de 2021.**

16. Diante do histórico do processo e dos documentos juntados pelos interessados, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL realizou a 9ª Reunião em 10 de junho de 2021, para dar prosseguimento a análise do pedido do recurso das Associações Abrage/Abragel.

17. Inicialmente foi realizada a apresentação, anexa, por parte das Associações, representada pela ABIAPPE, seguida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e pela Agência de Águas e Saneamento Básico. As instituições defenderam seus posicionamentos registrados nos documentos previamente encaminhados, cujos principais pontos estão sintetizados no histórico deste parecer.

18. Aberta a palavra para manifestação dos membros da CTAL, houve um longo debate sobre entendimentos jurídicos acerca de direito de petição e questões procedimentais para entrar com recurso, além do papel do CNRH como

a instância competente para resolver conflitos desta natureza.

19. Em face dos questionamentos apresentados, levou-se a realização de dois momentos de votação, conforme tabela anexa (3322849).

20. Quanto ao primeiro questionamento, dos presentes, 12 votaram contra a admissibilidade da petição e 3 a favor, concluindo pela recomendação ao CNRH do não recebimento da petição.

21. Quanto ao segundo questionamento, 12 dos presentes entenderam que não houve ilegalidade ou abuso na Deliberação da CBH Paranaíba, enquanto 3 das instituições votantes presentes entenderam que houve ilegalidade ou abuso na mencionada deliberação.

22. Assim, firma-se como recomendação da CTAL a não admissibilidade da petição. Mas caso esta seja admitida, sugere o indeferimento do pedido, mantendo a decisão da Deliberação nº 88, de 2018, do CBH Paranaíba.

23. Recomenda ainda que a CTAL proponha um rito procedimental para a interposição de recursos, visto que há essa lacuna nas normas do CNRH.

III - CONCLUSÃO

24. Considerando o histórico do processo e dos documentos juntados pelos interessados, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL reuniu-se em 10 de junho de 2021 para dar continuidade a análise do recurso apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) contra a Deliberação nº 88, de 2018, do CBH Paranaíba.

25. Diante das manifestações proferidas e dos votos apresentados, a CTAL conclui por recomendar ao CNRH a não admissibilidade da petição interposta. Mas caso esta seja admitida, sugere o indeferimento do pedido, mantendo a decisão da Deliberação nº 88, de 2018, da CBH Paranaíba.

26. Parecer aprovado na 10ª Reunião da CTAL, em 16 de agosto de 2021.

Anexos: Tabela de votação (3322849) e Transcrição da reunião - ATA (3326267).

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR
Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 31/08/2021, às 15:22, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3318079 e o código CRC **28B2C180**.

ANEXO 1						
9ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL) - 10/07/21						
Assunto: Avaliação do Recurso apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE) e Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) contra a Deliberação nº 88/2018 do CBH Paranaíba.						
	Processo de Votação					
REPRESENTAÇÃO NA CTAL	Admissibilidade da petição			Em se conhecendo, foi identificado atos abusivos ou ilegais na Deliberação CBH Paranaíba 88/2018?		
ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Sim	Não	Abstém	Sim	Não	Abstém
Ministério do Desenvolvimento Regional (SNSH/DRHB)		1			1	
Ministério da Justiça e Segurança Pública (Funai)						
Ministério da Infraestrutura		1			1	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		1			1	
Ministério de Minas e Energia	1			1		
Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos DF e ES		1			1	
Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos RS, SC e PR		1			1	
Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos RJ, SP e MG		1			1	
Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos PI, MA e CE						
Irrigantes		1			1	
Indústrias	1			1		
Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário		1			1	
Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica	1			1		
Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos Lazer e Turismo		1			1	
Comitês de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União		1			1	
Organizações Tec. E de Ensino e Pesquisa		1			1	
Organizações não Governamentais		1			1	
Resultado da Votação	3	12	0	3	12	0



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

9ª Reunião da CTAL

Brasília/DF.
10 de junho de 2021

(Degravação ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2 **Regional)** – Pediu a palavra, Júlia?

3 **Sra. Julia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
4 **Hidrelétrica)** – Pedi, desculpa. Eu só queria tirar uma dúvida, desculpa, boa tarde,
5 antes de começar a reunião, e como tu falou que vai sair, eu fiquei na dúvida que
6 a Roseli provavelmente fica coordenando, como é que vai ficar? E quem fica
7 respondendo pelo MDR?

8 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
9 **Regional)** – É o Anderson, o Anderson que é o Anderson Bezerra que está aqui
10 conosco. Daí eu encaminho assim para ele coordenar nesse tempinho que eu vou
11 ter que me ausentar. Mas eu acredito que seja rápido, viu Júlia.

12 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
13 **Hidrelétrica)** – Perfeito. Obrigada então, Anderson, seja bem-vindo aí, prazer em
14 te conhecer.

15 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Muito
16 obrigado.

17 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
18 **Hidrelétrica)** – Então Roseli, você quer checar?

19 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Vou projetar
20 muito rápido aqui. Sim, vou projetar aqui a presença, gente, só, já verifiquei que
21 tem quórum, mas só para vocês terem ciência aí. Então já temos quórum, até
22 agora só não vi aqui chegando o Ministério da Justiça, e da Infraestrutura. Mas o
23 resto, todos presentes.

24 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
25 Infraestrutura, estou aqui. Ana Camila.

26 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Ana Camila,
27 presente. Então falando rapidinho. Ministério do Desenvolvimento Regional,
28 presente. Ministério da Justiça. Ministério da Infraestrutura, Ana Camila, presente.
29 Ministério da Agricultura e Pecuária, Gustavo e Liciane estão presentes. Minas e
30 Energia, o Mauro, o Igor e a Marlian estão presentes. DF, Conselho Estadual do
31 DF, Espírito Santo, Reginaldo, presente. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e
32 Paraná, Paulo Paim, Leonardo e a Raíza estão presentes. Minas Gerais, Rio de
33 Janeiro e São Paulo, César está presente, não sei se a Renata e a Livia estão.
34 Ceará, Piauí e Maranhão não verifiquei, se tiver presente, Rafael. Irrigantes,

35 Jordana está presente, não é Jordana? Indústrias. Maria do Socorro, presente.
36 Prestadoras de Serviço, o Antônio e o Allysson também estão presentes.
37 Concessionárias autorizadas, a Júlia, Maria Aparecida, estão presentes. Lazer e
38 Turismo, o Vinicius presente. Comitê de Bacia Hidrográfica, o Breno Lasmar,
39 presente. Não sei se o Roberto.

40 **Sr. Luiz Roberto Porto Farias (Comitê de Bacia Hidrográficas rios de Domínio**
41 **da União)** – Roberto Farias, presente.

42 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Ok, o Roberto
43 Farias, presente. E as Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa, Célia Rennó
44 está presente, e organizações não governamentais, a Liliam Cristina está
45 presente. João Clímaco está presente? Ainda não. E pela ANA, desculpe, eu não
46 vi os representantes do apoio técnico da ANA, mas eu vi que chegaram alguns, se
47 quiserem só falar rapidamente para a gente. Nós já temos quórum, Wilson.

48 **Sr. André Pante (ANA)** – André Pante da ANA.

49 **Sra. Viviane dos Santos Brandão (ANA)** – Eu sou a Viviane, também da ANA,
50 trabalho com o Pante, o André Pante.

51 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
52 **Regional)** – Patrick também entrou, não é Patrick?

53 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – Olá Wilson, boa tarde, Patrick Thomas da ANA. Boa
54 tarde a todos.

55 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
56 **Regional)** – Boa tarde, Patrick.

57 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Eu vi que o
58 George também da Infraestrutura chegou, então já temos quórum, Wilson.

59 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
60 **Regional)** – Muito bem. Então...

61 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – Wilson, também a equipe da Procuradoria da ANA,
62 está bom?

63 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
64 **Regional)** – Ah, que bom. Quem está presente pela Procuradoria da ANA,
65 Patrick?

66 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – É a Nayra e o Neildo.

67 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
68 **Regional)** – Ah sim, muito bem.

69 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Boa tarde.

70 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
71 **Regional)** – Obrigado aí pela presença.

72 **Sr. Neildo F.P. Lima (ANA)** – Boa tarde a todos. Neildo.

73 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
74 **Regional)** – Então, nós tínhamos inicialmente colocado essa pauta na nossa
75 reunião que ocorreu dia 26 de maio, e como o material complementar que foi
76 trazido pelo Comitê de Bacia, pelas associações do setor elétrico, e pela ANA, é
77 um material bastante consistente, principalmente a nota da ANA que trouxe um
78 longo histórico de anexo. A gente conversou, conversei com algumas pessoas, a
79 gente achou melhor fazer esse adiamento dessa pauta, para dar tempo para que
80 nós todos fizéssemos uma leitura, e um estudo de todo material trazido
81 complementar. Que foi encaminhado juntamente com a convocação para essa
82 reunião de hoje. E para a pauta de hoje, a gente inicialmente colocou então as
83 apresentações, acho que é importante também cada uma das partes fazer a
84 apresentação sobre os elementos trazidos. Então, e a gente faz então na
85 sequência um debate, uma discussão sobre todas essas informações trazidas,
86 tanto pela ABRAGE e ABRAGEL, trazidas também pelo Comitê do Paranaíba e
87 trazidas pela ANA. Então, e na sequência, a gente faz essa discussão para tentar
88 encaminhar esse assunto. Um outro ponto que eu acho importante também para a
89 gente aqui já colocar na nossa agenda da CTAL, que foi um diagnóstico que eu
90 avaliei, é que essa pauta, ela estava no CNRH enquanto o CNRH inclusive estava
91 lá no Ministério do Meio Ambiente. E a gente percebe o quanto que nós patinamos
92 em dar uma resposta a essa matéria trazida no recurso da ABRAGE, ABRAGEL.
93 Então a meu ver, é essencial que nós façamos uma discussão para definir critérios
94 de como o CNRH deve tratar dessas matérias, porque isso vai conferir maior
95 tempestividade, maior agilidade na análise do CNRH, acredito que seja essencial.
96 Então eu queria também num dos encaminhamentos da nossa reunião de hoje,
97 tratar desse tema para a gente então numa próxima reunião da CTAL, já fazer
98 uma discussão sobre essa matéria. A gente aqui da Secretaria-Executiva se
99 propõe a construir uma minuta, para que então na próxima reunião da CTAL,
100 possivelmente de uma resolução, para que a gente tenha então esses critérios de
101 como analisar recursos trazidos do CNRH. Então acho que isso vai ser um grande

aprendizado de toda essa sistemática, de todo esse assunto dessa pauta, que já se desenrola aí acho que há quase três anos. Então é isso. E aí eu queria também colocar, já tinha antecipado, antes até de a gente aferir o quórum, é que eu infelizmente, fui de forma agora, agora mesmo me ligaram, pedindo para acompanhar o Ministro numa reunião justamente para tratar dessa crise hídrica na Bacia do Paraná, agora às 15h. Então eu vou precisar me ausentar rapidamente aqui da nossa reunião da CTAL, e volto, acho que com 50 minutos eu consigo estar de volta. E aí eu queria de encaminhamento pedir para que o Anderson fizesse a coordenação aqui da nossa reunião, enquanto eu me ausento nesse momento, nesse prazo. Não sei se alguém tem alguma objeção a termos o Anderson coordenando nessa breve ausência minha. Se alguém tiver, por favor, pode se manifestar. Ok. Então de encaminhamento, antes de passar a palavra aqui para a Ana Camila e para a Júlia, nós vamos então ter essa sequência das apresentações. A nossa pauta a gente previu 15 minutos. Talvez seja até pouco tempo, eu não sei o que é que vocês acham, queria ouvir um pouco dos apresentadores, mas eu acho que 15 minutos eu acho que talvez seja um tempo muito otimista, que a gente conseguisse vencer as observações de cada uma das partes. Então acho que seria até interessante que a gente pactuasse prazo um pouco maior do que os 15 minutos para as apresentações. E depois na etapa de debate também, que a gente tenha aí um debate bem rico, oportunizando todos a falarem, aí eu queria controlar um pouco do tempo das falas lá no debate. Mas para as apresentações eu acho que a gente poderia eventualmente pactuar acho que 25 minutos, acho que seria um bom tempo, não é? Queria ouvir o que é que vocês têm, Júlia está concordando, não é Júlia?

Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) – Estou concordando, porque a minha deu 24 minutos.

(00:09:09) Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Eu acho que a gente poderia, para a equipe do setor elétrico, 25 minutos.

(00:09:09) Interlocutor não identificado – Eu acho muita coisa.

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – É?

(00:09:09) Interlocutor não identificado – Ainda mais como você falou, esse assunto aí já tem cinco anos que estamos debatendo ele.

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Então vamos fechar em 20, mas dá uma lambuja aí em cima dos 15 minutos aí originalmente, pode ser? E a gente vai ser bastante rigoroso aí, em ir alertando para os apresentadores, para o prazo, para que a gente não extrapole esse prazo de 20 minutos de apresentação. Então a gente vai fazer, inicia com a equipe da ABRAGE/ABRAGEL, apresentação, na sequência nós vamos passar para a equipe do Comitê de Bacia do Paranaíba, e fechando esse painel de apresentações, para a equipe da ANA fechar então essas apresentações desse material complementar que nós encaminhamos. Está bom? A gente abre para debate.

Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) – A minha mãozinha está levantada justamente para falar sobre isso. Eu queria só tirar uma dúvida, porque com a ANA foi esse, essa reunião aconteceu em decorrência do parecer do MDR, e eu acho que a ANA, ela tem um histórico até mais, e o CBH, eles têm um histórico dos debates, muito mais robusto até do que o nosso, até de repente seria o caso de eles falarem primeiro, e depois a gente apresentar, porque o nosso histórico talvez não tenha toda robustez do histórico deles, não é?

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – É, eu preferia, Júlia, manter da forma como nós organizamos na pauta, sabe, de fazer nessa sequência que eu sinceramente acho até mais lógico, sabe, que vem então essa provocação inicial, o comitê se manifesta e a ANA. Então por mim, eu manifestaria por manter essa ordem, sabe, Júlia.

(00:11:10) Interlocutor não identificado – A lógica é essa, começar pelo demandante, não é?

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Ok. Então pronto, então Ana Camila também pediu a palavra, Ana?

Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura) – Sim, uma coisa que eu queria sugerir, acho que para as próximas reuniões extraordinárias ou para alguma outra situação dessa, é que de repente a gente instituísse um rito para as análises. Porque eu até cheguei a comentar com algumas pessoas que eu queria saber quem era o relator do recurso, como que estava andando, quem era o voto, que eu estava pensando em fazer uma declaração de voto e tal. Então para mim ficou muito confuso, ainda não entendi nem se o CNRH, ele conheceu ou não conheceu esse recurso. Porque até o fato de conhecer ou não, e a gente está aqui discutindo esse assunto, eu acho que

172 abre uma janela jurídica que a gente tem que considerar bastante isso, assim, de
173 certa forma se o CNRH reconhecer esse recurso, a gente está abrindo uma
174 fragilidade muito grande para a gente. Era só isso assim, eu acho que não sei,
175 imagino que a gente vai chegar nessa conclusão até o final, mas eu acho que da
176 próxima vez, a gente podia se organizar melhor para ter um relator do caso, ter um
177 voto do relator para a gente saber se a gente acompanha ou não o voto do relator,
178 e para possíveis discordâncias, haver uma declaração de voto.

179 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
180 **Regional)** – Sim. Então, é até um ponto que eu comentei também, que a gente
181 pode também encaminhar no final da nossa reunião de hoje, essa questão de
182 definir esse procedimento, sabe, Ana. Porque acho que o grande aprendizado
183 dessa pauta, dessa provocação trazida no recurso do setor elétrico, ele é
184 justamente que o CNRH precisa se organizar, ter um procedimento, ter um
185 método de como ele vai analisar de forma inclusive tempestiva. Então a gente
186 quer realmente trazer esse procedimento, na próxima reunião da CTAL, para que
187 a gente o debata e tenha para caso venha outros recursos. Mas isso para a gente
188 é um aprendizado.

189 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
190 **Hidrelétrica)** – Sim, eu acho importante, porque dessa forma... Sim, é porque de
191 certa forma, estava dando uma olhada no Regimento Interno do CNRH e da ANA,
192 a gente está pisando em cima do Regimento Interno, porque eles têm as vias
193 administrativas para análise de recurso, tem a diretoria colegiada, e eu acredito
194 assim, me corrija o contrário, mas acho que a gente não tem competência para a
195 gente fazer esse tipo de análise de recurso, e se a gente optar por ter, estaremos
196 passando por cima da independência da agência. Acho que a gente tem que
197 pensar muito com relação a essa reunião, todas as decisões que vão ser tomadas
198 aqui, porque eu acredito que a gente pode estar ferindo a independência da
199 agência reguladora.

200 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
201 **Regional)** – É, acho que isso é um ponto para a gente discutir inclusive, ao longo
202 do nosso debate de hoje. Mas eu queria então até já encaminhar para as
203 apresentações, porque certamente esse ponto inclusive, vai ser colocado no
204 debate certamente. Então se a gente pudesse dar esse encaminhamento de
205 iniciar as apresentações, eu acho melhor para a gente então não, de repente
206 antecipar o debate. Pode ser assim? Se tiver alguma questão de ordem. Nayara,
207 sim.

208 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Nayra. É só um adendo, rapidinho. Acho muito
209 importante como você falou, esse procedimento de definir o rito dentro do CNRH,
210 da CTAL. Só que deixar bem claro que esse momento, não é recurso, o recurso é,
211 isso é um direito de petição, está certo? Então tem que ser analisado, tudo sob a
212 lógica do direito de petição, isso não é um recurso, está certo?

213 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
214 **Regional)** – Sim. Ótimo. Exatamente.

215 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
216 **Hidrelétrica)** – Exatamente, reforçar que quando houve, desculpa, Júlia, do setor
217 elétrico. Só reforçar que eu acho que a Ana Camila, me desculpa, Ana, não
218 participou da última reunião, foi convertido um recurso em direito de petição, esse
219 direito de petição ele foi aceito, e o recurso da decisão da ANA, veja-se que não
220 está impugnando a decisão da ANA, estamos impugnando a decisão do Comitê
221 de Bacia. E essa decisão da ANA, ela foi oportunizada o recurso sim do processo
222 administrativo da agência reguladora, está bom? Obrigada.

223 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
224 **Regional)** – Ok. Então eu queria passar para as apresentações, passar então,
225 quem do setor, seria a Júlia que vai fazer a apresentação então, não é Júlia, pelo
226 que entendi?

227 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
228 **Hidrelétrica)** – Sim, sou eu, Wilson.

229 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
230 **Regional)** – Muito bem. E eu vou então pedir licença, o Anderson vai
231 coordenando aí, e eu acho que com uns 50 minutos, eu retorno aqui para a nossa
232 conversa, está bom?

233 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
234 **Hidrelétrica)** – Está bom, uma pena que você não vai estar presente.

235 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
236 **Regional)** – Uma pena. Gente, e eu cheguei a pensar em suspender a reunião,
237 mas eu acho que é muito mais importante vocês aqui participando, do que uma
238 única ausência que seria a minha. Então, por favor, e o Anderson está muito,
239 representa muito bem também aqui o nosso Ministério. Está certo? Então até logo.

240 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Muito
241 obrigado, Wilson. Júlia, só fazer uma apresentação bem breve, estou como

Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos, aqui do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias, também faço parte da Secretaria-Executiva. Então estou nesse papel, infelizmente realmente o Wilson teve esse convite, mas esperamos que ele retorne em breve e vou passando todos os recados para ele aqui, mantendo ele informado, ok Júlia? Felizmente, talvez ele chegue já entre as apresentações. Mas infelizmente na sua apresentação específica, ele já vai ter que sair. Mas enfim, eu passo a palavra para você, eu agradeço aí a compreensão de todos.

Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) – Eu vou pedir aqui para colocar a minha apresentação então. Só um minutinho. Está aparecendo para vocês?

Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Sim, já está entrando. 20 minutos.

APRESENTAÇÃO

Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) – Perfeito então. Gente, é apresentação para falar da deliberação 88 do Comitê de Bacia do Paranaíba e dos impactos, não só do setor elétrico, mas os usos múltiplos como um todo. Acho que como alguns já sabem, o FMASE, ele representa 19 instituições de toda parte do setor. Então representa geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumo de energia, nós estamos aqui representando a ABRAGE e ABRAGEL, que foram as proponentes do recurso, ora convertido em direito de petição. A gente fez um breve histórico, para falar que quando foi deferido o projeto da UHE Batalha, foi dada uma DRDH por parte da ANA, definindo que a cada cinco anos ia ser feita uma revisão, até chegar o montante de 7,67 m³ em 2040, quando desse os 35 anos de concessão. Depois em 2008, quando entrou em operação, a DRDH foi transformada em outorga, com os mesmos limites de vazão. Em 2010, a ANA reavaliou a questão, disse que realmente precisava ser revista a questão, mas a cada cinco anos, então ela falou assim olha, estou já em 2010 fazendo a primeira revisão, e prevendo que em 2040, essa será novamente revista, será feita uma revisão a cada cinco anos, e em 2040, nós vamos chegar a 13,61 m³. Em 2016, em razão de conflitos existentes na região, o Comitê de Bacia deliberou sobre a prioridade de uso de outorga, a montante da UHE Batalha em favor da atividade de irrigação. Depois disso, em 2017, ele instituiu um grupo de trabalho para traçar as diretrizes, para que esse grupo de trabalho apresentasse os valores limites para uso da irrigação, e as diretrizes buscando manter a garantia física da UHE Batalha, e observando os impactos da vazão ecológica, bem como os impactos no uso a jusante da UHE

279 Batalha. A conclusão do grupo de trabalho foi que eles não tinham subsídios, eles
280 não tinham estudos para continuar, dar continuidade as discussões, e diante
281 dessa ausência de estudos para subsidiar as discussões, eles encerravam o
282 grupo de trabalho, porque eles não tinham como tomar uma decisão. Apesar de
283 extinto, dois meses depois houve uma nova reunião do GT, que sem qualquer
284 novo estudo, determinou pela elevação do uso consultivo a montante da UHE
285 Batalha. Em função disso, em 2018, sem qualquer elemento técnico adicional,
286 novamente repita-se, o Comitê de Bacia aprovou as novas diretrizes, elevando
287 para 13,61 a vazão limite dos usos consultivos a montante de Batalha, reduzindo-
288 se para tanto a vazão reservada. Para geração de energia. Então em setembro,
289 agosto, houve a revisão da outorga da UHE Batalha, com alteração dos usos
290 consultivos, antecipando em 20 anos a projeção realizada pela ANA, para
291 aumentar os usos a vazão consultiva de 13,61 m³/s. Depois em setembro, a ANA
292 em função dessa deliberação 88 também, apresentou uma proposta de resolução,
293 uma consulta pública, para uma proposta de resolução do novo Marco Regulatório
294 para São Marcos. O que é que houve, essa consulta pública, ela foi objeto de
295 várias notas técnicas, de várias instituições, e por parte do setor elétrico, foi
296 alegado que a ausência de dados de monitoramento hidrológico e de estudos da
297 região, tanto que a ANA contratou em final de 2020, acho, início de 2021, um
298 estudo realmente robusto para a região do São Marcos, mas ela está querendo
299 fazer um novo Marco Regulatório antes do estudo. Ok. Ausência dos limites
300 máximos outorgáveis para os usos consultivos, a decisão também não oferece
301 garantia ao atendimento das vazões ambientais. Ela também não contempla
302 outros setores usuários, e desconsidera o real número de atores ou grupos
303 afetados por essa decisão. Vale lembrar que até hoje não existe nenhum cadastro
304 da região lá dos usuários que estão cadastrados, que existem naquela região. Ela
305 contempla apenas os impactos na UHE Batalha, ela não avalia os impactos no
306 setor elétrico como um todo, ela prioriza o uso de recursos hídricos para irrigação,
307 em detrimento de um único usuário, o setor elétrico, uma única outorga. Como se
308 falar em priorização de uso sem avaliar os usos como um todo. Ah, então vamos
309 fazer em detrimento de só um, espera aí, não precisa avaliar do sistema como um
310 todo, todos os usuários da região? E prioriza a regularização em prejuízo aos
311 demais usos múltiplos como vocês vão ver lá no final da nossa apresentação. O
312 que é que a ANA argumenta para ter essa decisão, ela argumenta que houve sim,
313 que a deliberação que a decisão do GT estaria baseada nos estudos, um estudo
314 realizado em 2011, que na sua introdução ressalta que esse estudo vem em
315 função de conflitos na área, e da ocupação desordenada, desregrada da
316 agricultura, que se contrapõe ao histórico de planejamento do setor elétrico que
317 vem estudando a bacia desde 1960. O estudo tem base no crescimento territorial,
318 através de mera imagem de satélite da área irrigada, e um consumo estimado,

319 consumo estimado para a agricultura, não foi feito um cálculo das outorgas que
320 estão ali, veja-se que já é um estudo defasado, de 2011 para uma decisão que foi
321 tomada em 2017. Segundo a própria ANA nesse estudo, o documento trouxe
322 projeções simplificadas de crescimento de irrigação, baseando apenas nas
323 expectativas de crescimento realizado. Então o estudo conclui que permanece a
324 necessidade de realizar um mapeamento das áreas irrigáveis na bacia, de forma a
325 orientar um projeto de desenvolvimento global para a agricultura irrigada na
326 região. Veja-se, não se encontram nos documentos da ANA, nem do Comitê de
327 Bacia, nenhum estudo sobre eficiência de irrigação, nem uma análise alternativa,
328 como utilização de água subterrânea para agricultura irrigável. Diante disso, a
329 ABRAGE e ABRAGEL apresentaram recurso convertido em direito de petição, que
330 tratou da ilegalidade da deliberação, frente a 9.433, violação do plano de bacia do
331 Paranaíba, na observância das outorgas deferidas e dos contratos de concessão,
332 nem as repercussões das usinas em cascata e no sistema elétrico como um todo.
333 Houve então, quando a gente trata da violação das diretrizes, a gente fala o que, o
334 plano de bacia falava especificamente antes de alteração de prioridade de uso,
335 vamos, é imprescindível, o monitoramento hidrológico e um rígido processo de
336 fiscalização. Que não houve. Em caso de conflitos deverá ser realizada estudos
337 técnicos específicos sobre o uso dos recursos hídricos ao longo do contrato de
338 concessão, também não foi realizado. Entende-se que houve um princípio, uma
339 ofensa ao princípio da razoabilidade, porque a nota técnica da ANA de 2010 já
340 destacava a necessidade de restrição ao consumo de água para irrigação,
341 evitando prejudicar o setor de energia. A deliberação 70, falava de necessidade de
342 manutenção de garantia física da UHE. O plano de bacia mais uma vez falou,
343 avaliação, vamos avaliar outras possibilidades, avaliação de outorgas sazonais,
344 maior fiscalização pelos gestores, identificação de usuários, estruturação de sala
345 de situação, nada disso aconteceu. Entende-se que a deliberação 88, ela é uma
346 decisão mais simples para um problema extremamente complexo e que está
347 gerando muito mais conflito na região. Violação à Lei 9.433, ausência de
348 articulação. A 9.433 no Artigo 38 fala: o Comitê de Bacia deve promover o debate,
349 articular a atuação das entidades intervenientes. No caso em questão, eles
350 alegam que o sistema do setor, o sistema elétrico esteve presente, o sistema
351 elétrico esteve presente durante as discussões do Comitê de Bacia. O que é que
352 acontece, o sistema elétrico esteve presente através do MME e através usuário de
353 Furnas. Não foi chamado o setor de planejamento, não foi chamado os usuários
354 que estavam a montante da bacia, a jusante da bacia e que foram impactados
355 diretamente, bem como não foi chamado o gestor de operação, que é o ONS.
356 Então a gente entende que a deliberação 88, ela contrariou a 9.433, ao não
357 chamar a ANEEL, que foi quem pediu a DRDH, e ao não chamar o ONS que é
358 responsável pelo planejamento da operação do sistema, ou seja, o ONS só

recebeu menos água. A ANA também fundamenta a decisão dizendo que era possível a revisão, porque todas as outorgas ressaltavam, tanto a DRDH, como as outorgas ressaltavam a necessidade de adequação as prioridades de uso determinadas no plano de recursos hídricos. Ocorre que esquece que o setor de, setor elétrico é extremamente planejado e regulado, isso porque ele precisa garantir a segurança energética e o desenvolvimento econômico, e garantir que a luz chegue na sua casa. Então por lei, em razão da sua importância, por lei, os potenciais hidráulicos, hidrelétricos que estão sujeitos a outorga, eles são subordinados ao Plano Nacional de Recursos Hídricos e não ao plano de bacia. Tanto que tem um caderno setorial que diz que as bacias hidrográficas onde há Comitê de Bacia, as restrições operativas podem ser negociadas nesse fórum, com articulação da ANA, a participação do ONS, de tal forma que as decisões passem a constar nos planos, bem como no plano setorial. O caderno setorial ainda fala que o vencedor da licitação de um novo empreendimento, ao vencedor da licitação, será outorgada a respectiva concessão, juntamente com o contrato bilateral de longo prazo de venda de energia para propiciar a economia em escala, equalizando-se as tarifas de energia. Ainda que se entenda que o ato de outorga, ele seja uma autorização, que ele pode ser revisado por simples conveniência, nesse caso, ele perde essa característica de precariedade, porque ele está vinculado a dois contratos do poder público, dois contratos da união. Passou para vocês?

Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH) – Não.

Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica) – Agora acho que mudou, não é? Então o que é que aconteceu, essa decisão, ela levou a quebra de contrato econômico financeiro, não só do contrato da UHE Batalha, mas diversos contratos de concessão, o que levará o prejuízo dos cofres públicos e a queda, possível queda na geração de energia e um consequentemente aumento nas tarifas de energia. Agora vou explicar para vocês o porquê que isso acontece, qual é a diferença do setor elétrico. A cada usina, isso também está previsto lá no plano, no caderno setorial. A cada usina é atribuído um certificado de energia, uma garantia física que dá o respaldo físico para contratação da energia que será gerada, como eu falei, vinculada ao contrato. A simples alteração da vazão de uma usina, reduz a garantia física dessa, e gera um efeito em cascata aos demais, prejudicando os contratos celebrados entre os geradores e seus clientes. Por quê? Existe uma coisa no setor elétrico que é chamada de mecanismo de realocação de energia, é como se fosse um grande condomínio para garantir 60% da matriz, que é gerada da geração hidrelétrica. Então o que é que acontece, revisando a garantia física de uma usina,

reduzindo a água que ela pode gerar de uma usina, todas as outras usinas vão ter que responder por aquela usina que não foi entregue para aquele contrato. Só que o que é que acontece, se o sistema está sobrecarregado e as outras usinas não conseguem gerar, o que é que o ONS vai fazer, ele vai mandar despachar fora da ordem do mérito, ele vai dizer o que, vamos ligar todas térmicas, senão a energia não vai dar conta de chegar na sua casa. Daí o que é que acontece, ela então, apesar da ANA falar, ah, está garantido os 10%, está garantido os 10% do decreto 2.655, ele gera uma falsa percepção da legitimidade, porque ele não está avaliando as outras variáveis que interferem no cálculo das garantias físicas das usinas, por isso que é tão importante chamar o MME, o EPE que é do Planejamento, a ONS que é da operação, e a ANEEL, porque vai impactar não só o planejamento, vai impactar não só a operação, como vai impactar a tarifa de energia que é determinada pela ANEEL, reavaliada pela ANEEL. Então por que é que a gente pede isso? A gente pede que seja reconhecidas as inconsistências dessa deliberação, para devolver a matéria para o comitê, a gente não está pedindo para o CNRH rever a decisão, a gente está pedindo para o CNRH devolver a matéria, para que o Comitê de Bacia avalie com todos esses aspectos que não foram avaliados. Agora a gente vai ver por que é que os efeitos não ficam restritos ao setor elétrico, e sim aos outros setores. Porque a deliberação 88, não só ela, mas ela e outras restrições de operação, elas estão impactando e sobrecarregando o sistema elétrico. Como eu falei, o sistema elétrico é interligado, parou de gerar de um lado, eles precisam pegar energia de outro lado para sustentar aquele lado lá. Só que os estudos do operador nacional do sistema, demonstram que há uma grande crise hídrica na região hidrográfica do Paraná, por isso que o Wilson não está aqui. Por quê? Porque precisa chegar água na região lá, para poder garantir água para a ictiofauna. O que é que acontece, se não chegar a água, vocês estão vendo essa bacia aqui, redução de armazenamento mínimo, o ONS está pedindo assim: gente, vamos flexibilizar as restrições de uso, porque não está chegando água aqui embaixo, o que é que está acontecendo, com a crise e com as restrições de operação, vai haver, vão se formar lagos marginais com aprisionamento e mortandade de peixes nessa região aqui. Ou seja, o problema não é só do setor elétrico, estão morrendo os peixinhos aqui, e isso foi falado durante o contrato, durante o recurso de Furnas, Furnas falou para a ANA: ANA, não vai chegar água aqui, não vai ter água para os peixinhos, peixinhos vão morrer. A ANA falou: ok, isso é um problema que você precisa avaliar com o órgão licenciador. Então está bom, o que é que acontece, a gente não está só causando um problema para o setor elétrico, não está só pressionando a sua tarifa de energia, a gente está pressionando as outras bacias hidrográficas que estão ali embaixo e que precisam fazer parte da decisão. Então é por isso que o setor elétrico é tão importante, porque ele é responsável por 90%

437 do armazenamento, e para garantir a luz que chega na sua casa. Então a gente
438 está pedindo que seja só observada essa Câmara Técnica Jurídica, que seja
439 observado o princípio da igualdade, que fala: vamos tratar igualmente os iguais e
440 desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade, o setor elétrico não é
441 melhor do que ninguém, o setor elétrico não está passando em cima de nenhum
442 outro setor, o setor elétrico está dizendo, vamos analisar a nossa desigualdade.
443 Muito obrigada.

444 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
445 Júlia. Ótima apresentação. Eu gostaria de passar a palavra já para as próximas
446 apresentações. Eu vi que o Gustavo acho que está com a mão levantada, mas
447 abaixou agora a mão. Então gostaria de passar a palavra para, qual o próximo da
448 lista, Roseli? Segundo a pauta.

449 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Agora seria
450 Comitê de Bacia do Paranaíba. Breno.

451 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Comitê de
452 Bacia do Paranaíba. O Breno, não é? Breno, tudo certo para sua apresentação?

453 **Sr. Breno Lasmar (Comitê de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da
454 União)** – Boa tarde, gente, boa tarde a todos. Estão me ouvindo?

455 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Estamos,
456 Breno.

457 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Sim.

458 **Sr. Breno Lasmar (Comitê de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União)**
459 – O Comitê de Bacia do Rio Paranaíba já apresentou suas razões em outras
460 oportunidades aqui, e conforme nos foi instado, nós nos restringiremos a tratar do
461 ponto que foi requerido no nosso ofício de provocação, e também o que aborda
462 neste momento a discussão. Que trata-se da ilegalidade que eventualmente tenha
463 sido praticada por parte do Comitê do Paranaíba, em razão do direito de petição
464 que foi admitido no Conselho Nacional. O ofício encaminhado por este comitê ao
465 Ministério, ele é o ofício 029/2021 agora em resposta a esse ponto, ele traz
466 claramente, até mesmo em contraposição aos argumentos que foram
467 apresentados pela representante do setor elétrico, ele traz claramente os pontos
468 de discussão que asseguram a totalidade da legalidade dos atos praticados, a
469 amplitude da discussão, e mais ainda, a orientação técnica normativa que nós
470 recebemos da Agência Nacional de Águas para cumprimento do dever legal do

471 comitê. Então eu gostaria de chamar a atenção para esse ponto, porque a
472 discussão do Marco Regulatório da Bacia do São Marcos, vocês já estão
473 enxergando a apresentação?

474 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Sim.

475 **Sr. Breno Lasmar (Comitê de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União)**
476 – Obrigado. Eu coloquei a parte referente ao ofício encaminhado, que acredito que
477 eu vou apenas destacar alguns pontos. A matéria em discussão, foi instituída no
478 comitê, lá na Portaria nº 20 em 2013. Composição ampla, formada por órgãos
479 gestores, por usuários representativos, usuários do setor elétrico, e é um conflito
480 pelo uso estabelecido na bacia. O GT São Marcos entre janeiro de 2013 e junho
481 de 2015, realizou mais de seis reuniões, cada uma seguindo o rito próprio, com
482 convocação, Ata, pauta, programação para realização, convite aos convidados e
483 aos membros do GT, toda uma estrutura formal que segue inclusive deliberação
484 própria que o comitê tem na sua estrutura, que orienta como agir nesses casos. A
485 segunda reunião em dezembro de 2013, terceiras e quartas reuniões em fevereiro
486 de 14 e abril de 14. Eu estou destacando apenas os pontos de datas, para mostrar
487 que é um conflito que veio sendo dirimido ao longo de muitos anos dentro do
488 comitê. Então quando a gente houve de alguma forma que essa tratativa ela
489 deveria ter ocorrido de uma forma um pouco mais detalhada, ou que os atores
490 diretamente envolvidos não foram associados a esse conflito, eu vejo que a gente
491 tem que ter uma certa cautela, porque foi partícipe dessa discussão o setor
492 elétrico o tempo integral, desde o começo do comitê. Se o setor elétrico não se
493 organizou para poder convidar que eles entendem apropriados para poder dar
494 suporte as discussões, nós também temos essa limitação de compreensão. O
495 resultado dessas discussões, foram levadas constantemente entre a Câmara
496 Técnica de Planejamento do Comitê e o GT que estava em discussão. Em Caldas
497 Novas numa reunião já em outubro de 2015, o GT São Marcos apresentou esse
498 relatório, contudo, como eu disse, a reunião, a Agência Nacional fez ponderações
499 com relação às competências de análise jurídica, foram solicitadas, metodologias,
500 e isso fez com que a matéria retornasse ao comitê, fizesse com que a gente
501 buscasse a realização de novo calendário em procedimento para definição das
502 prioridades, e iniciássemos novamente a discussão da matéria. Então a matéria
503 veio discutida desde 2013, foi apresentado um relatório, recebemos orientações
504 técnicas e jurídicas para poder fazer com que o processo então cumprisse com os
505 requisitos e formalidades legais. A matéria retornou as discussões, voltamos ao
506 trabalho dentro do comitê, mais uma vez o GT se reuniu, realizou suas ações, e
507 isso assegurando a participação de todos os atores, realizando convite a todos os
508 atores, para que sempre tivesse a oportunidade de debate aberto. Quando foi

então em 2017, foi aprovada uma nova portaria dentro do comitê que instituiu o grupo de trabalho de São Marcos, com nova composição, novos atores, incluindo atores de todos os setores envolvidos, usuários, sociedade civil organizada, e assim vai, pelos órgãos gestores. Nós tivemos mais cinco reuniões entre abril, a segunda reunião em junho, e assim foi se desenvolvendo toda uma estrutura. Quando a Câmara Técnica então em 2017, fez a sua reunião, ela analisou e aprovou as diretrizes para a regulação do uso das águas da Bacia de São Marcos. E a plenária do Comitê do Paranaíba em 14 de dezembro de 2017, ela teve pedido de vista na matéria pelo setor elétrico, a matéria retornou para a discussão, e outra plenária realizada em março de 2018, e quando foi finalmente deliberado, e foram definidas as diretrizes para regulação de novo da bacia, recebeu essa numeração da norma nº 88. Então eu queria chamar a atenção para esses fatos, porque há uma suposta compreensão de que a matéria passou por uma discussão açodada no comitê de que ela não seguiu o rito ordinariamente previsto e estabelecido, que a matéria foi discutida sem que houvesse qualquer critério ou rigor jurídico e técnico. E nós estamos aqui apresentando que essa matéria seguiu a totalidade das orientações normativas, técnicas que foram sugeridas e apresentadas pelo setor da ANA, setor competente para poder prover o comitê dessas discussões. A matéria seguiu para deliberação plenária, e após a matéria ser definida em plenário, nós tivemos então o pedido ainda intempestivo do setor elétrico, de recurso que foi recepcionado como direito de petição. E seguindo a própria normatização e os pareceres apresentados pela CONJUR, eu vejo que o mais importante dessa discussão não é o mérito como está sendo questionado e colocando aqui em discussão, porque o mérito processual, ele se exauriu, o momento processual esgotou. Nós estamos tratando aqui de aspecto de legalidade, acerca da deliberação do Comitê Paranaíba. E esses aspectos de legalidade foram exaustivamente apresentados e comprovados a totalidade desse processo, que demonstra que nós seguimos os ritos, os procedimentos, as orientações técnicas e todas as formalidades necessárias, para que essa deliberação hoje ela esteja em vigência, e ela inclusive está orientando ações subsequentes dos órgãos gestores que estão trabalhando com relação ao novo Marco Regulatório e outras ações posteriores. Então eu queria deixar essas primeiras palavras iniciais, e me manter aqui à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Obrigado, Breno. Obrigado pela apresentação, esclarecimentos. Eu já passo então a palavra para a Agência Nacional de Águas, é isso Rose? Para dar continuidade e finalizar as apresentações.

547 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – Está bom, Anderson. Aqui quem está falando é
548 Patrick Thomas da Superintendência de Regulação da ANA, obrigado pela
549 oportunidade de a gente poder expor aqui os nossos argumentos. E a nossa
550 apresentação hoje, ela está relacionada à nota técnica que foi encaminhada a
551 pedido da coordenação da CTAL, para subsidiar as discussões aqui da Câmara.
552 Eu queria só rapidamente introduzir dizendo que a ANA acompanhou esse
553 processo desde 2005, no início do processo e da DRDH, do empreendimento,
554 passando por todo processo dentro do comitê. E nós procuramos relatar isso na
555 nota técnica que vai ser apresentada agora na sequência pela Viviane. E registrar
556 que essa nota técnica foi elaborada em conjunto com a Superintendência da ANA,
557 regulação, planejamento, fiscalização e apoio ao sistema. Nós estamos com as
558 equipes aqui da ANA disponíveis para esclarecer todas as dúvidas dos membros
559 da Câmara Técnica sobre esse processo dessas superintendências. Está certo? E
560 que durante todo esse processo, nós sempre nos pautamos pela legalidade, e por
561 conta disso e para demonstrar isso, encaminhamos também os pareceres da
562 nossa área jurídica, para todos os membros da CTAL, que são os pareceres que
563 atestam a legalidade de todos os atos que foram praticados pela ANA ao longo
564 desse processo. E estamos também com equipe jurídica aqui da ANA para
565 esclarecer qualquer dúvida que os membros da Câmara Técnica tenham. Então
566 dito isso, eu vou passar a palavra para a Viviane, ela que vai fazer a nossa
567 apresentação. Obrigado.

568 **Sra. Viviane dos Santos Brandão (ANA)** – Vamos lá. Eu vou compartilhar com
569 vocês a apresentação. Vocês estão vendo?

570 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Sim.

571 **Sra. Viviane dos Santos Brandão (ANA)** – Sim?

572 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Só colocar
573 em tela cheia, por favor.

574 **Sra. Viviane dos Santos Brandão (ANA)** – Eu vou procurar seguir, vou procurar
575 respeitar os 15 minutos, porque eu acho que a maioria dos pontos já foi dito pelos
576 outros apresentadores. Então aqui ela como Patrick explicou, é um resumo do
577 conteúdo da nota técnica que foi elaborada pela ANA e pelas suas
578 superintendências. Que ela vai dar subsídios a essa decisão do CNRH. Então só
579 para a gente fazer um breve resumo, o que é que a deliberação do CBH
580 Paranaíba 88/2018, o que é que dessas decisões, elas impactam nas ações da
581 ANA. Então essa deliberação, ela aprova as diretrizes para regulação dos usos na
582 Bacia do São Marcos. E dois itens dele, ele tem impacto direto sobre as ações na

ANA e nos órgãos gestores. Então o Item 1, que é esse, no anexo que está contido, as diretrizes para os órgãos gestores, o Item 1 ele explicita que é preciso, explicita que para elevar para 13.61 m³/s, a vazão limite para os usos consultivos, a montante da UHE Batalha em 2017, reduzindo-se para tanto a vazão reservada para geração de energia. E no Item 3, a outra diretriz é: elevar linearmente até 2040, que é o horizonte do contrato de concessão de Batalha, a vazão limite para irrigação a montante da UHE Batalha, respeitando os parâmetros estabelecidos no Item 2, que trata dos critérios de eficiência de irrigação, se eu não me engano. Até o atendimento da área de 200 mil hectares no período de vigência da outorga, concedida ao UHE Batalha. Então são esses dois itens, são esses dois itens que vão afetar mais diretamente as decisões que foram, as ações que foram adotadas pela ANA. Então do recurso administrativo, eu vou apontar aqui os argumentos que foram apresentados pela ABRAGE e ABRAGEL, e que a Júlia já apontou aqui, e qual é a resposta da ANA para essas, para esses argumentos que eles estão apresentando. Então o argumento, o primeiro argumento apresentado, é a questão do vínculo da outorga com contrato de concessão. Então eu vou extrair um pedacinho lá do recurso apresentado pela ABRAGEL e que eu vou ler aqui para vocês. O contrato de concessão, os contratos de concessão consistem em um ato bilateral, e não precários. Com isso, impassível de revisão por mero juízo de conveniência e oportunidades administrativas. Ainda que se entenda o lado de outorga de direito de uso de recursos hídricos para fim de aproveitamento das hidrelétricas, seja uma autorização, esse ato perde a característica de ato precário, uma vez que se torna gerador do direito adquirido a ser empregado como fundamentador de cláusula do contrato de concessão. A do jurídico perfeito, desprovido de caráter de precariedade. Então contra esse, contra esse argumento, o que é que a ANA tem a dizer, que essa, a possibilidade de alteração da outorga, em decorrência da definição de prioridades pelo, de uso pelo Comitê de Bacia, ela já está prevista, ela está prevista em lei, no Artigo 13 da Lei 9.433. E isso já estava apontado também tanto nos atos da DRDH, que como a Júlia explicou, ele foi emitido para a ANEEL. E também na outorga. E era de conhecimento do empreendedor previamente até a realização do leilão. Então esse, embora a ABRAGE e ABRAGEL argumentem que o ato de outorga, ele tem, ele perca essa precariedade, o ato, ele já previa essa possibilidade, de alteração, de possível alteração. Então, mas nessa prerrogativa e respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto 2.655 de 98, ele alterou a outorga emitida para Batalha. Um outro argumento, é que a repercussão da redução da vazão, o outro argumento é repercussão da redução da vazão para geração de energia. A redução da vazão reservada para energia, não considerou que a retirada da vazão outorgada para geração de energia da UHE Batalha, afetaria direta e sensivelmente a garantia física da energia dos demais empreendimentos

623 localizados na Bacia do Rio São Marcos. E em cascata, aqueles localizados no
624 Rio Paranaíba e Paraná, que são eles, não só o UHE Batalha, mas Serra do
625 Facão, Emborcação, Itumbiara, Cachoeira Dourada, São Simão, Ilha Solteira,
626 Jupiá, Porto Primavera e Itaipu. Então em resposta a esse argumento
627 apresentado, a deliberação 88 de 2018 do CBH Paranaíba, trata apenas dos usos
628 consultivos a montante da UHE Batalha. Resultando somente na alteração, da
629 própria outorga de Batalha, não é essa alteração, ela não impactou na
630 necessidade de mudança das outras outorgas. Nem para os outros usos
631 consultivos, nem mesmo para as outorgas concedidas para os outros
632 empreendimentos que estão a jusante da UHE Batalha. Então é importante a
633 gente pensar que quando você tem, você imagina essa área da bacia, na medida
634 que você altera a vazão de uso consultivo. Na UHE Batalha que ela está
635 localizada mais a montante dessa bacia, o impacto do aumento desse uso nas
636 usinas hidrelétricas que estão a jusante, ele vai sendo menor. Então ele ainda fica,
637 essa faixa de redução da garantia física, ela ainda fica abaixo do limite dessa, de
638 10%. Então esse uso, o uso, aumento do uso consultivo na montante da UHE
639 Batalha, ele é menos representativo à medida que você avalia o impacto dele nas
640 usinas hidrelétricas que estão mais a jusante, que estão mais abaixo da bacia.
641 Próximo. A contrariedade ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do
642 Paranaíba, e a invalidade das diretrizes referências a deliberação nº 88. Então
643 como o Breno explicou, essa, desculpa, essa ainda falando sobre o argumento, a
644 ABRAGE e ABRAGEL explicam que na reunião, na 4ª Reunião do GT no dia 27
645 de julho de 2017, o GT foi extinto devido à ausência de estudos que subsidiassem
646 a discussão da tomada de decisões necessárias. No entanto, na 5ª Reunião, o GT
647 São Marcos estabeleceu diretrizes para regulação do uso da bacia, na Bacia do
648 Rio São Marcos, assim as diretrizes propostas pelo GT, foram apresentadas sem
649 disponibilidade de dados necessários. Então é importante lembrar que existiam
650 sim, estudos, então foram feitos vários estudos, os mais importantes foram esses,
651 eles inclusive estão anexos a nota técnica encaminhada para o Ministério, para a
652 CTAL. O nome do estudo é subsídios para discussão de compatibilização da
653 energia elétrica com a expansão da agricultura na bacia do Rio São Marcos, e
654 também a nota técnica, uma nota técnica da área de planejamento da ANA, que é
655 a 41, nº 17. Além disso, a legitimidade do processo que resultou tanto na
656 deliberação 70, que fala que a prioridade da outorga, a prioridade para a finalidade
657 de irrigação para outorga, e a liberação 88 de 2018, também é conferida pelo
658 cumprimento dos requisitos do Artigo 6º da resolução do CNRH 145 de 2012,
659 conforme orientações das procuradorias da ANA e do MMA. O Breno também
660 falou sobre essas, sobre essa necessidade que a gente, que teve o comitê de
661 recomendar praticamente esse processo, para definição das prioridades de uso e
662 desses valores de usos consultivos. Da expansão da agricultura. Também falando

dos aspectos jurídicos que são apontados, a ABRAGE e ABRAGEL, elas praticamente fazem um resumo, apontam todos esses pontos que eu acabei de falar, e falam que esse conjunto, ele tem ilegalidades. Então a gente contrargumentando, a gente justifica que o processo de elaboração do Marco Regulatório da bacia do Rio São Marcos, e a própria regulação da UHE Batalha, incluindo as revisões de outorga e resposta dos recursos administrativos, foram subsidiados por pareceres da procuradoria da ANA, que atestam a legalidade de todos os atos praticados pela ANA, com base na deliberação 88 de 2018. Esses processos que estão citados aqui, o 480/2007 e o 629/2005, eles contêm todos esses pareceres, notas e justificativas. Além disso, de acordo com a manifestação da CONJUR do MDR, que para acolher os pleitos dos requerentes, ABRAGE e ABRAGEL, o CNRH, ele deve reconhecer a prática de atos ilegais ou abusivos, e conforme manifestação da própria procuradoria da ANA, isso não restou até o presente demonstrado, nem comprovado. Então até agora não existe nenhuma prova de qualquer ocorreu um ato abusivo ou ilegal. Das ações da ANA que foram praticadas com base na deliberação 88. Vou fazer um histórico rápido. Então como eu disse antes, falei muito brevemente, teve a regulação da UHE Batalha, com emissão de DRDH, outorgas e suas revisões. O Marco Regulatório, que está estabelecido na Resolução 566, a gente tem revisão em andamento, e tem a contratação da empresa especializada para apoio dos órgãos gestores, e do plano técnico. Vou detalhar todos eles agora. Então como vocês já viram nas outras apresentações, a ANA emitiu lá em 2005 a DRDH para a ANEEL, para então denominada UHE Paulista. E aqui já estava, já apareciam nessa tabela no anexo II lá da DRDH, a tabelinha lá dos usos consultivos que se esperava até o final do contrato de concessão que era 2040. O contrato de concessão, entre Furnas e o MME, é esse aqui o contrato 2 de 2006. Que lá no seu conteúdo, ele foi celebrado em 15 de agosto de 2006, lá na cláusula 8ª da subcláusula 1ª fala que Furnas deve respeitar a legislação de recursos hídricos. Então aqueles artigos que falam da possibilidade de alteração da outorga, ele já estava explicitado aqui para a ciência do empreendedor. Com base na deliberação 88, a ANA alterou no ano passado, a outorga de Batalha, trazendo para o ano de 2020, o item, aquele Item 1 das diretrizes que trazia o anexo da deliberação, que era o uso consultivo de 13,61 m³/s. Só para vocês terem uma ideia, a ANA, no ano passado mesmo, ela fez um estudo estimando o uso médio consultivo na bacia, para o ano de 2019, ela chegou nesse valor de 12,37 m³/s. E com a identificação de 1.051 pivôs centrais, identificados por meio de imagem de satélite, isso é um trabalho da superintendência de fiscalização, que mostra o quanto que esses valores, eles estão compatíveis com o que estava sendo, com o que já havia sido estimado lá nos estudos, que determinaram que deram apoio à edição da deliberação 88. E esses estudos que usam imagem de satélite, eles têm uma capacidade muito boa,

tem uma precisão muito boa, eles não são estudos precários, não. Também está em andamento o Marco Regulatório dos rios, do São Marcos, então a partir da definição do uso da prioridade para irrigação, para outorga, houve sete reuniões com os órgãos gestores, quatro reuniões com o Comitê do Paranaíba e do Comitê de Bacia. E como vocês sabem, a lei das agências reguladoras, ela prevê que para edição de suas normas, como é o caso do Marco Regulatório, que tenha, que ocorra a realização de análise de impacto regulatório e da participação social. Então esses dois requisitos estão cumpridos aqui como vocês podem ver, na consulta pública 5, e no relatório de análise de impacto regulatório nº 1 que é análise de impacto regulatório conjunto, inclusive. Então a gente também a partir dessa deliberação, foi contratada uma empresa, isso é um procedimento que a ANA vem adotando, adotou, por exemplo, a Bacia do Piranhas-Açu, mas ele é uma contratação que ela dá suporte para o futuro, para a regularização, para apoiar os estados, também para apoiar os usuários, apoiar os estados, para que haja não só a regularização, mas também o monitoramento do ponto onde estamos para frente. Então ela prevê atualização dos dados dos usuários, apoio e regularização, monitoramento dos usos, campanha de medições de vazão, instalação de estações fluviométricas, levantamento de dados, de barragens existentes e capacitação dos irrigantes. Em função da pandemia de Covid, só duas etapas dessa contratação foram pagas e cumpridas. Que é a elaboração de plano contratual e do primeiro plano semestral operacional. Também teve a contratação, não é uma contratação, na verdade, é um Acordo de Cooperação Técnica com a UFLA, que ela vai dar suporte para elaboração de um portal do usuário da ANA, para facilitar o que o usuário se regularize. E também ela vai prever uma solução tecnológica para integração dos dados dos órgãos gestores estaduais com a ANA. Isso vai permitir um uso do sistema Regla, que é o sistema de outorga da ANA pelos órgãos gestores. Então como conclusão, a gente pode, isso aqui é a conclusão da própria nota, que a gente observa que não houve transgressão nas deliberações do CNRH, conforme em especial da Lei 9.433, das Resoluções 05 e 145 do CNRH. E do Decreto 1.000 de 2019 e do Regimento Interno do CNRH. Então pelo contrário, as deliberações elas foram elaboradas, discutidas e decididas de forma participativa, tecnicamente fundamentada, seguindo também os procedimentos definidos na legislação e orientações da Procuradoria Federal junto ao MMA e a ANA. O caráter participativo, densidade técnica de todo processo que culminou na edição da deliberação 88, está em alinhamento com o princípio da gestão descentralizada e participativa da Lei 9.433. É importante que o CNRH preserve a decisão legal e legítima do CBH Paranaíba, relativa à edição da deliberação 88, fortalecendo as instâncias participativas e decisórias do SINGREH. De acordo com a manifestação da CONJUR, do MDR, para acolher os pleitos dos requerentes, o CNRH deve

743 reconhecer a prática de atos ilegais ou abusivos. E conforme manifestação da
744 PEF da ANA, isso não restou até o presente demonstrado e comprovado. Essa é
745 a apresentação.

746 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – Obrigado, Viviane. Só um rápido complemento,
747 registrar que além da equipe da ANA, que está aqui à disposição dos membros da
748 CTAL, temos também representantes dos três estados envolvidos na Bacia de
749 São Marcos, os órgãos gestores da SEMA de Goiás, o Albano Araújo, que é
750 Gerente de Instrumento de Gestão, do IGAM de Minas Gerais, Marcelo da
751 Fonseca que é o Presidente, Diretor Presidente do IGAM. E da ADASA também,
752 Reginaldo, que é representante da ADASA. Então estamos aqui todos os órgãos
753 gestores à disposição dos membros da CTAL para prestar todos os
754 esclarecimentos com relação às atividades que nós temos envolvidas nessa bacia.
755 Está bom? Muito obrigado.

756 **DEBATE**

757 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
758 Patrick, Dra. Viviane. Feitas as apresentações, eu passarei a palavra para os
759 membros da CTAL, por favor, se inscrevam levantando a mão aí do Teams, para a
760 gente organizar as falas, e acho que é o momento de fazer os esclarecimentos, as
761 perguntas devidas, após essas apresentações. Alguém gostaria de fazer o uso da
762 palavra nesse momento? Temos uma pessoa inscrita. Pode prosseguir. É a
763 Miriam Leão.

764 **Sra. Marlian Leão (Ministério da Minas e Energia)** – Marlian, aqui do Ministério
765 de Minas e Energia. Tudo bom, não é?

766 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Tudo bem.

767 **Sra. Marlian Leão (Ministério de Minas e Energia)** – Olha só, para começar
768 assim, eu não tenho só isso para falar, não, mas eu queria assim só pontuar
769 algumas coisas, dizendo assim, que foi falado, por exemplo, na vez da
770 apresentação do Breno, que foi seguido os trâmites, mas assim, a meu ver, esse
771 caso é um caso assim pioneiro no âmbito do Brasil, então a gente precisa também
772 ter consideração essa questão da inovação, da novidade, quer dizer, não é
773 inovação, mas da novidade que houve um caso tão grave assim de conflito, eu
774 pelo menos não tenho conhecimento de outros casos tão graves quanto esse.
775 Então eu vejo o seguinte, que na apresentação muito bem feita aí da Júlia, ela
776 mostra que houve, houve não só quando a gente analisa, quando a gente faz uma
777 discussão no âmbito das bacias hidrográficas, e ela está numa posição de

montante com relação a outras, precisa ser analisado também os impactos abaixo. Então nesse aspecto, com certeza houve uma falta sim de análise, então assim, é nesse sentido, há lacunas, há necessidade de complementações. E entre outras coisas que eu também gostaria de abordar, mas assim, não pretendo falar agora tudo, assim, porque eu acho que outras pessoas têm também outros assuntos, e aí quando oportunamente eu entro também para falar, mas assim, a questão do decreto que sempre é citado pela ANA, o decreto sobre a garantia física, existe uma interpretação errada desse decreto, que é um decreto setorial do setor elétrico, e ele não está se reportando à questão de outorgas. Porque outorga, conceitualmente, é totalmente diferente de garantia física. Então assim, uma coisa que precisa ser analisada dentro dessa interpretação, a garantia física é uma coisa que o conjunto, o condomínio de hidrelétricas, eles podem fazer uma transferência de uma para outra, de acordo com as condições, porque é variável, na questão hidrológica, então eles fazem essa passagem, esse ano Batalha reduz um pouco para a outra compensar. No ano que vem não é Batalha que vai estar reduzida, vai estar aumentada. Então quando você reduz outorga, você reduz permanentemente, você perde a garantia física. Esse assunto será, pretendemos lá no Ministério abordar de uma forma que a gente sane essas dúvidas, que são colocadas sempre como a justificativa, para ser retirado totalmente, já diante de uma necessidade de uma revisão de outorga, retirar completamente essa necessidade do setor elétrico. Isso foi a justificativa, sendo que deveria ser debatido de uma forma que visse como poderia ser essa revisão se necessária, ser feita de uma forma compartilhada. Então para não me estender muito, eu só vou falar esses dois pensamentos aqui, iniciais.

Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Obrigado, Marlian. O próximo da lista está Wilson de Azevedo. Por favor.

Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos Lazer e Turismo) – Obrigado, Anderson. Vou baixar minha mão aqui, porque senão depois eu esqueço. Bem, eu sou representante do segmento usuário e do turismo. Então eu não tenho, eu preciso tanto, preciso naturalmente de muita água, como preciso de energia elétrica, e como preciso também de alimentos para atender os clientes do turismo dos nossos complexos hoteleiros, nas nossas instâncias. Mas eu vou falar como membro do Paranaíba, e eu acompanhei, tive oportunidade de acompanhar ou de participar dessas discussões. Até de fazer parte inicialmente de grupo de trabalho. Uma coisa que eu sempre falo, que quero, e quero reforçar agora nesse momento, é que o Comitê de Bacia Hidrográfica, ele é um fórum em que deve promover entendimentos, nós não podemos participar do Conselho para fazer um jogo de força, medir força e defender rigidamente os

816 nossos interesses. Claro que quem representa um segmento, ele tem que
817 defender seus interesses, mas ele também tem que ter a responsabilidade de
818 flexibilizar suas posições em prol da política. Quer dizer, então isso é uma
819 premissa básica, eu vejo muito no comitê, pessoas intransigentes, e isso não é o
820 espírito que rege a função do comitê, é o que eu sempre digo, o comitê, ele tem a
821 função de pacificar os usos de recursos hídricos. E nessas reuniões que
822 aconteceram no Paranaíba, eu sempre conversei com os representantes do setor
823 de geração de energia, sobre uma posição deles que era de uma certa
824 intransigência ao direito deles, ao direito adquirido, nós temos a outorga, sempre
825 ponderei muito, vamos fazer estudos, vamos propor negociações, vamos com
826 representantes do próprio Ministério de Minas e Energia na ocasião. E isso não
827 avançou, não avançou. E nós chegamos no impasse, onde o comitê se viu
828 obrigado a tomar uma decisão. E foi o que aconteceu. Então eu acho que houve
829 muita discussão no comitê, todos tiveram a possibilidade de participar, a
830 articulação que deveria ter sido feita com outros órgãos do setor de geração de
831 energia, como a ANEEL, ONS e etc., eles tinham que ter sido feito pelos próprios
832 representantes desse segmento no comitê, que era o Ministério de Minas e
833 Energia, Furnas. Então não competiu ao comitê chamar esses órgãos para discutir
834 esse assunto. Os integrantes e representantes do setor de geração de energia
835 que deviam de ter feito essa articulação interna. Então eu não queria dizer que eu
836 acho que a decisão do comitê foi tomada em cima de muita discussão, e temos aí
837 a princípio, uma decisão que na minha opinião, deve ser mantida. Obrigado.

838 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
839 Wilson. Passo já a palavra para a Ana Camila, por favor.

840 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
841 Em primeiro lugar, eu queria parabenizar a ANA, porque acho que ela defendeu os
842 pontos de uma forma brilhante, eu acho que é exatamente aquele ponto que eu
843 cheguei a comentar no começo. Eu acho que o comitê, a gente não pode falhar
844 por forma também, apesar do pedido ter sido um pedido inicialmente pedido de
845 recurso, e onde a gente não pode usurpar as competências de outros órgãos,
846 outras instâncias, eu acho que não ficou comprovado o cumprimento até dos
847 requisitos legais do pedido de petição. Eu acho que não tem, não tem poder para
848 o pedido, assim, eu votaria assim, não sei se a gente já estava votando, mas
849 assim, eu sugeriria que a gente não reconhecesse, não conhecesse do pedido,
850 porque eu acho que não cumpre as mínimas, requisitos para um pedido de
851 petição. É só isso.

852 **Sra. Jordana Girardello (Irrigantes)** – Está desligado seu microfone, Anderson.

853 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
854 Ana Camila, obrigado. Nós estamos só apenas nos comentários, após as
855 apresentações. E após esses comentários vamos abrir para propostas de
856 encaminhamentos. Então já passo agora para a Aparecida Vargas, por favor.

857 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Não, acho
858 que é o Gustavo, primeiro.

859 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Gustavo.

860 **Sr. Gustavo Goretti (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)** – É
861 porque eu abaixei a mão. Eu estava com o microfone fechado, eu chamei. Boa
862 tarde mais uma vez a todos. João, a gente não está te vendo, quem não te
863 conhece, só está vendo a luz aí na sua cabeça. Obrigado pelas apresentações. Eu
864 queria até aproveitando a fala da ANA, foi muito boa, a explicação acho que a
865 equipe do Patrick fez, acho que foi bem interessante, esclarecedora, sobre a
866 legalidade do pedido. Ela me lembrou de uma coisa que eu nunca perguntei,
867 talvez eu vou perguntar aqui, por que é que mudaram o nome para Batalha,
868 parece que alguém adivinhando que esse rolo ia acontecer, porque é
869 impressionante a confusão que essa hidrelétrica tem causado, e talvez de forma
870 como foi falado aí pela colega do Ministério de Minas e Energia, de forma
871 realmente inovadora. Eu vou falar algumas coisas, talvez eu volte depois, nesse
872 ponto aí acho que a Aparecida deve saber o que é que, por que de Batalha, mas
873 eu acho que a Júlia comentou alguns pontos interessantes. E primeiramente a
874 minha opinião é a mesma da Ana Carolina, se não me engano, que me
875 antecedeu, de que aqui a gente não deve discutir o mérito como foi trazido aqui
876 bastante na apresentação da Júlia, trouxe todo histórico, acho que foi bom para as
877 pessoas que não acompanharam isso de longa data, mas a questão aqui não é de
878 mérito. Mas como foi apresentado alguns dados aqui, eu queria comentar algumas
879 questões que foram faladas aqui, principalmente da questão da segurança do
880 setor, que o setor elétrico realmente ele tem, é bem normatizado e bem
881 regulamentado. E por outro lado, como ela bem falou, não é melhor e nem tem
882 garantias a mais do que os outros setores em relação aos usos dos recursos
883 hídricos. E é sempre essa postura que se traz aqui, que o setor elétrico deve ser
884 garantido, para garantir a eletricidade, porque vai garantir a conta de energia mais
885 barata. Eu acho que se for por esse lado, a gente podia parar a discussão, porque
886 eu acho, o alimento é o principal custo aí do brasileiro em termos de inflação e
887 tudo. Então se for para aumentar alguma coisa, é pior aumentar o custo de toda
888 alimentação que é baseada na irrigação. Então acho que não é bem por aí, a
889 questão que ela colocou, que esse tipo de alteração, ela está causando impactos
890 na ictiofauna, lá na Foz e tal, isso também não faz o menor sentido, porque não foi

24

891 essa mudança que trouxe esse tipo de alteração. Então todos os usos impactam
892 recursos hídricos, até o uso do turismo como o Wilson falou, de certa forma
893 impacta, então não tem que falar de que foi essa troca de outorga, como se fosse
894 a troca de outorga que está matando os peixinhos lá na Foz. Então isso não faz
895 muito sentido, acho que não é interessante trazer aqui. Esse assunto realmente já
896 está sendo discutido há muito tempo, e eu concordo com o Wilson que essa
897 postura de não aceitar as decisões do comitê, não tem ajudado nada, isso já está
898 se arrastando há muito tempo. E uma apresentação que uma rediscussão desse
899 mesmo assunto, aqui, que já tinha se tomado decisão do comitê, se eu não me
900 engano foi em 2018, com um outro recurso que já tinha sido apresentado aqui
901 também, trouxeram uma pessoa de Furnas para apresentar os impactos, e ele
902 mostrou que o impacto na cascata inteira era de 1%. Então a gente está trazendo
903 essa discussão inteira por causa de um impacto de 1% na cascata inteira. Então
904 sendo que eu acho que não faz o menor sentido, apesar disso não está sendo
905 colocado em pauta aqui, eu acho que o Wilson falou muito bem, a gente tem que
906 andar, porque esse assunto já está sendo debatido aqui no Conselho, fora o que
907 já foi debatido lá no comitê, já está sendo debatido aqui no Conselho, se não me
908 engano, há cinco anos. Antes mesmo disso ser aprovado, já estava sendo
909 discutido aqui dentro do comitê. Então eu acho que a gente também não deve
910 acatar essa proposta aí do setor elétrico.

911 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
912 Gustavo. Passo a palavra agora para a Aparecida Vargas.

913 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
914 **Hidrelétrica)** – Obrigada, Anderson. Primeiro, eu fico muito preocupada, porque a
915 gente vai perdendo um pouco a história de tudo como as coisas foram
916 acontecendo até pelo longo espaço já de discussão, mas mesmo agora num
917 passado muito recente, a gente percebe que houve muitas trocas de
918 representação. E um exemplo disso, é não saber que o direito de petição foi
919 sugestão de uma Procuradora-Geral da ANA. A proposta veio da própria ANA, a
920 gente tem isso em Ata, em reunião da antiga CTIL. E também hoje já não é mais
921 procuradora da ANA.

922 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
923 Pode até ser formalizada na forma como de petição.

924 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Ok, pode
925 prosseguir, Aparecida.

Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração Hidrelétrica) – Obrigada. E uma outra coisa que eu acho que a gente não pode perder de vista, e que a gente vem questionando, sobre a questão da falta de estudos e a gente sabe o tanto que a ANA é rigorosa com essas coisas, e nesse sentido, nós não estamos tendo o mesmo rigor. Os estudos foram contratados, já foram apresentados aqui por conta da pandemia, hoje mesmo já foi posto, por conta da pandemia, ele não deu sequência. E eu não vejo por que dessa, desse esforço em tomar-se uma decisão, sem que a gente tenha um estudo que a gente, tanto é necessário que ele foi contratado, senão ele não seria contratado, sem que a gente tenha o resultado desses estudos para que a gente possa de fato tomar uma decisão segura, tranquila, indo na linha do que o Wilson falou, Wilson, sobre a gente fazer gestão, o Wilson colocou gestão, nada mais do que isso. Que é isso que a gente tem que fazer. Mas é fazer gestão olhando todos os lados e todas as partes. E quando eu vejo agricultura falando dessa forma, eu sinceramente eu fico, tem hora que eu fico achando que a gente não está discutindo a mesma coisa, parece que a gente não está com isso aqui também atrelado aquela CP 05, aonde ela vem totalmente tentando, inviabiliza totalmente o uso irrigação, e claro que comida é o essencial, agora se você não tiver energia, você não consegue nem irrigar. Se você tiver uma energia mais cara, não, por favor, eu esperei todo mundo falar.

Sr. João Clímaco Soares (Organizações não Governamentais) – Eu só queria saber o que é CP 05, que eu não sei.

Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração Hidrelétrica) – É a consulta pública 05 da ANA, do Marco Regulatório do São Marcos. Aonde a proposta que vem para os irrigantes, inviabiliza a maioria dos irrigantes na bacia, e isso foi posto numa reunião pelos irrigantes, nas reuniões de comitês de bacia. Então a gente discutir as coisas descoladas, às vezes, deixa também, nos deixa, fragiliza as pessoas de ambas as partes, você faz uma defesa hoje que pode te atrapalhar lá na frente. Eu acho que é muito importante a gente conhecer o contexto todo e o que é que tudo isso significa. E só queria reforçar a questão da importância, não é à toa que todas as legislações exigem isso, daí a importância de a gente ter estudos técnicos que nos deem balizamento para tomada de decisão. E se tem estudo técnico sendo elaborado, eu acho que é muito importante que a gente aguarde esse estudo ficar pronto, para que a gente possa ter qualquer tomada de decisão. Mesmo que a tomada de decisão seja contrária ao que o setor hidrelétrico esteja pleiteando. Mas aí nós vamos estar tomando decisão com base num estudo realizado. Obrigada, Anderson.

963 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Ok,
964 Aparecida. Muito obrigado. Eu passo a palavra para o João Clímaco.

965 **Sr. João Clímaco Soares (Organizações não Governamentais)** – Boa tarde a
966 todos. Eu queria cumprimentar aí toda a Câmara que se reúne mais uma vez. E
967 manifestar o meu desapontamento de a gente estar ainda discutindo isso. Nós
968 como membro do Comitê Paranaíba, fomos protagonistas de uma série, uma
969 agenda muito cheia, muito consistente, onde foi se tomando, foi se construindo
970 esse processo de decisão, que culminou com uma competência do comitê de
971 ceder de maneira inédita, e atestando uma legitimidade que a lei permite. Como
972 membro do comitê, eu participei disso, e também como participante de vários
973 comitês, e nossa entidade a nível nacional, eu estou assim muito preocupado com
974 esse processo de desconstrução, sabe, do pacto que se estabelece por escrito, e
975 as práticas que se desenvolvem. Eu fico muito pendido com a fala da
976 representante do setor elétrico não está esperando estudos, porque não é bem
977 essa, esse sentimento de esperar estudos e construir estudos, porque o setor
978 elétrico não respeita estudos. E a gente fala isso com Cátedra, porque nós
979 estamos vivendo um modus operandi que me leva a fazer um pedido. Pedir o
980 setor elétrico na pessoa dos seus representantes nessas instâncias colegiadas,
981 que parem de forçar a barra para desconstruir toda a história da gestão de
982 recursos hídricos dentro do que foi possível fazer participativo e legalmente,
983 juridicamente correto. Eu digo juridicamente correto porque pelos argumentos que
984 eu vi da ANA, e do Presidente do Comitê do Paranaíba, eu não tenho mais o que
985 me apelar para encontrar uma saída para que desse ao setor elétrico uma luz de
986 racionalidade e razoabilidade. Porque a sociedade está sendo vítima, eu digo a
987 sociedade brasileira, está sendo vítima de uma atitude lobista do setor elétrico no
988 ambiente, não de uma atitude responsável, porque nós temos lá no pantanal, um
989 absurdo lá, onde os lobbys do setor elétrico e seus associados, eles constroem
990 desrespeito totalmente estudo e força a barra para não fazer os estatutos e
991 normativo da gestão se consolidarem. Então nós estamos vivendo um momento
992 muito delicado, onde a lei da força, a força ainda policial não, embora tenha casos
993 isolados aí, é a força da ideologia imperativa do que eu quero assim, tem que ser
994 assim, e até algumas pessoas se cansarem, aí a coisa se degradingola. Então a
995 minha fala aqui, a despeito da minha, às vezes irreverência, ela não pode repetir a
996 delicadeza dos outros, porque o nosso caso é o setor agrícola, agrário, que está
997 sendo vitimado também em outras regiões, é a situação de pescadores,
998 agricultores familiares, que ficam acreditando no sistema de gestão de recursos
999 hídricos e ao mesmo tempo vê esse absurdo de um setor querer desconstruir e
1000 para não dizer, avacalhar a história da consolidação de um modelo de gestão de
1001 recursos hídricos. É uma pena, nós estamos enfrentando muita dificuldade, eu

queria que vocês tomassem conhecimento no que esses representantes do setor elétrico fazem no pantanal, querem fazer no pantanal, com todos os seus lobbys e sua estrutura de poder, associado ao poder local, em prejuízo de centenas de pescadores. Então olha, eu só estou querendo dar o testemunho, porque esse, essas falas sejam consolidadas que foi antes de mim, no sentido de subsidiar a plenária, e eu vou novamente me colocar na plenária, porque eu estou achando que não há mais uma racionalidade, uma razoabilidade, e sim uma atitude desconstrutora de um sistema de gestão que no primeiro momento foi uma ilusão, que mobilizou tanta gente, mas tem algumas que ficam querendo desconstruir e desmoralizá-lo com essa racionalidade perversa de desconsiderar a ciência. E forçar a barra para que a lei e as normas sejam agredidas. Muito obrigado. Eu espero que a gente consiga quem sabe, sair desse patamar, desse pantanal de falta de compromisso com o país, de falta de compromisso com as populações que estão na beira do rio, sofrendo. Em parques horrorosos do sistema elétrico. Obrigado.

Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Obrigado pelo registro, Clímaco. Passo a palavra agora para o Dr. Mauro Sousa.

Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia) – Boa tarde a todos e a todas, novamente. Só fazer alguns apontamentos, e faço uma nota de abertura aqui só para pontuar preliminarmente, que com todo respeito ao Dr. João Clímaco, que dirigiu alguns opróbios aí ao setor elétrico, só para mencionar que isso não ajuda na discussão, sai da matéria que está sendo discutida, que não é oportuno esse tipo de desabafo, a condenar um setor como se esse setor fosse deletério para o país. Então assim, essa discussão, ela pode ser em outro fórum, não é que ela não seja necessária, conforme o papel de cada setor. Mas antes de tudo, lembrar que o setor elétrico, ele não se limita à questão hídrica. Hoje são 65% da nossa matriz energética, vem da geração a partir da fonte hídrica, mas tem outras fontes. Mas historicamente o setor elétrico tem esse vínculo e o vínculo de gestão também com o próprio, com a própria área de recursos hídricos, que não poderia ser diferente. Então só esse primeiro apontamento. Fiquei com uma dúvida com relação ao papel da ANA, e especialmente ao papel da sua procuradoria, quanto prestação de apoio ao trabalho desenvolvido pela, pelo comitê de assuntos legais. Que me pareceu mais uma defesa apresentada, uma defesa até veemente, do que foi feito até aqui, não a mera exposição um andamento processual e tudo. Mas é uma dúvida que tenho, não estou criticando propriamente, mas estou dizendo que me saltou os olhos a forma como foi apresentada aqui como uma defesa do próprio ato que está sendo impugnado. Eu acho que a gente, então o

1040 primeiro ponto é, penso que esteja superada a ideia de absorção do pleito
1041 formulado pelas duas entidades, ABRAGE e ABRAGEL, e pela via do
1042 reconhecimento do direito constitucional de petição, e essa questão foi submetida
1043 à consultoria jurídica do Ministério, que assim entendeu. E eu acho que não cabe
1044 mais aqui a gente ainda suscitar essa discussão. Acho que pelo andar do que já
1045 veio até aqui nesse procedimento, acho que agora tentar desconstituir esse, o
1046 exercício legítimo desse direito de petição, seria pôr por terra tudo que foi
1047 construído nesse meio tempo e inclusive, uma manifestação da área jurídica do
1048 Ministério, que eu penso que deva ser acatada por todos para que a gente tenha
1049 continuidade. Com relação à matéria que está sendo vertida aqui, e o
1050 apontamento de que existe um mal ferimento ao devido processo legal, porque o
1051 procedimento levado a termo pelo Comitê de Bacia, ele deixou a desejar em
1052 alguns pontos procedimentais, embora a ANA tenha trazido elementos aí que
1053 invoca uma regularidade procedimental, inclusive com a invocação de que houve
1054 manifestações jurídicas e que, portanto, todo procedimento ele está coberto pela
1055 regularidade e pela legalidade, é bom que a gente opine também que qualquer
1056 manifestação jurídica, ela é passível de confronto, ela não, ela pode, e até pelo
1057 caráter opinativo que muitas delas tem, e é passível de contestação como
1058 emissão de um parecer jurídico, por exemplo, e aqui eu trabalho na consultoria
1059 jurídica do Ministério de Minas e Energia, e que dá por legítima e legal, um ato,
1060 digamos assim, um ato qualquer, seja administrativo, ou um ato normativo, ele
1061 pode ser contestado e eventualmente ser reconhecido pelo judiciário que ele não
1062 estava coberto pela legalidade. Então o fato de que ao longo do tempo houve
1063 várias manifestações jurídicas dando conta de uma regularidade desse
1064 procedimento, não quer dizer que realmente ele esteja livre de uma contestação
1065 que está sendo feita neste momento. Com relação a aspectos que dizem respeito
1066 a questão da outorga, e isso foi muito bem pontuado pela Dra. Júlia, eu só
1067 acrescentaria que a gente precisa continuar batendo nessa tecla, e aí não quer
1068 dizer que o setor elétrico tem ou se acha privilegiado ou maior do que qualquer
1069 outro setor. A Política Nacional de Recursos Hídricos, ela é muito clara com
1070 relação aos usos múltiplos, e dentro desses usos múltiplos, existe a geração de
1071 energia. Só que tem por força da normatização que existe, desde a constituição,
1072 quando a gente pega lá na constituição o que é bem da união, no Artigo 20, é o
1073 potencial de geração hídrica. O potencial é um bem, a água é um outro bem,
1074 embora o próprio potencial seja constituído por água. Então tem o domínio, a
1075 dominialidade desse bem, é que é objeto de concessão de uso, que está no
1076 contrato, para que se chegue a isso aí, nós temos todo um estudo que é feito,
1077 estudos técnicos, estudos de caráter ambiental, para que se chegue ao chamado
1078 aproveitamento ótimo, que é uma obrigação do setor elétrico definir desses
1079 potenciais aqueles que vão ser aproveitados, e nesses casos específicos em que

1080 você tem aproveitamento em cascata, eles não são vistos isoladamente. Então a
1081 partir do momento em que há uma definição desse aproveitamento ótimo, e que
1082 há uma reserva de recurso hídrico para garantir a futura execução de um contrato
1083 de concessão, que seria para geração de energia, com esses dados, o Ministério
1084 de Minas e Energia emite uma portaria que atesta a garantia física, garantia física
1085 que diz até onde, até quanto pode ser comercializado de energia. E uma vez
1086 levado a leilão, e o leilão você tem grosso modo, duas vertentes, uma que diz
1087 respeito a concessão propriamente dita daquele uso do bem público, e o outro é
1088 aproximar contratantes daquela energia que vai ser gerada. Então na sessão do
1089 leilão, você tem o gerador que vai firmar contratos de fornecimento de energia,
1090 com base naquela garantia física, e que uma vez contratada, e passado o período
1091 de implantação do empreendimento, essa energia tem que ser entregue. Portanto,
1092 a partir daí, feito o leilão, assinado o contrato de concessão, aquela reserva, se
1093 converte em outorga, e o fato dela ser dada por um documento chamado
1094 autorização, não retira o caráter contratual que ela tem, ela adere ao contrato de
1095 concessão, tanto que a própria lei diz que a outorga deve perdurar pelo menos por
1096 35 anos. Então a superveniência de outras necessidades, ou outros usos que
1097 sejam postulados, não podem simplesmente ficar alvedrio do órgão gestor
1098 específico, no caso seja o Comitê de Bacia, seja a Agência Nacional de Águas ou
1099 uma outra agência, alvedrio dela para alterar isso como se fora naquela
1100 concepção tradicional do direito administrativo, que é a autorização. Então é dada
1101 a título precário, você tem um contrato a ser respeitado, e tem uma gestão do
1102 setor elétrico, a cargo do ONS, e por isso que os apontamentos que foram feitos,
1103 indicam que não houve o envolvimento por completo desses vários atores desse
1104 procedimento de redefinição que está posto na resolução do comitê, porque você
1105 tem que observar todo espectro de empreendimentos em implantação, já
1106 implantados, e já em operação naquela bacia. Ou na cascata. Então esses
1107 aspectos têm que ser muito bem observados, porque não se pode pôr em risco
1108 essa geração de energia necessária, porque não se pode olhar simplesmente o
1109 empreendimento em si, a UHE Batalha, a UHE Batalha faz parte de um complexo,
1110 e agora nós estamos nos defrontando, por exemplo, com essa crise hidrológica
1111 que levou a ANA pela primeira vez, declarar a situação crítica, e tudo que se está
1112 fazendo, envolve inclusive esses tributários da Bacia do Paraná como um todo,
1113 inclusive o Paranaíba. Levando o setor elétrico e os outros setores, obviamente
1114 que vão ser afetados por essa crise hídrica, a rever uma série de situações, mas
1115 aí você está diante de uma situação específica, crítica, climatológica, e que não
1116 diz respeito simplesmente a necessidade de introdução de novos entrantes no
1117 mercado, numa concorrência pela água naquela bacia. Portanto, o respeito ao
1118 contrato de concessão, ele deve ser observado por todos, e quando se fala que a
1119 alteração que a ANA promove nessa outorga, também se baseia no Decreto

1120 2.265, esqueci o nome agora, aquele decreto, ele é do setor elétrico, de gestão da
1121 operação do setor elétrico, ele não é para ser lançado mão por um outro agente,
1122 aguisa de ajuste de outorga que está atrelado a um contrato de concessão. Então
1123 basicamente no primeiro momento é isso que eu queria observar. Obrigado.

1124 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
1125 Mauro. Para dar continuidade aqui, eu gostaria só de pedir para facilitar a relatoria
1126 da Câmara Técnica, que cada um que pedir a palavra, se identifique, falando o
1127 nome e a instituição. E gostaria também de que os membros se ativessem a no
1128 máximo cinco minutos, porque são vários inscritos, ok? Passo a palavra agora
1129 para a Jordana, da CNA.

1130 **Sra. Jordana Girardello (Irrigantes)** – Está bom. Bom, Jordana, CNA. Eu tenho
1131 muitos pontos para colocar, e depois da fala do Mauro, eu fiquei com muitos
1132 questionamentos, e coloca para mim em dúvida até a gestão, o Plano Nacional de
1133 Recursos Hídricos. Mas enfim, vamos por pontos. Eu acho que essa discussão
1134 que a gente está aqui, ela é, ela não cabe o mérito, a gente está na CTAL, eu
1135 acho que a questão de mérito, ela já foi, já foi recurso, já foi colocada diversas
1136 vezes pelo setor elétrico. Eu tive a oportunidade, antes de ser representante aqui
1137 pela CNA, de participar do comitê de bacia no Paranaíba. Então eu estive
1138 presente, participei de toda essa discussão desde 2012. Então como foi colocado,
1139 o grupo de trabalho, ele não é de 2017, ele veio desde 2013, o primeiro grupo de
1140 trabalho. Em 2017, tivemos essa questão aí dos documentos, de mais estudos, de
1141 mais coisas para poder respaldar melhor o próprio comitê em relação a tudo isso.
1142 Então assim, só para deixar claro que quando coloca a questão de não chamar os
1143 envolvidos, e articular como se tivesse infringindo o Artigo 38 da Lei 9.433, isso
1144 não é fato, eu posso falar e afirmar, porque eu estive presente durante todos
1145 esses anos no comitê. Então isso não aconteceu. Os grupos de trabalho estavam
1146 lá, os representantes estavam lá, e isso cabe uma articulação sim do setor, a
1147 cadeira não é de Furnas, a cadeira é do setor elétrico, assim como a cadeira do
1148 irrigante, não é do grupo de 200 irrigantes que estão lá sendo prejudicados, eu
1149 não tive que ir atrás de cada um, a gente tem a representatividade exatamente
1150 para isso, e a partir do momento que eu julgava necessário chamar algum
1151 produtor ou alguma entidade especificamente, eu como representante do setor, fui
1152 atrás. Então eu acredito que se houve envolvimento de alguma entidade elétrica,
1153 foi por falta de articulação do setor elétrico. Porque as oportunidades, as fichas
1154 foram dadas iguais para todos que participam da discussão. Quando foi mostrado
1155 na apresentação também da Júlia em relação ao Plano Nacional, e ao caderno
1156 setorial, o caderno elétrico, e agora corroborado pela fala do Mauro, eu não
1157 consigo entender, e eu não consigo visualizar a gestão de recursos hídricos, e

1158 agora a gente está em plena revisão do Plano Nacional, se os setores, se os
1159 planos setoriais, eles não partirem do pressuposto do Plano Nacional. Se cada
1160 setor, se a gente pegar o setor de irrigação, setor industrial, setor de cada um
1161 começar a fazer o seu planejamento, desarticulado ao Plano Nacional, isso é
1162 problema, isso vai ser conflito, e vai ser muito mais. Então quando a gente coloca
1163 a questão dos setores, eles se planejam a partir do posto, do que a gente tem aí
1164 no Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde eu acredito que todos os setores
1165 têm que partir dele ou da atualização dele, para se atualizar, é justamente para a
1166 gente prever problemas de crises, problemas de conflitos e problemas de
1167 incompatibilidade aí pelo uso da água, para respeitar a multiplicidade. Em relação
1168 à questão do, aí eu entendo que cada setor tem também as suas especificidades
1169 de gestão, óbvio. A gestão dentro do setor de irrigação, é completamente da
1170 gestão do setor elétrico, do setor industrial, do setor de turismo. Mas eu acredito
1171 que isso tudo tem que estar coordenado e feito numa forma de planejamento, para
1172 que a gente possa sim ter e ser respeitado o uso para todos, para todos. E quando
1173 a gente coloca contrato a ser respeitado, a gente tem que respeitar todos os
1174 setores também. O setor produtivo, ele também tem uma obrigação com a
1175 indústria de entregar produtos, que vão ser colocados na nossa mesa e no nosso
1176 dia a dia. Então eu acredito que assim, partindo do objeto dessa reunião, do objeto
1177 que foi colocado a CTAL, em relação a um pedido, onde a justificativa é a
1178 ilegalidade do processo, eu acho que a gente tem mais do que relatos, normas e
1179 notas e despachos, de que irregularidade no processo, não houve. Então eu
1180 acredito que sim, a gente tem que respeitar a decisão da deliberação 88 do comitê
1181 que seguiu sim, todos os ritos legais e ainda vale lembrar, que houve consultas
1182 públicas, antes da deliberação 88, que Breno acho que não citou no documento,
1183 mas a gente participou e foram feitas várias consultas públicas na região também.
1184 Então, e inclusive como o pedido é para a ilegalidade do processo, eu acredito
1185 que não houve legalidade, então não tem sentido, não tem fundamento do
1186 requerimento.

1187 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
1188 Jordana. Passo a palavra agora a Ana Camila. Ana Camila baixou a mão.

1189 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
1190 Estou falando aqui com o microfone desligado, desculpa. Não, eu sou do
1191 Ministério, representante do Ministério da Infraestrutura, e na verdade, eu queria
1192 falar de novo, em decorrência das últimas falas, e que eu queria deixar claro que
1193 na verdade, eu acho que nós da Câmara Técnica, a gente está falhando com
1194 relação ao procedimento todo que a gente está desenvolvendo assim, na verdade,
1195 a minha crítica inicial, foi quanto à admissibilidade do instrumento para a gente

1196 estar aqui em discussão, porque na verdade, a gente está discutindo a matéria,
1197 quando ao meu ver a gente ainda deveria estar discutindo a admissibilidade do
1198 instrumento. Porque eu acho que em todo momento, ele não deixou claro, quais
1199 são as situações de fato e de direito que estão sendo infringidas, ou seja, não
1200 existe uma lesão concreta, uma denúncia de algum caso específico, para mim
1201 pelo menos não ficou claro. E então para mim assim, a partir do momento que
1202 ainda estou discutindo admissibilidade do instrumento, discutir a matéria para mim
1203 é uma discussão completamente inócua. Eu acho que a gente tem que arbitrar
1204 dentro da nossa competência, se a gente entrar aqui agora nas competências do
1205 CNRH, a gente não tem competência para arbitrar conflito entre esses setores
1206 agora envolvidos. E eu acho isso um ponto crítico, porque a gente não pode abrir
1207 precedente para novas, novos recursos, novos instrumentos, novos pedidos nesse
1208 sentido. Acho que a gente não pode usurpar a competência de outros órgãos. É
1209 esse, eu acho que a gente também está de repente extrapolando até as
1210 competências da nossa, da própria Câmara Técnica, e eu queria chamar assim a
1211 atenção dos colegas para esse ponto, assim, eu acho que pedir relatório técnico,
1212 pedir qualquer outra coisa que não tenha sido apresentado, também acho que
1213 foge bastante ao ponto, quando eu acho que nós não deveríamos conhecer o
1214 recurso do pedido, e é isso. Ah, e só mais um outro ponto, que acho que o Mauro
1215 falou, com relação à sugestão da procuradoria da ANA, toda indicação da
1216 Procuradoria Federal, da AGU, são todas opinativas, elas não têm nenhum poder
1217 vinculatório, então eu acho que deveria partir da análise desta, da CTAL, uma
1218 análise se tinha, analisar a admissibilidade, mesmo, do pedido. Então é só isso
1219 que eu queria pontuar.

1220 **Sr. Anderson Bezerra (Ministério do Desenvolvimento Regional)** – Obrigado,
1221 Ana. Eu percebi que o Wilson já retornou. Wilson está apostos aí para retomar a
1222 condução? Acredito que deve estar ocupado. Então vou passar a palavra aqui
1223 para a Mônica, que é a seguinte na lista. Mônica, não, desculpa, o Roberto Farias.
1224 Por favor, Roberto.

1225 **Sr. Luiz Roberto Porto Farias (Comitê de Bacia Hidrográficas rios de Domínio**
1226 **da União)** – Olá, boa tarde a todos. Roberto Farias, CBHSF. Gente, eu li
1227 atentamente todo material que foi encaminhado a respeito desse processo,
1228 constata-se facilmente que essa questão já vem rolando aí há vários anos aqui no
1229 âmbito da CTAL. Li a manifestação técnica da ANA, a respeito desse
1230 questionamento, de forma bem robusta, a ANA fez todo histórico do processo, de
1231 tudo que aconteceu desde o início até a edição da deliberação 88 de 2018 do
1232 Paranaíba. Com argumentos técnicos robustos, analisou tudo, e inclusive rebateu
1233 os argumentos lançados pelas entidades ABRAGEL e ABRAGE, na sua

1234 manifestação. As opiniões jurídicas emitidas pela própria Procuradoria Federal da
1235 ANA e pela própria CONJUR, não identificaram nenhum tipo de ilegalidade, nem
1236 de abuso, durante todo, de toda tramitação do processo, certo. Então, e não há
1237 inclusive comprovação de que nenhum ato que foi praticado para a construção
1238 dessa deliberação, tenha violado especificamente os princípios da gestão
1239 descentralizada e participativa prevista na 9.433, como nenhuma outra norma,
1240 afora a 9.433, das resoluções do CNRH, e do próprio Decreto 10.000 de 2019, do
1241 Regimento Interno do CNRH. Então eu entendo que essa questão já está
1242 resolvida do ponto de vista técnico e jurídico, que não precisa mais se alongar na
1243 discussão dessa matéria, que a gente poderia já decidir agora. Essa proposta eu
1244 faço porque ela já está exaustivamente discutida, seja do ponto de vista técnico,
1245 seja do ponto de vista jurídico. Entendo que o instrumento utilizado, direito de
1246 petição não se aplica nesse caso, é minha opinião pessoal, particular, porque para
1247 você questionar qualquer resolução de comitê, você tem os recursos previstos em
1248 lei, somente no âmbito da lei do processo administrativo federal. Então o direito de
1249 petição, ele é utilizado em outras situações específicas. Ele não é amplo, geral e
1250 irrestrito. Esse é o meu entendimento legal a respeito desse ponto específico.
1251 Então, portanto, eu desde já, já entendo que essa matéria já pode, que a
1252 deliberação da nossa CTAL agora, e que a gente manifeste, a minha opinião que
1253 é pelo não conhecimento do direito de petição, e ainda que se eles venham
1254 conhecido pela maioria dos meus pares, eu entendo que ele deve ser indeferido,
1255 porque no mérito não há nada que comprove que todo este processo foi
1256 construído de forma ilegal. Essa é minha opinião.

1257 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1258 **Regional)** – Muito bem, Roberto. Retornei aqui então, vou retomar aqui a
1259 condução da reunião. Estou vendo que nós temos ainda algumas pessoas
1260 inscritas. A Roseli estava me passando aqui até o ponto atual sobre as discussões
1261 que nós já tivemos. E eu acho que seria interessante nós ouvirmos os demais
1262 inscritos para a gente então dar um encaminhamento, acho que é importante
1263 como o Roberto, que me antecedeu aqui, comentou, é de a gente realmente dar o
1264 encaminhamento aqui na CTAL, de forma que a gente possa ter um relatório
1265 dessa nossa audiência de hoje, para que a gente leve então para o conhecimento
1266 do plenário, sobre as tratativas sobre esse pedido da ABRAGE e ABRAGEL. Vou
1267 passar então para o Ivan.

1268 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
1269 **Hidrelétrica)** – Só uma questão de ordem, fora do que está ali, eu já estou inscrita
1270 para falar, mas é só uma questão de ordem, no caso, deixar claro que direito de

1271 petição já foi conhecido. E não está discutindo o direito de petição conhecer ou
1272 não, agora está se discutindo o que foi alimentado.

1273 **Sr. João Clímaco Soares (Organizações não Governamentais)** – Desculpe, eu
1274 discordo, eu discordo.

1275 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
1276 **Hidrelétrica)** – Eu acho que a Ana, como ela não participou da última reunião, ela
1277 meio que confundiu isso e fica falando de admissibilidade do direito de petição.
1278 Então está causando uma confusão em todos.

1279 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1280 **Regional)** – É que tem uma questão, Júlia, que realmente no âmbito da CTAL,
1281 nós colocamos na última reunião que nós iríamos discutir. Então realmente,
1282 porque caso a gente tivesse já encaminhado para o plenário a questão da
1283 admissibilidade, não faria sentido nem esse momento dessa oportunidade de
1284 detalhar um pouco mais o pedido. Então no âmbito da CTAL, na última reunião, a
1285 gente realmente colocou que seria importante a gente avançar nessa discussão,
1286 tanto é que nós oportunizamos essas informações complementares, mas o fato é
1287 que a CTAL não tem essa atribuição, e é importante que a gente leve ao plenário.
1288 Então acho que esse que é o ponto que de repente a gente está aqui talvez tendo
1289 alguma dúvida, e o fato é, é isso, não é Reginaldo?

1290 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1291 **ES)** – Quem decide é o plenário. Inclusive a admissibilidade.

1292 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1293 **Regional)** – Inclusive a admissibilidade. Então a gente vai submeter conforme
1294 esse parecer nosso da CTAL, que nós vamos construir a partir da nossa conversa
1295 de hoje, nós vamos submeter um parecer com as nossas proposições ao plenário,
1296 e o plenário então vai avaliar primeiro a admissibilidade, e depois a questão de
1297 que aí ela conheceria, e aí também o mérito, eu diria, do peticionamento. Está ok?
1298 Então vou passar para o Ivan para a gente seguir aqui, nós temos dois, quatro,
1299 seis, sete inscritos. Acho que se a gente pudesse fechar nesses sete inscritos,
1300 para a gente já encaminhar uma deliberação, seria interessante. Por favor, Ivan.

1301 **Sr. Ivan (Abrage)** – Obrigado, Wilson, pela palavra. Meu nome é Ivan, eu estou
1302 falando pela ABRAGE. Eu só queria trazer mais alguns temas relacionados ao
1303 mérito, que a Júlia comentou. Primeiro, é relacionado aí àquela questão da crise
1304 hídrica que nós estamos vivendo no momento, que alguns colegas comentaram
1305 que ela de fato não está diretamente ligada a este momento, ao tema que a gente

1306 está aqui discutindo. Mas na verdade, existe sim uma relação, porque o
1307 equacionamento hidráulico de toda uma cascata, ele está todo ele ligado. Então
1308 quando a gente fala que existe uma retirada de água, uma determinada porção da
1309 bacia, na porção montante, evidentemente isso implica sim em
1310 desarmazenamentos, desutilizações de reservação de água em reservatório,
1311 impossibilidades em atendimento de uso múltiplo, que aliás, é o que está em tela
1312 na discussão do Paraná. A grande dificuldade é atendimento ao uso múltiplo, nem
1313 é geração de energia. Então isso é apenas para a gente poder deixar isso claro, e
1314 quando a gente fala do Decreto 2.655, eu gostaria de reforçar o que já foi dito,
1315 existe uma preocupação muito grande, sim, porque a gente não pode entender
1316 como a Júlia comentou, que o uso consultivo é somente, é a única variável que
1317 interfere ali no cálculo. Então quando a gente coloca um entendimento, quando a
1318 gente cria entendimento que levar ao limite do decreto, é algo plausível, eu acho
1319 que há uma confusão muito grande aí, porque tem várias questões que
1320 influenciam na modelagem da garantia física do setor elétrico e de uma usina
1321 hidrelétrica. Então no limite a gente pode entender que se a gente levar o uso
1322 consultivo aos 10%, se a gente tiver outras variáveis que interferem, que possam
1323 interferir ali no cálculo da garantia física, durante um processo de revisão
1324 ordinária, a gente pode ter garantias físicas falseadas. E garantia física falseada,
1325 significa impacto para o consumidor, porque isso gera despacho térmico, fora da
1326 ordem de mérito, isso aumenta o preço da energia, isso gera bandeira tarifária.
1327 Enfim, então nós não estamos falando de Batalha, nós estamos falando de
1328 consumidor no limite. Então assim, acho que cabe sim esse entendimento amplo
1329 de que garantia física, limite de decreto não é tema, não está correto esse
1330 entendimento que é levar ao limite, algo coerente. Entendeu, Wilson? Eu gostaria
1331 que, eu vou ser mais objetivo, para a gente não tomar muito tempo da plenária, do
1332 fórum. Obrigado. Wilson, acho que você está com o microfone fechado.

1333 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1334 **Regional)** – Pronto, agora sim. A Roseli tinha até me relatado também esse ponto
1335 que vocês trouxeram sobre o decreto, nas discussões anteriores. Vou passar
1336 então para o Reginaldo.

1337 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1338 **ES)** – Wilson, pois não, Reginaldo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
1339 DF, e da ADASA. Wilson, me preocupa a discussão desse assunto, na CTAL da
1340 forma que ele tem se delineado hoje ao longo dessa tarde. Eu acho que nós
1341 estamos discutindo aqui esse tema, porque houve uma condescendência da
1342 CTAL, e enquanto Câmara Técnica, que emite parecer jurídico, legal, para decisão
1343 do plenário, houve uma condescendência, inclusive acho que da própria CONJUR,

que aceitou esse direito de petição em troca do recurso, que me parece que não havia mais, não cabia mais recurso dessa decisão, os prazos todos haviam sido esgotados. Mas como você colocou no início, eu acho que isso é devido inclusive pela falta de existência de um normativo, e procedimental no âmbito do Conselho, para que, para recepcionar esses tipos de recurso de petição dos variados, dos mais variados usuários, as entidades de gestão que fazem parte do sistema de recursos hídricos no Brasil, que é o Conselho Nacional, e tem que recepcionar esse tipo, quer dizer, tem que reconhecer o conflito e deliberar sobre esses conflitos. Isso é um ponto que eu coloco. Mas eu acho que desde o início, eu vi que a questão como ela tem se colocado e discutida, inclusive o mérito na CTAL que é a Câmara Técnica de Orientação Jurídica para decisão final do plenário do CNRH. Então eu vou mais ou menos na linha do Ricardo Farias que me antecedeu, eu acho que a questão ela está já antiga, está muito bem já posta, não cabe a CTAL adentrar no mérito, inclusive o colega que me antecedeu, essa questão da energia, questão do potencial hidráulico, etc. Acho que não é nossa competência, nossa atribuição é de dizer para a decisão final, inclusive quanto à admissibilidade, para a decisão final do plenário do CNRH. Então me preocupa essa questão, eu acho que do ponto de vista legal, jurídico, como o Ricardo Farias falou, eu não vislumbrei em todo material que foi enviado para nós para análise, nenhuma ilegalidade, nenhuma ilegitimidade da deliberação do Comitê de Bacia. E acho que é isso que a gente tem que debruçar, se houve alguma ilegalidade, se há um prejuízo irreversível, eminente, a gente teria que sim, que acatar ou colocar para o plenário tomar essa decisão. Inclusive se fosse uma coisa tão urgente, poderia até o próprio Presidente do CNRH, e que é o Ministro, poderia tomar essa decisão se houvesse alguma, algum prejuízo irreversível, eminente, algum fumus boni iuris que a gente trata em direito, os advogados sabem muito bem, que tivesse o máximo do direito, periculum in mora, então sim, a gente poderia ter decidido de forma emergencial e urgente. E não é o caso. Do meu ponto de vista não houve ilegitimidade, ilegalidade da tomada de decisão, da deliberação que o Comitê de Bacia, inclusive do qual a própria ADASA é membro do Comitê. Como colocado pelo Patrick. E eu acho que nós temos que caminhar para a decisão. E eu acho que o relatório que tem que sair dessa nossa reunião de hoje, é um relatório sucinto, porque todo, quando é recurso, a gente sempre, a gente sempre no relatório, a gente coloca se conhece o recurso ou não, se ele é legal, está dentro da legalidade, quer dizer, o que é que a gente, você pode não conhecer o recurso, por ilegalidade, por não estar subsidiado em alguma norma, não está, não há previsão legal. Ou então você conhece o recurso e no mérito, no mérito aí sim você vai discutir o mérito, você dá provimento ou não para o recurso. Mas nem sequer é um recurso, por isso que eu acho que houve uma pequena falha aí de entendimento da CONJUR, quando disse para a gente aceitar direito de

petição. Direito de petição não é o caso, nós estamos tratando aqui de uma deliberação. E quando você trata de uma deliberação, você tem prazo para recorrer, e você tem que basear esse recurso, dar fundamento legal para ele. E eu acho que a Câmara Técnica de Assuntos Legais tem que decidir discutir isso, exatamente isso, se há legalidade nessa petição, nesse instrumento aí que chama-se direito de petição, que eu acho que deveria ser o recurso. Lá atrás, nós já tínhamos definido que nós, a própria CTAL já tinha dito, antes mesmo de encaminhar para a CONJUR, já havíamos discutido que não cabia mais recurso, que a deliberação, que já tinha sido tomada, tinha sido publicada, que toda deliberação, inclusive do Comitê de Bacia, tem que ser publicada. E você tem um prazo para recorrer dessa deliberação, alegando questões de mérito ou alegando questões jurídicas. Então eu acho que realmente você tem toda razão quando a gente tem que fazer, a gente tem que apresentar para o plenário uma resolução, um normativo, que deixe bem claro como se faz, como se apresenta esses recursos em caso de conflito, em caso de discordância, de deliberações, de comitês de bacia e rios da união que é o caso do Rio Paranaíba. Então o meu prazo de encaminhamento, para encaminhamento, eu acho que espero que os próximos que vão seguir, também já manifestem nesse sentido de encaminhar, minha posição, nossa posição, é que a gente realmente não há como conhecer esse direito de petição, até porque não é previsto no normativo. Se a gente acatar como recurso, o recurso já havíamos discutido que não caberia, então também não tem como ser reconhecido. E não sendo conhecido, não sendo admissível, não há que se discutir o mérito. Até porque, até porque a Câmara Técnica de Assuntos Legais tem que debruçar sobre a questão da ilegalidade, a questão jurídica, questão técnica, não é propriamente um assunto a ser discutido na Câmara Técnica de Assuntos Legais da CTAL. Então para encaminhamento, eu vou na mesma linha das pessoas que me antecederam, o Ricardo Farias, a gente encaminhar o relatório para o plenário do CNRH, não conhecendo esse instrumento, exatamente não há previsibilidade legal, nem como recurso e nem como direito de petição, no caso. E quanto ao mérito, não conhecendo o recurso, não tem que discutir o mérito. E se a gente houvesse uma flagrante ilegalidade na tomada de decisão da deliberação do Comitê de Bacia, tudo bem, a gente poderia adentrar no mérito. Mas também não há, eu não vislumbrei nenhuma ilegalidade e ilegitimidade na deliberação do comitê. Então a gente tem que encaminhar o relatório nesse sentido, eu acho que nem tem que discutir muito o mérito. Mas encaminhando no sentido de não admitir essa petição do setor elétrico. E encaminhar nesse sentido.

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Acho que a própria orientação posta pelo parecer.

1423 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1424 **ES)** – Eu sugiro, Wilson, que ao final também a gente delibere, para computar
1425 que se conste em Ata, que a CTAL sentiu a necessidade de editar um normativo
1426 para que se dê mais clareza procedimental a esse tipo de recurso. Eu acho que
1427 tem que ser recurso, direito de petição não é o caso. Concordo com você,
1428 inicialmente.

1429 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1430 **Regional)** – Muito bem, acho que realmente, a ausência desse procedimento,
1431 colocou aí essa talvez falha da forma como o processo, essa falta de objetividade.
1432 Então eventualmente não precisaria nem ter ido a CONJUR anteriormente, mas
1433 tendo ido, eu acho que o debate tem sido importante. Então eu acho que a
1434 decisão da CTAL na última reunião, de fazermos essa discussão, eu acredito que
1435 ela foi acertada, oportunizar esse debate, mesmo já tendo sido debate já há mais
1436 tempo. Mas uma coisa que está muito clara, é de que não está em jogo realmente
1437 o mérito, uma vez que não foi reconhecido o recurso. Então o fato de a gente
1438 eventualmente avaliar a questão do direito de petição, a CONJUR deixou muito
1439 claro, que ele eventualmente poderia ser acatado, caso a gente identificasse
1440 algum tipo de ato de ilegal ou abusivo na decisão do comitê. E até o momento nas
1441 nossas discussões, a gente tem percebido que me parece não ser o caso. Então
1442 ok. Então, vou passar aqui para a Júlia, nós temos a Mônica também inscrita, o
1443 Igor Ribeiro, Patrick e o Gustavo. Aí eu gostaria de encerrar então o nosso debate
1444 com esses inscritos. Ok? Por favor, Júlia.

1445 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
1446 **Hidrelétrica)** – Muito obrigada, Wilson. Eu queria agradecer principalmente
1447 quando vocês falam: não vamos entrar ao mérito da questão. Eu também acho
1448 que não precisa entrar no mérito da questão, eu acho que a questão da
1449 ilegalidade, da violação a 9.433, ela está muito bem demonstrada, a partir do
1450 momento que não foi chamado o ONS e a ANEEL para participarem do processo
1451 de decisão. Era uma obrigação do Comitê de Bacia fazer isso, conforme o Artigo
1452 38, não era o setor elétrico que tinha que chamar a ONS, a ANEEL, isso não está
1453 escrito na lei, está escrito que o comitê deve se articular. Eu queria agradecer a
1454 ANA por ressaltar que o parecer da ANA é simplesmente opinativo. Porque meu
1455 Deus, até me doe quando fala-se que o parecer da ANA a todo momento diz que
1456 não houve legalidade. Entendo também que houve ofensa ao princípio da
1457 igualdade, da legalidade e da razoabilidade. Isso já é o suficiente para demonstrar
1458 de que a decisão, a deliberação 88, ela não só ofendeu a legislação 9.433, assim
1459 como ela ofendeu a Constituição Federal. Lembrando ainda que o direito de
1460 petição, em que pese ele não está em nenhum normativo do CNRH, ele está

1461 previsto na Constituição Federal no seu Artigo 5º, e em razão disso, eu poderia
1462 não apresentar recurso nenhum, eu poderia chegar e apresentar o meu direito de
1463 petição dizendo: houve ofensa a 9.433, houve ofensa à Constituição Federal. E é
1464 isso que eu estou fazendo no momento, agora o que vocês vão entender a partir
1465 disso, já não cabe mais a mim, cabe a mim ressaltar que ofensa houve e eu
1466 acredito que há indícios e demonstrações suficientes do que houve, porque a lei é
1467 muito clara em dizer que precisa ter articulação, e a lei é clara em dizer que tem
1468 que ter articulação com ONS e ANEEL, que em nenhum momento foram oficiados
1469 sobre essa deliberação. Muito obrigada.

1470 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1471 **Regional)** – Ok Júlia. Vou passar então na sequência aqui para a Mônica
1472 Almeida. Boa tarde, Mônica.

1473 **Sra. Mônica Almeida (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
1474 **Hidrelétrica)** – Boa tarde a todos. Mônica, representando a ABRAGE. E também
1475 sou representante no Conselho, membro do Conselho. E o primeiro ponto que eu
1476 gostaria de colocar aqui, o papel do Conselho enquanto entidade para arbitrar
1477 conflito. Então a gente está aqui observando um conflito, que iniciou lá no comitê.
1478 E eu acho que o papel do Conselho não é se esquivar de trazer alguma solução
1479 ou algum encaminhamento. A partir do momento que a gente tem esse direito de
1480 petição reconhecido, eu gostaria de destacar que esse assunto, ele realmente ele
1481 deve ir até a plenária, e eu acho que a gente tem que exercer esse papel
1482 enquanto conselheiro, principalmente. E avaliar essa questão, sobre o ponto de
1483 vista do conflito em si, também. Então acho que a apresentação da Júlia deixou
1484 bastante claro o nosso posicionamento. Queria também ressaltar que assim, o
1485 ponto principal também é a falta de dados técnicos, bastante robustos, tanto tem
1486 esse fato que a contratação da ANA está em andamento, então esse é um ponto,
1487 um aspecto bastante importante, não só para o setor elétrico, que o setor elétrico,
1488 ele é o único setor que mantém o monitoramento permanente, inclusive em tempo
1489 real, para subsidiar ações de gestão dos próprios reservatórios, mas também
1490 compartilhe essas informações com a ANA, mas que a gente não observe essa
1491 mesma, essas mesmas, esse mesmo tipo de cobrança com relação a outros
1492 setores. E é por isso que a gente tem toda essa dificuldade, e chega esse
1493 momento com uma situação como a que estamos vivenciando, de ausência de
1494 dados e de informações, e de relatórios técnicos que possam embasar a gente a
1495 tomar a melhor decisão. Como falou a Aparecida, assim, a decisão, ela precisa de
1496 dados, ela precisa de estudos, e ela pode até não ser favorável ao setor, mas isso
1497 tem que, a gente tem que percorrer esse caminho. Então gostaria de deixar isso
1498 bastante evidente, essa insatisfação de decisões que são tomadas sem ter uma

1499 base de dados robusta e estudos robustos que possam substanciar isso. E isso a
1500 gente deixou evidente nas nossas manifestações. Então acho que não vou me
1501 estender mais, a Júlia já foi brilhante na apresentação, e acho que então são
1502 esses os pontos. Obrigada.

1503 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1504 **Regional)** – Ok, obrigado, Mônica. Igor Ribeiro. Boa tarde.

1505 **Sr. Igor Ribeiro (Ministério de Minas e Energia)** – Boa tarde, Wilson, boa tarde
1506 a todos. Obrigado pela palavra. Primeiro ponto que eu queria esclarecer, retiro até
1507 um trecho de texto que está em um órgão do Sistema Nacional de Gerenciamento
1508 de Recursos Hídricos, e que está diretamente relacionado a fala do Dr. Mauro da
1509 CONJUR do MME. O trecho é o seguinte: por demandar um grande volume de
1510 água envolvendo dois bens públicos, potencial de energia hidráulica e recursos
1511 hídricos, o aproveitamento hidrelétrico é outorgado e fiscalizado de forma
1512 diferenciada pela ANA. Isso faz parte do princípio da isonomia, que é tratar
1513 diferentes os diferentes, e isso está respaldado desde a Constituição Federal, até
1514 nos normativos legais e infralegais, e infraconstitucionais. O que é que acontece, a
1515 que esse trecho está se referindo? Inicialmente está se referindo à declaração de
1516 reserva de disponibilidade hídrica. Esse instrumento só é utilizado pelo setor de
1517 geração de energia hidrelétrica e pelo transporte aquaviário. Por quê? Porque
1518 esses setores demandam grandes investimentos, demandam grandes volumes de
1519 água, e precisa de uma estabilidade, faz sentido uma entidade outorgante, emitir
1520 uma declaração de reserva de disponibilidade hídrica e no momento seguinte,
1521 mudar a própria declaração de reserva de disponibilidade hídrica? Não. Por quê?
1522 Porque a declaração de reserva de disponibilidade hídrica, ela deve assegurar o
1523 equilíbrio econômico financeiro do ponto de vista de geração hidrelétrica, do ponto
1524 de vista de viabilização técnica daquela infraestrutura hídrica. Então da mesma
1525 forma que não faz sentido mudar a própria declaração de reserva de
1526 disponibilidade hídrica, não faz sentido alterar sem a adequada comunicação com
1527 o setor afetado, a outorga de direito de recursos hídricos. Então é importante
1528 ressaltar que a Lei 9.433, também faz ressalvas com relação ao setor elétrico,
1529 Artigo 12, § 2º, a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração
1530 de energia elétrica, estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.
1531 Todos os setores de usuários estão subordinados ao Plano Nacional de Recursos
1532 Hídricos. Mas a lei foi específica em dizer que geração de energia elétrica está
1533 subordinada ao Plano Nacional, por quê? Por que ele é considerado de forma
1534 interligada? Porque os rebatimentos e os benefícios, são de aspecto nacional.
1535 Então ao subordinar a outorga de direito de uso de recursos hídricos ao Plano
1536 Nacional, automaticamente a lei diz: olha comitês de bacia, não mexam em

1537 outorgas de direito de uso de recursos hídricos de geração de energia elétrica,
1538 porque ele tem uma amplitude nacional, e essa argumentação foi ratificada
1539 inclusive pela OCDE, em um estudo contratado pela agência regulatória, quanto à
1540 governança de recursos hídricos que teve um estudo de caso específico para o
1541 caso de São Marcos, que diz que da forma como está sendo tratado o problema,
1542 daqui a pouco a gente vai ter disputa de outorga de direito de uso de recursos
1543 hídricos entre os próprios irrigantes. Que sistema de gerenciamento de recursos
1544 hídricos a gente quer para o nosso país, é esse tipo de segurança jurídica que vai
1545 viabilizar a infraestrutura hídrica e a segurança hídrica que o Brasil precisa? Nesse
1546 momento de crise hídrica, que a gente está vivendo o pior momento hidrológico
1547 dos últimos 90 anos, nós deveríamos fomentar a segurança hídrica através da
1548 segurança jurídica. É fundamental que isso ocorra no nosso país. Então por esses
1549 motivos, é absolutamente claro e veemente a ilegalidade da tomada de decisão,
1550 que isso precisa ser respaldado pelo próprio CNRH, uma vez que o Plano
1551 Nacional de Recursos Hídricos é de competência do CNRH. Obrigado, Wilson.

1552 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1553 **Regional)** – Ok, Igor. Dando sequência, vou passar para o próximo, Patrick.

1554 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – Wilson, obrigado pela concessão da palavra. Minha
1555 fala é no sentido de esclarecer aí algumas questões que foram colocadas com
1556 relação a ANA. O primeiro ponto é que foi dito por alguns representantes do setor
1557 elétrico, de que a ANA contratou um estudo e que deveria se aguardar, um estudo
1558 técnico, e que deveria se aguardar esse estudo técnico para tomada de decisão.
1559 Eu queria esclarecer que a ANA não contratou um estudo, a ANA contratou uma
1560 empresa para prestar apoio as suas ações de gestão e de regulação. Isso é uma
1561 prática que a gente já adota em outros locais do Brasil, como é o caso do
1562 Piranhas-Açu, tendo em vista que a ANA não tem capilaridade, como vocês
1563 sabem, a ANA ela tem a sua sede em Brasília, não tem estruturas locais nas
1564 bacias, então para nós, é complicado ficar deslocando um técnico daqui de
1565 Brasília para ir fazer uma vistoria ao usuário, para ir dar um apoio a um processo
1566 de regularização, para ir fazer uma medição eventualmente de uma captação.
1567 Então nós contratamos essas empresas para nos dar apoio de campo, para esses
1568 procedimentos de regularização de usuários. Então é para isso que essa empresa
1569 foi contratada, justamente tendo em vista que foi tomada a decisão do comitê de
1570 revisão do plano, definição de prioridades, definição de diretriz, para os órgãos
1571 gestores, para poder implementar a decisão do comitê, é que nós fizemos essa
1572 contratação. Tanto que nós esperamos a decisão do comitê para poder fazer a
1573 contratação, se fosse um estudo para subsidiar a decisão, a gente teria contratado
1574 lá atrás, mas não, nós esperamos, depois que a decisão do comitê foi tomada é

1575 que nós fizemos essa contratação, e essa empresa vai nos dar apoio no campo,
1576 vai ter um escritório, por exemplo, em Cristalina que vai dar apoio aos usuários
1577 que quiserem esse apoio para se regularizarem. Então esse é um primeiro
1578 esclarecimento para mostrar que esse contrato não é um estudo para subsidiar a
1579 decisão, não, é um apoio de campo de uma empresa, para a regularização dos
1580 usuários, que é uma consequência da decisão do comitê. O outro ponto é que
1581 essa regularização, ela vai acontecer provavelmente no início do ano que vem,
1582 porque nós temos aí, estamos esperando ainda ter condições sanitárias
1583 adequadas para essa empresa poder ir a campo, e tem um prazo que a gente
1584 precisa para fazer toda uma organização, para essa regularização começar. Então
1585 a regularização começa no ano que vem, portanto, esses novos usuários, que
1586 entrarão na bacia, só entrarão no ano que vem, ou seja, no período chuvoso da
1587 bacia. Então esses novos usuários não vão afetar em nada, em nada, a crise
1588 hídrica que está acontecendo agora, eles só vão entrar na bacia no ano que vem,
1589 como foi afirmado que esses novos usuários vão afetar os peixes, a jusante de
1590 Jupia. Ou vão afetar, vão agravar a crise hídrica. Eles vão entrar o ano que vem,
1591 quando eles forem regularizados. Então eles não afetam em nada, e mesmo que
1592 eles entrassem agora, eu fiz uma conta rápida aqui, essa vazão adicional da
1593 ordem de 5 m³/s, ela representa menos do que 0,1% na vazão de afluentes de
1594 ontem de Itaipu. Ou seja, é insignificante. E uma outra conta interessante também,
1595 é que se a gente for comparar essa vazão de 5 m³/s com o volume que se
1596 pretende, o setor elétrico pretende de pressionar a Ilha Solteira até a quota 319,
1597 se a gente tivesse que contar com essa vazão adicional de São Marcos para
1598 reencher Ilha Solteira, nós vamos levar 14.118 anos para reencher Ilha Solteira,
1599 14.118 anos. Então quer dizer, é um volume insignificante frente aos números
1600 relacionados a crise hídrica da região hidrográfica do Paraná. Queria reforçar aqui
1601 também um ponto que foi dito, que a outorga quando ela é utilizada para subsídio
1602 e um contrato de concessão, ela passa a ser um ato, não é mais um ato precário,
1603 não pode ser alterada, isso contraria a Lei 9.433, a Lei 9.433 diz que a outorga,
1604 ela tem que, ela está condicionada as prioridades definidas nos planos, isso está
1605 na lei, isso está em todas as outorgas, inclusive na DRDH de Batalha, portanto, o
1606 agente quando entrou no leilão, ele sabia que a sua outorga poderia ser alterada
1607 em função da definição das prioridades do plano, antes do plano de bacia. A
1608 decisão do comitê de definição de prioridades, seguiu todo rito, como o Breno já
1609 apresentou. Então é uma decisão legal e legítima, e com base em diversos
1610 estudos que foram feitos, as diversas discussões, com audiência pública, oficina,
1611 reunião técnica, e todas as formas de participação necessária. Então foi uma
1612 decisão legítima do comitê, e com base nessa decisão legítima, e na lei e na
1613 própria outorga, é que a ANA fez a alteração, e está propondo um marco, a
1614 revisão do Marco Regulatório. Essa decisão do comitê não foi implementada

plenamente, também é importante dizer isso, o comitê ele fez duas propostas. Uma de aumentar para 13.61 que equivale a 104 mil hectares, e uma outra de aumentar para 200 mil hectares. Se nós fôssemos implementar plenamente a decisão do comitê, nós teríamos que alterar outorga, para permitir 200 mil hectares a montante. E vocês sabem por que é que a gente não fez isso? Justamente porque existe um decreto, é o 2.655 de 98, que apesar de alguns representantes aqui do setor elétrico dizerem que a gente não deveria ter observado esse decreto, ou não precisava observar, nós observamos esse decreto, e por isso é que nós limitamos a 104 mil hectares a 13.61, e não fomos até 200 mil, se a gente não precisasse observar esse decreto, a gente poderia ter alterado até para 200 mil hectares. Mas então justamente para dar segurança jurídica para o setor elétrico, é que nós observamos o decreto e só atendemos a primeira diretriz do comitê que prevê esses 13.61. E o outro ponto, é que essa é uma alteração que está prevista nesse decreto, que, portanto, era de conhecimento prévio do agente, quando ele entrou no leilão, ele sabia que a garantia física dele poderia ser diminuída em até 10%. E essa alteração, ela vai, ela pode implicar numa alteração de até 10%. Portanto, essa alteração, a possibilidade era de conhecimento prévio do agente legal e estava na sua outorga. E o limite dessa alteração também era de conhecimento, ele deveria ter precificado isso na sua proposta que ele fez lá no momento do leilão. Então é um risco que faz parte do negócio, e que era de conhecimento prévio do agente. Então a ANA não imputou nenhum risco adicional, enfim, nada que não tivesse previsto desde o início pelo agente. E por fim, todas as decisões que nós tomamos, foram com base em pareceres jurídicos, claro que são pareceres que orientam a decisão da ANA, mas que atestaram para a nossa decisão, que nós estávamos enfim, nos baseando em deliberações legítimas e legais, e que a nossa decisão era legítima e legal. Então era isso, Wilson, muito obrigado aí pela oportunidade de prestar esses esclarecimentos. Ah, um último ponto, estou vendo aqui q eu anotei, é que também foi dito que os potenciais de geração hidrelétrica não estão subordinados aos planos de bacia, pela Júlia e pelo Igor. Na verdade, o nosso entendimento é que todos os usos estão subordinados ao plano de bacia, independentemente do uso, seja irrigação, seja indústria, seja geração hidrelétrica, são os que precisam de outorga, e estão subordinados sim aos planos de bacia, como todos os usos, nós não vemos que a lei dá qualquer tipo de tratamento diferenciado para o setor elétrico. Ele também deve respeitar os planos de bacia, e assim que nós trabalhamos aqui na ANA. Muito obrigado, Wilson.

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Muito bem, obrigado. E eu vou passar para o Gustavo, eu vou erguer

1653 a mão também, que eu queria dar minha opinião também, como Ministério do
1654 Desenvolvimento Regional, não tive oportunidade ainda de fazer. Gustavo.

1655 **Sr. Gustavo Goretti (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)** –
1656 Wilson, eu vou ser breve, eu acho que o Patrick foi bem didático aí, bem pontual e
1657 muito preciso nos apontamentos, ele destrinchou todas as falas aí do setor
1658 elétrico. E eu estou participando dessa discussão hoje como Governo Federal,
1659 mas nas outras, acho que 20 reuniões no mínimo que eu participei sobre esse
1660 assunto, fica bem clara a posição do setor elétrico em querer ter uma
1661 diferenciação que a lei não permite, a lei trata de uso múltiplo, como alguns
1662 tentaram falar, uso múltiplo é muito bom para quando o setor elétrico quer usar,
1663 mas ele em várias falas, se mostrou que o setor elétrico entende que ele tem que
1664 ter o tratamento superior aos demais, além do que já está escrito na lei, então ele
1665 quer que a gente tenha um tratamento que o Conselho dê um tratamento, por
1666 causa de uma questão econômica de uma empresa. É simplesmente, quando um
1667 produtor, ele quebra, ou ele não tem a viabilidade por causa dos custos de
1668 energia, vamos supor que subiram demais, ele fecha seu negócio, vai fazer outra
1669 coisa. Então eu acho que fecha a usina de Batalha, vai fazer outra coisa, porque
1670 ela é insignificante em termos de geração. Então eu não entendo assim, o
1671 Ministério se mobilizar tanto e querer vim discutir por causa de um ente que é um
1672 consumidor, eu não estou aqui defendendo um irrigante que está lá em Cristalina,
1673 seu João que tem lá 10 pivôs e não pode ligar, eu estou defendendo aqui toda
1674 uma cadeia, então o setor elétrico está defendendo a usina de Batalha. E o que a
1675 gente percebe é que isso é uma decisão política, porque eles percebem que eles
1676 perderam o poder que eles tinham ao longo dos anos. Então acho que a gente
1677 tem que voltar como o Wilson falou no início, a gente tem que dirimir os conflitos
1678 quando forem possíveis, a decisão já foi tomada anos atrás, essa decisão já foi
1679 tomada, ela é assim como o Patrick bem falou, é 10%, é insignificante para a
1680 bacia, e isso como ele bem falou, isso poderia gerar 200 mil hectares. Se a gente
1681 botar na conta isso aí, em geração de emprego, renda, custo no alimento, isso é
1682 um impacto muito grande. Então o setor usuário vai ter que se contentar com 200
1683 mil hectares a menos, que é o dobro do que tem lá na região hoje. Hoje lá tem em
1684 torno de 200 e poucos mil hectares irrigados em várias bacias, não só o São
1685 Marcos. Então eu acho que o setor elétrico tem que ver isso e tem que aceitar
1686 essa discussão, eu acho que não faz muito sentido ficar batendo nessa tecla há
1687 cinco, seis anos, com o mesmo tema e querendo falar que transgrediu a regra,
1688 que foram vistas várias vezes. E a última coisa que eu quero falar, é que alguém
1689 do setor elétrico falou que está impactando vários usos, vários setores, mas o
1690 único setor que reclamou, foi o setor de geração de energia, nenhum outro setor
1691 reclamou e ponderou coisas a respeito dessa decisão tomada. Obrigado.

Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento Regional) – Bem, vi que o Alan também se inscreveu, se você puder ser bem breve também. Por favor.

Sr. Alan Lopes (ANA) – Posso, Wilson, obrigado. Uma palavra bem rápida, só me apresentando, eu sou Alan Lopes, sou Superintendente de Fiscalização da ANA. É só destacar dois pontos que o Patrick colocou, mais na linha do papel da ANA de assessoramento ao CNRH, Wilson. Assessoramentos técnicos, essa nota técnica que foi apresentada pela SRE, ela é conjunta. Então são quatro superintendências da ANA que acompanharam esse processo desde o início, tem uma superintendência de apoio ao SINGREH, que acompanha as atividades nos comitês de bacia, que acompanharam todas as discussões. Então tudo que foi colocado aqui, eu vi uma fala anterior do se eu não me engano, senhor Wilson, nós acompanhamos todo esse debate e as discussões que houve, inclusive tentativas de articulação e negociação com o setor elétrico no âmbito do comitê. A superintendência de regulação, que o Patrick está à frente, e todos os aspectos regulatórios, a minha superintendência de fiscalização, mais na parte de controle do uso da água, cadastro de uso da água também. E mais uma, a superintendência de planejamento que acompanhou o plano da Bacia do Paranaíba, também um outro aspecto a lembrar, a decisão foi tomada após aprovação do plano da bacia do Paranaíba que tem extensivos estudos, também não só sobre o São Marcos, mas a bacia como um todo. É só frisar esse aspecto. A questão também do contrato, reforçando que o Patrick colocou, é um apoio técnico para regulação e fiscalização em campo, que a gente tem outras experiências também, ela decorre da deliberação, e um pedaço de informação a mais também para os membros aqui da CTAL. A ideia é que a gente avance no controle do uso da água na Bacia do São Marcos, com algumas técnicas mais inovadoras de monitoramento do uso da água, em articulação com os quatro órgãos gestores que atuam na bacia, que é algo muito difícil de fazer, nós estamos trabalhando ainda nesse aspecto, sempre considerando a dupla dominialidade, nesse caso a partir da deliberação do comitê, que preconiza essa atuação conjunta, a gente vai conseguir de fato fazer o controle da irrigação. Esse controle da irrigação, e eu concluo com isso, ele tem o objetivo também de assegurar a disponibilidade de água para geração de energia, há uma limitação na expansão da irrigação, que está colocada na deliberação no comitê, que a gente vai buscar implementar também com o objetivo de buscar compatibilizar esses dois setores. Então essa discussão sobre, não vamos entrar no mérito, mas só sobre a decisão do comitê, mas só explicando o que decorre dela em termos de ação de regulação de controle do uso da água na bacia, com esse aspecto de também buscar controlar também a expansão da irrigação, com algum benefício

1731 também positivo sobre o próprio setor elétrico. Está bom, Wilson? Obrigado, é só
1732 isso.

1733 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1734 **Regional)** – Muito bem, acho que só para eu tentar fechar então também uma
1735 posição aqui do Ministério, que eu queria também registrar, primeiro destacar a
1736 importância desse debate, eu acho que esse debate fortalece o CNRH, acho que
1737 algumas pessoas chegaram a também pontuar isso. Então acho que é importante
1738 que a gente fizesse o debate, acho que é interessante que esse debate aconteça,
1739 porque está muito claro o papel do CNRH como instância recursal. E a gente
1740 precisa desempenhar esse papel, e desempenhar bem esse papel. Sobre o
1741 aspecto do mérito, a gente já colocou aqui o próprio parecer da nossa jurídica
1742 recomenda que não avaliasse o mérito da questão, tendo em vista que o
1743 entendimento foi que não seria possível reconhecer o direito de recurso, mas aqui
1744 na CTAL, na última discussão, no âmbito da CTAL a gente reconheceu então esse
1745 direito de petição, colocou então para que a gente faria uma discussão para
1746 analisar um pouco mais o mérito, o mérito, não, analisar se houve algum tipo de
1747 ilegalidade ou excesso ou abuso, na deliberação do Comitê de Bacia do
1748 Paranaíba. E assim a gente está fazendo, acho que esse debate hoje foi muito
1749 rico nesse sentido. E um ponto que eu queria destacar aqui, sobre a visão do
1750 Ministério, além desse que eu coloquei, dar interesse e a necessidade de
1751 fortalecermos o próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos, olhando pelas
1752 políticas que o Ministério desempenha, nosso Ministro tem destacado de forma
1753 muito forte a importância do setor elétrico para o desenvolvimento do país. E acho
1754 que todos nós aqui como cidadãos, precisamos ter em mente, e cidadãos que
1755 inclusive participam das discussões sobre a gestão de recurso hídrico, a gente
1756 precisa ter essa consciência também do papel da geração hidrelétrica no país, e a
1757 necessidade como aqui colocou os representantes do setor elétrico e do Ministério
1758 de Minas e Energia, em garantir estabilidade jurídica para os investimentos. Outro
1759 ponto que é muito importante, que queria destacar aqui na fala do Ministério, o
1760 papel dos usos múltiplos, o reconhecimento e o fortalecimento das ações para
1761 garantir o uso múltiplo, é essencial. Eventualmente alguns setores vão sair
1762 descontentes com alguma das decisões, afinal de contas, em bacias como essa
1763 do São Marcos, a gente está vivenciando momentos de crise, de conflito. É
1764 indissociável que haja esse tipo de descontentamento de algum dos setores. Mas
1765 a gente precisa também reconhecer o papel da agricultura nessa bacia, um dos
1766 maiores PIBs agrícolas do país, está nessa região aqui da Bacia do São Marcos.
1767 Na região aqui do Planalto. E isso também traz um ganho econômico e social
1768 grande para o país, assim como traz um ganho econômico e social para a geração
1769 de energia elétrica e a garantia da segurança energética. E outro ponto que eu

queria destacar, um pouco um parêntese além desse nosso debate, é que nós não podemos aqui, nessa mentalidade de a gestão de recurso hídrico, deixar de reconhecer o papel da regularização dos reservatórios para todos os usos. E aí a gente tem que destacar o papel da regularização dos reservatórios com a finalidade de geração de energia, mas também um papel de outros reservatórios de usos múltiplos, que por vezes o setor no âmbito das discussões dentro dos órgãos e colegiados de gestão de recurso hídrico, tem preterido. Então a gente precisa mudar essa cultura no país, esse entendimento de questionar e criticar a implantação de estrutura de reservação, porque a gente percebe algumas regiões como o Nordeste, o papel direto dessas estruturas, com o desenvolvimento da região. E a gente não pode perder oportunidade de outras regiões virem a sofrer crises hídricas por falta de reservação de água. Então acho que esse debate tem sido importante para a gente até amadurecer internamente nas instituições que cada um de nós representamos, principalmente considerando o papel do Plano Nacional de Recursos Hídricos que está em discussão. Inclusive essa bacia precisa ter um olhar específico, ter um olhar diferenciado no próprio Plano Nacional de Recursos Hídricos, e esse debate nosso certamente vai ser muito bem aproveitado na construção desse plano. Então acho que era isso que eu queria falar, aqui representando o Ministério do Desenvolvimento Regional, e queria então passar para os encaminhamentos, para o nosso relatório que nós vamos submeter ao plenário. É como eu coloquei, na reunião passada da CTAL, nós a princípio reconhecemos o direito de petição, tanto é que nós estamos fazendo esse debate, mas a gente pode no encaminhamento ter dois encaminhamentos, que eu gostaria de sugerir em cima das falas que me antecederam. A primeira é recomendar ao CNRH: reconhecer ou não reconhecer o direito de peticionamento. Esse é um ponto. E eu acho que a gente não deveria perder a oportunidade de também já nos posicionar no nosso relatório, claro que com as ressalvas que aqueles que desejarem fazer, sobre o entendimento de que não houve descumprimento de atos, ou atos ilegais ou abusivos na deliberação do comitê. Essa também é minha posição, que a minha conclusão aqui representando o Ministério na CTAL, é de que não houve nenhum ato que a gente chegasse à conclusão de ilegalidade nos atos da condução do processo, foi amplamente discutido, respeitou inclusive pareceres jurídicos do próprio Ministério do Meio Ambiente, colocado lá atrás, que também havia se manifestado no âmbito dessa matéria. Então a meu ver, não houve, a gente poderia também eventualmente encaminhar no nosso relatório, para esse ponto. O primeiro: recomendar ou não, que a plenária reconheça o direito de petição, isso é um dos pontos que a gente precisa colocar no nosso relatório, e o segundo é a análise conclusiva aqui da maioria da CTAL, sobre houve ou não, infrações quanto a dispositivos legais, na condução da deliberação, e também atos abusivos. E a

1810 meu ver aqui, representando o Ministério, também não houve. Então gostaria de
1811 colocar esses dois encaminhamentos, ok? Para a gente deliberar. O primeiro, se a
1812 gente vai recomendar ou não, a plenária, que reconheça o direito de petição, e
1813 isso é importante que faça. E o segundo...

1814 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1815 **ES) – Wilson?**

1816 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1817 **Regional) – Sim, Reginaldo.**

1818 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1819 **ES) – Wilson,** é questão de ordem. Dentro disso que você está colocando. Veja
1820 bem, o direito de petição é um direito reconhecido constitucionalmente. Mas nós
1821 estamos falando aqui de conflito na bacia hidrográfica do Rio Paranaíba que é
1822 uma bacia hidrográfica de rio de domínio da união. E que realmente quando há
1823 conflito, não solucionado no âmbito do comitê, obviamente é mais do que razoável
1824 e isso está previsto em lei, que esse conflito venha para o Conselho Nacional de
1825 Recursos Hídricos. No entanto, nós temos aqui que zelar, principalmente se
1826 tratando de uma Câmara Técnica de Assuntos Legais, de zelar pela legalidade
1827 dos atos do próprio Conselho e da Câmara Técnica do próprio Conselho. Não
1828 somos nós que vamos reconhecer direito de petição, o direito de petição já está
1829 previsto na constituição, ele está previsto em lei. Não é esse caso, não se trata
1830 disso, eu acho que talvez seria admitir ou não, um requerimento, esse
1831 requerimento, seria, não é recurso, porque não tem prazo, fora dos prazos, fora
1832 das coisas, isso já foi discutido antes. Eu estou dizendo assim, no aspecto formal
1833 da nossa decisão, que nós vamos encaminhar para a plenária.

1834 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1835 **Regional) – Aspecto jurídico.**

1836 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1837 **ES) – Aspecto jurídico, formal, da nossa, do nosso relatório para o plenário. É isso**
1838 **que eu estou preocupado.**

1839 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1840 **Regional) – Então nosso relatório seria na direção de admitir ou não, o**
1841 **requerimento?**

1842 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1843 **ES) – O requerimento da ABRAGE e ABRAGEL. Admitir ou não o requerimento,**

1844 que não é recurso. O recurso já está fora do prazo. Como não há previsibilidade
1845 legal, você não tem como admitir uma coisa que não tem previsibilidade legal. No
1846 âmbito da gestão de recursos hídricos, Sistema Nacional de Recursos Hídricos.
1847 Caberia o recurso se ele tivesse dentro do prazo, se ele tivesse e tal. Mas me
1848 parece, quer dizer, eu acho que a própria ABRAGE e ABRAGEL eles perderam
1849 esse prazo para entrar com recurso, o recurso era cabível. O recurso ele tem um
1850 prazo para entrar. Então se ele não é a previsão legal, não tem como ser admitido.

1851 **Sr. Luiz Roberto Porto Farias (Comitê de Bacia Hidrográficas rios de Domínio**
1852 **da União)** – Além do mais, viu Wilson, na minha opinião, o direito de petição não é
1853 sucedâneo de recurso administrativo. Não é sucedâneo. Ele não substitui o
1854 recurso administrativo. Esse é um detalhe importante do ponto de vista técnico e
1855 jurídico, não é sucedâneo.

1856 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1857 **ES)** – Que são coisas distintas, tem que ter objetivos distintos, entendeu.

1858 **Sr. Luiz Roberto Porto Farias (Comitê de Bacia Hidrográficas rios de Domínio**
1859 **da União)** – No âmbito das normas que regem o procedimento no âmbito dos
1860 comitês do Conselho, está lá especificado qual é o instrumento a ser utilizado
1861 quando, que é o recurso, infelizmente o recurso não foi manejado, no prazo legal.
1862 Então ele não pode ser substituído por um outro instrumento. Então se assim
1863 fosse, nós abríamos o precedente seríssimo, quer dizer, todos os tipos de
1864 processo. Ou seja, eu na área cível perco um prazo para operação cível, aí eu vou
1865 entrar com o direito de petição para rediscutir a matéria, que eu deveria ter
1866 discutido no recurso próprio. Previsto em lei, é o nosso caso aqui. Então essa é
1867 minha opinião. E eu concordo com os encaminhamentos dados pelo Reginaldo aí.

1868 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1869 **Regional)** – Ok. Então de admitir ou não o requerimento, recomendar, esse foi um
1870 dos encaminhamentos que o Reginaldo colocou. Queria ouvir a Júlia também,
1871 Júlia, que está com a mão levantada.

1872 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
1873 **Hidrelétrica)** – Não sei, eu estou achando que está tipo, enfim, estou com a mão
1874 levantada para falar uma questão de ordem. O que é que acontece, foi
1875 apresentado um direito de petição, o parecer do MDR foi claro ao dizer, se
1876 conhecido o direito, você vai conhecer o direito de petição, se houver...

1877 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1878 **ES)** – Uma correção, Júlia.

1879 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
1880 **Hidrelétrica)** – Desculpa, gente, eu respeitei todo mundo falar.

1881 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1882 **ES)** – Não, mas há um equívoco na sua fala.

1883 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
1884 **Hidrelétrica)** – Vamos colocar cada um, levantar a mãozinha para ser legal.

1885 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1886 **ES)** – Deixa eu te falar...

1887 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1888 **Regional)** – Vamos ouvir a Júlia, Reginaldo, para ela concluir, e aí eu passo para
1889 você, ok Reginaldo?

1890 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1891 **ES)** – Sim, é que na fala dela há uma incorreção.

1892 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
1893 **Hidrelétrica)** – Eu agradeço muito, assim, Reginaldo, eu deixei você falar, por que
1894 é que você não pode deixar eu concluir? Obrigada.

1895 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1896 **Regional)** – Por favor, Júlia.

1897 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
1898 **Hidrelétrica)** – Então, o que é que acontece, o parecer da CONJUR foi claro ao
1899 dizer: conhece-se o direito de petição ou não conhece esse tema, legalidade ou
1900 abusividade. A partir do momento que você não conhece o direito de petição, que
1901 é o seu encaminhamento, ok, não se conhece o direito de petição porque não
1902 houve legalidade. Então você não precisa entrar no mérito de, houve legalidade ou
1903 não houve legalidade. Entendeu? Não se conhece, porque não houve legalidade,
1904 esse é o seu raciocínio. Conclui-se aí. Muito obrigada.

1905 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1906 **Regional)** – Aí eu até posso projetar o parecer da jurídica, pedir para a Roseli,
1907 Roseli, enquanto a gente, estou vendo aqui outras pessoas inscritas, se você
1908 puder, Roseli, projetar para a gente o texto da CONJUR, porque acho que é
1909 importante a gente reler, para dar esse encaminhamento. Está ok? Socorro. Maria
1910 do Socorro estava com a mão levantada. Não sei se está me ouvindo. Vou passar

1911 para a Ana Camila. Acho que você está com algum problema no microfone,
1912 Socorro, que apareceu o sinal aqui e caiu.

1913 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
1914 Enquanto isso posso ir falando?

1915 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1916 **Regional)** – Por favor, Ana.

1917 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
1918 Então, uma coisa que tem que ficar clara, é que cada um, cada competência, cada
1919 instância trabalha dentro da sua competência. Eu acho que o recurso não tenha
1920 que ser conhecido, mas isso não cerceia o direito de peticionar em instância, na
1921 instância legal, na jurídica e tal. Então assim, de qualquer forma não tem cerceio
1922 de nenhum direito aqui de ninguém, eu só acho que não cabe ao comitê de a
1923 gente fazer esse tipo de análise. E se a gente for mudar de entendimento, acho
1924 que a gente tem que rever o Regimento Interno.

1925 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1926 **Regional)** – Essa discussão do regimento vai ser evitado, ou de uma resolução,
1927 mas agora o caso, a Roseli acho que ela me ouviu, você está tentando localizar,
1928 Roseli, o parecer jurídico?

1929 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Estou, estou
1930 tentando aqui.

1931 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1932 **Regional)** – Eu estou com ele, também estou tentando abrir aqui, mas acho que
1933 você consegue mais fácil pela rede. Reginaldo, por favor. Reginaldo, se você
1934 quiser fazer o complemento.

1935 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1936 **ES)** – Wilson, que eu queria complementar é o seguinte, nós temos aqui, nós
1937 somos uma Câmara Técnica de Assuntos Legais, a nossa competência é dar
1938 subsídio, dar parecer jurídico para decisão do plenário do CNRH. Eu acredito, não
1939 estou com o parecer da CONJUR, mas nós aqui não apresentamos, a ABRAGE e
1940 ABRAGEL, não reconheceu o direito de petição, nós não temos competência para
1941 reconhecer direito de petição. O direito de petição ele está previsto na
1942 constituição, não é nós que vamos reconhecer. Agora esse instrumento que foi
1943 proposto pela ABRAGE e ABRAGEL, inicialmente ela foi protocolizada como
1944 recurso. A própria CTAL e a CONJUR, subsidiaram a CTAL, disse que não, o

1945 recurso está fora de prazo, não há previsibilidade legal, quer dizer, há
1946 previsibilidade legal, mas foi apresentada fora dos parâmetros, fora do prazo.
1947 Então o recurso não tem como reconhecer, como conhecer, ser conhecido. Não
1948 tendo conhecido, a CTAL embasada nesse parecer da CONJUR, aceitou, aceitou
1949 aceitar, aceitou essa petição, esse instrumento proposto, como uma petição, o
1950 direito de petição não cabe a nós numa Câmara Técnica do CNRH de discutir, nós
1951 estamos discutindo aqui se aceitamos discutir a matéria do ponto de vista, como a
1952 petição, peticionar, todo mundo tem direito de peticionar, não somos nós que
1953 vamos reconhecer, falando, a Júlia, eu só queria fazer uma correção nessa fala,
1954 no termo.

1955 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1956 **Regional)** – Eu entendi, a gente aqui, o peticionamento ele é feito, não é isso,
1957 Reginaldo, desculpa que eu sou engenheiro, e engenheiro meio quadrado,
1958 inclusive.

1959 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
1960 **ES)** – Petição todo mundo tem direito, agora cabe ao órgão decisório, que no caso
1961 é o CNRH, aceitar ou não, conhecer ou não. Seja como recurso, seja como
1962 petição. Peticionar, todo mundo pode peticionar a qualquer momento. Mas eu
1963 acho que não é o caso.

1964 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1965 **Regional)** – Eu acho que vocês estão vendo, eu consegui aqui compartilhar, esse
1966 item 22 do parecer, que acho que é o ponto que a gente precisa aqui encaminhar.
1967 Ele é bem claro, ele coloca que vislumbra-se a possibilidade de conhecimento das
1968 questões levantadas no recurso quanto à deliberação, para fins de análise da
1969 legalidade do ato praticado, à luz do direito de petição. Então a gente aqui na
1970 Câmara, a gente decidiu então na reunião passada, que nós faríamos essa
1971 análise, para subsidiar então a decisão do plenário. Então acho que o
1972 encaminhamento que nós temos que dar é justamente nesse sentido, conforme
1973 colocou o Reginaldo, que vai ser a conclusão do nosso parecer, que nós vamos
1974 redigir aqui com a ajuda da relatoria da Roseli, é que o encaminhamento da CTAL
1975 é no sentido de que caso a gente venha aqui a maioria colocar, que nós não
1976 avaliamos como, nós não reconhecemos o requerimento, admitiu o requerimento
1977 uma vez que não identificamos descumprimento de atos legais ou abusivos na
1978 condução do processo que levou a deliberação 88. Esse que seria o ponto da
1979 nossa deliberação de agora, para a gente constar no relatório. Claro que nós
1980 vamos redigir esse relatório, fazer uma ampla divulgação dele, certamente uma
1981 série de observações cada representante aqui pode eventualmente querer constar
1982 nesse relato. Mas a gente precisa aqui chegar à conclusão do que nós vamos

53

1983 concluir e encaminhar para o plenário. E aí eu coloco na posição aqui do
1984 Ministério é que uma vez não tendo sido identificado e essa é a minha posição,
1985 analisando e em função do nosso debate, a prática de atos administrativos ilegais,
1986 na condução da deliberação 88, a gente recomenda por não admitir o
1987 requerimento.

1988 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
1989 **Hidrelétrica)** – Perfeito, era isso que eu tentei te explicar. Muito obrigada.

1990 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
1991 **Regional)** – Então pronto, então acho que é isso, se a gente vai, precisa aqui
1992 colocar uma votação, acho que seria interessante, eventualmente quem quiser
1993 manifestar contrariamente a essa conclusão, acho que é importante a gente ter o
1994 registro. Socorro, você conseguiu abrir o seu áudio? Se quiser falar. Sim, Socorro,
1995 acho que estamos ouvindo.

1996 **Sra. Maria do Socorro Blanco (Indústrias)** – Então, eu acho que não é, eu acho
1997 que é difícil mesmo para o engenheiro entender o que significa a palavra
1998 conhecimento em termos jurídicos, e admissibilidade. Então a própria discussão
1999 tida, ocorrida nessa tarde, já comprova que o parecer, a petição foi admitida e
2000 apreciada.

2001 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2002 **Regional)** – Foi, exatamente. Na CTAL ela foi, exatamente.

2003 **Sra. Maria do Socorro Blanco (Indústrias)** – Então foi admitida e apreciada,
2004 agora a conclusão é outro momento. Então são duas situações, eu acho que é
2005 muito bom a gente estar aí, deixa isso de uma forma bem clara, para que todos,
2006 ah, inclusive no futuro possam reconhecer o que foi discutido. Então eu concordo
2007 na parte que diz: a petição foi apreciada, discutida. Aí vamos ao segundo passo,
2008 são dois momentos para mim.

2009 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2010 **Regional)** – Sim. Eu entendi, eu estou até, eu faço um paralelo, fui por muitos
2011 anos gestor de contratos e do projeto São Francisco, a gente tem uma série de
2012 processos de recurso, enfim, no âmbito de gestão contratual. E realmente, esse
2013 fato do reconhecimento do recurso ou não, é parte da análise técnica, inclusive.
2014 Mas o fato é que essa questão do direito de peticionamento, ele é importante
2015 quando há uma falha no processo legal de contraditório e ampla defesa. E assim a
2016 gente fez muito e dentro de gestão contratual. E eu percebi que esse foi o paralelo
2017 que a Rose colocou aqui nesse parecer. Então a gente ter essa conclusão de

2018 realmente se houve alguma prática ilegal no processo de condução da
2019 deliberação, ela é muito importante. E a princípio eu entendi que o setor elétrico
2020 coloca algumas fragilidades, citou aqui que a gente pode até constar em Ata,
2021 porque eventualmente os representantes colocam. Mas na maioria o entendimento
2022 nosso é de que não há. Então acho que é isso que a gente precisa realmente
2023 colocar. Então Socorro, você colocou então que a petição foi apreciada e discutida
2024 no âmbito da CTAL. E uma vez tendo, aí a gente colocar que a maioria chegou à
2025 conclusão de não ter ocorrido infração quanto à legalidade do ato, a gente
2026 recomenda por não admitir o requerimento. Ok?

2027 **(02:56:09) Interlocutor não identificado** – Então já está decidido, é isso?

2028 **(02:56:09) Interlocutora não identificada** – Wilson, só um adendo, rapidinho.

2029 **(02:56:09) Interlocutor não identificado** – Está decidido então?

2030 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2031 **Regional)** – O voto está escrito.

2032 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2033 **Hidrelétrica)** – Eu também queria, só uma questão de ordem, o meu é pedido de
2034 questão de ordem. A Câmara Técnica não diz sim ou não, a Câmara Técnica tem
2035 que apresentar a plenária, inclusive os dissensos. Eu acho que é muito importante
2036 na relatoria ir para a plenária o que houve de dissenso, esse é o nosso papel. Nós
2037 não tomamos decisão. Os dissensos têm que ser postos e encaminhado para a
2038 plenária.

2039 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2040 **Regional)** – Não, isso eu tenho muita consciência que a gente tem que fazer
2041 dessa forma, de forma a deixar bem claro.

2042 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2043 **Hidrelétrica)** – Obrigada. Desculpa ter entrado aí na frente, mas eu achei que era
2044 importante falar isso.

2045 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2046 **Regional)** – Está bom. Mauro, Mauro, não, acho que é Wilson, não é?

2047 **Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos**
2048 **Lazer e Turismo)** – Wilson, é o seguinte, uma questão que não foi abordada aqui,
2049 e que eu acho que é importante salientar, é que dessa deliberação 88 do
2050 Paranaíba, não houve recurso para o Paranaíba. Não houve. E o Paranaíba tem

2051 uma resolução que é a nº 19, que disciplina a interposição de recursos. Então
2052 quer dizer, não houve o cumprimento da processualidade do processo. O que na
2053 minha opinião compromete um pouco o pedido do setor de geração de energia.

2054 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2055 **Regional)** – Sim. Mauro.

2056 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas Energia)** – Tentar ver se esse
2057 encaminhamento que me parece que ele está um pouco conturbado. Uma coisa,
2058 são pelo menos dois pontos de deliberação nosso aqui, mas é da nossa
2059 competência ou da Câmara. Para poder submeter a decisão do próprio Conselho.
2060 Então nós temos aqui um parecer que ele embora reconheça que o recurso
2061 manejado pelas duas instituições, ele não foi, não foi direcionado para a instância
2062 apropriada naquele momento, mas ele admite que o requerimento seja passível de
2063 admissibilidade de apreciação pelo exercício do direito de petição que está
2064 previsto constitucionalmente. Então acho que a gente tem que deliberar a
2065 admissão, esse é um ponto, juízo de admissibilidade, admitido o requerimento
2066 pelo exercício do direito constitucional de petição. Esse é um ponto. No mérito, aí
2067 a gente vai ter que dizer qual foi a posição sustentada por a, por b e por c, e os
2068 seus fundamentos, e aí submeter ao plenário. Porque aqui a gente não vai decidir
2069 também o mérito, mas tem que dar todos os elementos para que o CNRH possa
2070 deliberar, ele vai ter que conhecer quais foram os pontos a favor do mérito da
2071 matéria, e os pontos desfavoráveis ao mérito da matéria. Porque ele tem que estar
2072 com todos os elementos necessários para que se debruce sobre as questões
2073 postas, e possa decidir, ele pode matar isso no juízo de admissibilidade, ele pode
2074 não acatar a nossa posição que se a gente vier decidir que é admissível pelo
2075 exercício do direito de petição, ok, ele pode matar ali no primeiro momento, dizer
2076 olha, não conheço do requerimento apresentado, a despeito do parecer jurídico
2077 que diz que é possível assim fazê-lo. Está dentro do exercício da competência
2078 plena dele e autônoma e com soberania. Agora admitido, aí ele vai ter que
2079 conhecer os pontos que foram levantados por quem apresentou o recurso, seus
2080 fundamentos, e quem se manifestou para que, então eu proponho que se faça
2081 essa bipartição, juízo de admissibilidade, a gente vota, e mérito, no mérito vai
2082 constar aí tudo que foi apresentado por cada uma das partes principais
2083 interessadas, e dois componentes aqui da Câmara.

2084 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2085 **Regional)** – Ok. Esse também era o entendimento que eu havia pensado de
2086 encaminhamento ao longo aqui da nossa discussão. Eu vou fazer o seguinte, eu
2087 não tenho certeza se a gente vai conseguir, se a gente pode encaminhar para o
2088 plenário sem uma nova reunião, para que a gente pelo menos aprove o parecer da

56

2089 CTAL. Porque a gente está percebendo aqui, que não vai ser um parecer simples.
2090 Mas dar as orientações para que a gente aqui na relatoria, faça o parecer, para
2091 uma apreciação da CTAL, antes de aprovar o parecer, acho que é importante,
2092 então acho que esse encaminhamento é muito importante para direcionar o
2093 parecer. Ok, Mauro?

2094 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas Energia – ok.**

2095 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2096 **Regional) –** Eu vou colocar aqui então para a Nayra que tinha pedido a palavra.

2097 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2098 **ES) –** Wilson, uma sugestão de encaminhamento.

2099 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2100 **Regional) –** Quem está falando?

2101 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2102 **ES) –** Reginaldo. É sugestão de encaminhamento. Porque é que você não
2103 designa uma pessoa aí, membros da CTAL, para redigir uma minuta de relatório,
2104 para a gente apresentar na CTAL, a CTAL aprova o relatório e para a gente
2105 encaminhar para o plenário.

2106 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2107 **Regional) –** Esse relatório seria feito aqui pela própria Roseli, com apoio da nossa
2108 equipe. Ok? E aí acho que isso a gente tem elementos suficientes aqui já
2109 colocados como sugestão, e eu acho que seria interessante até eventualmente eu
2110 posso pedir também auxílio da nossa jurídica para os termos desse parecer,
2111 porque eu vejo que é de uma, ele é de um conteúdo essencialmente jurídico.
2112 Claro que tem toda uma construção técnica que nós vamos ter que colocar,
2113 inclusive conforme colocou aqui pela Socorro, e pelo, pela Socorro, não, pela
2114 Aparecida e pelo Mauro, é importante a gente trazer os pontos favoráveis
2115 daqueles que colocaram e o que tem de desfavorável, em função desse debate de
2116 hoje, e a gente conclui, a gente constrói então essa conclusão. E a gente faz
2117 então uma leitura desse parecer na próxima reunião da CTAL. Que possivelmente
2118 a gente não consegue mais colocar esse item na pauta da reunião do dia 29 de
2119 junho. Então nós vamos ter uma segunda reunião do plenário, em agosto, não é
2120 isso, Roseli? Eu estou com o calendário aqui, sei que é meados de agosto.

2121 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH) –** É isso, é
2122 agosto. Agosto.

2123 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2124 **Regional)** – E aí a gente se compromete na reunião de agosto pautar esse tema
2125 no plenário. Ok?

2126 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – É bom que
2127 vai dar tempo de a gente construir um bom relatório, um parecer e passar para
2128 olharem aqui.

2129 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2130 **Regional)** – Esse relatório é essencial, então acho que a gente podia fazer assim,
2131 os registros aqui de todas as recomendações foram colocadas nessa reunião, na
2132 própria ajuda a memória da reunião, a gente já vai ter um material interessante
2133 para construir um relatório, a gente submete e fazemos uma reunião da CTAL
2134 antes da Plenária de agosto. Ok? Para apreciar e aprovar o relatório. Vou passar
2135 para a Nayra que pediu a palavra.

2136 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** –
2137 Desculpa interromper, um minutinho só, é a Rosa Formiga, não tenho acesso a
2138 mãozinha, e eu queria falar. Então só queria falar um minuto, aí na ordem.

2139 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2140 **Regional)** – Eu vou te passar na sequência da Nayra, está bom?

2141 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Ok,
2142 obrigada.

2143 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2144 **Regional)** – Por favor, Nayra.

2145 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Não, Wilson, é uma coisa simples, na verdade, já
2146 falou bem do relatório, mas a própria Ata da reunião, ela já vai constar toda essa
2147 divergência e essa discussão que foi levantada. Certo?

2148 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2149 **Regional)** – Sim.

2150 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Então esse direcionamento, esse parecer, esse
2151 parecer da CTAL, para subsidiar o plenário, tem que ser uma coisa mais sucinta.
2152 Vocês vão deliberar, mas quem vai decidir realmente pelo acolhimento ou não, é o
2153 plenário. A gente vai dar o direcionamento, e a Ata eu acho que esse relatório, a
2154 Ata por si só, já subsidia totalmente o parecer.

2155 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2156 **Regional)** – Verdade, está ok. Então só para a gente então finalizar e a gente ter
2157 uma deliberação final aqui, eu queria encaminhar então sobre essa, para que cada
2158 um registre sobre as suas posições, sobretudo, sobre esse ponto colocado aqui
2159 que é importante nós orientarmos no nosso parecer. Se nós na CTAL
2160 identificamos ou não, atos ilegais ou abusivos, no processo de construção e
2161 aprovação da deliberação 88. Está bom?

2162 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2163 **Hidrelétrica)** – Wilson, eu estou um pouquinho confusa, me desculpa, mesmo. Eu
2164 só queria entender, esse parecer vai dizer assim, se vai conhecer ou não vai
2165 conhecer? É isso, do direito de petição? E por quê?

2166 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2167 **Regional)** – Ele vai dizer o histórico que na CTAL nós conhecemos e analisamos,
2168 e discutimos a matéria.

2169 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2170 **Hidrelétrica)** – Ah, então no final das contas, foi conhecido?

2171 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2172 **Regional)** – Na CTAL nós reconhecemos.

2173 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2174 **Hidrelétrica)** – Ah, está bom, entendi.

2175 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2176 **Regional)** – Mas a gente precisa orientar o plenário, plenário, recomendamos que
2177 vocês não repitam.

2178 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2179 **Hidrelétrica)** – Está bom, perfeito. Obrigada.

2180 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2181 **Regional)** – Eu acho que é importante a gente registrar essa deliberação da
2182 nossa conversa, afinal de contas estamos aqui uma tarde inteira discutindo, e isso
2183 conforme colocou a Nayra é importante até para o registro da Ata. Vou passar
2184 então para Rosa Formiga que tinha pedido, e a Ana, aí a gente então, eu queria
2185 registrar então as posições, sobre essa questão da deliberação aqui. Está ok?
2186 Rosa.

2187 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Boa
2188 tarde a todos. Desculpa eu chegar atrasada. Eu só gostaria de registrar que o
2189 posicionamento das organizações técnicas de ensino e pesquisa, que eu estou
2190 representando, de que analisamos toda documentação, também já vínhamos
2191 acompanhando essa questão, e reconhecemos a legalidade, a pertinência da
2192 decisão do comitê, e, portanto, acompanhamos aí todos que nos antecederam, e
2193 rejeição à demanda, recursos, requerimento, não sei como será chamado, do
2194 setor elétrico da ABRAGE e ABRAGEL. E eu gostaria de sugerir até mesmo para
2195 subsidiar a confecção desse relatório da CTAL, que a gente fizesse uma votação
2196 aqui para até mesmo a gente ter um posicionamento, olha, entre x número de
2197 membros, y são, acompanham tal e a z, outro número. Porque eu acho que nós
2198 somos opinativos, nós somos consultivos, mas a gente pode qualificar um pouco
2199 mais essa nossa opinião.

2200 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2201 **Regional)** – Ok, acho que é esse o encaminhamento que nós vamos dar aqui na
2202 sequência. Vou passar para a Ana, Jordana, e eu queria então que a gente
2203 registrasse então as posições de cada uma das instituições aqui da CTAL, está
2204 ok? Ana.

2205 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2206 Oi Wilson. Só fazendo umas ressalvas aqui, e eu cheguei ao ponto, eu abri aqui a
2207 carta, fiz questão de dar, revisitar o documento, principalmente que você abriu o
2208 encaminhamento da CONJUR aí do Ministério. E do próprio pedido, a gente vê
2209 que eles concluem do pedido, que ele conclui da necessidade da revisão da
2210 deliberação, e que devolva a matéria para que o Comitê de Bacias realize a nova
2211 deliberação. Então assim, eu queria que a gente se apegasse mais as formas, e
2212 eu acho que está tendo um equívoco muito grande quanto a conhecer ou não
2213 conhecer o recurso. Mas assim, eu voto pelo não conhecimento do recurso,
2214 porque não tem provimento, assim, a gente não é da nossa competência, assim,
2215 não foi demonstrado nenhuma situação concreta onde houve, não foi atentado
2216 nenhum direito. Então assim, eu acho que... Eu acho que tem muita coisa ainda a
2217 ser discutida e ajustada dentro da CTAL, principalmente quanto à formalidade, eu
2218 acho que assim, se a gente instituísse um rito onde primeiramente uma pessoa
2219 fizesse o relato do processo, fizesse uma declaração de voto e tal, e a gente
2220 pudesse votar junto, ou fizesse uma declaração apartada. Eu acho que assim, que
2221 falta um pouco de uma certa formalidade para a gente começar discutir esses
2222 ritos. Porque eu acho que até o próprio fato de a gente conhecer o recurso, que
2223 para mim é completamente desprovido, a gente incorre em diversas
2224 consequências jurídicas, que eu acho que vai ser muito ruim para o Conselho.

2225 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2226 **Hidrelétrica)** – Acho importante essa colocação, Jordana, dá uma formalidade,
2227 tipo ah, os membros acompanham o voto A, voto B, entendeu? Ou o relato A,
2228 relato B, alguma coisa.

2229 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2230 **Regional)** – Está ok. Jordana.

2231 **Sra. Jordana Girardello (Irrigantes)** – Não, era mais nesse sentido para tentar
2232 simplificar. Porque assim, eu entendo que o direito de petição como todo mundo já
2233 colocou, é um direito, você pode mandar, você vai mandar essa petição para ser,
2234 não tem que ser julgada se aceita a petição ou não, mas ela vai ter um
2235 encaminhamento. Ou você vai dar andamento e entrar e falar que tem respaldo e
2236 que tem justificativa, que teve legalidade de dar o processo, ou vai falar não, a
2237 petição foi feita, foi analisada e não foi constatada irregularidade e ponto. Eu acho
2238 que assim, é simples o desfecho.

2239 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2240 **Regional)** – Sim. A questão é essa, então eu queria colocar então para...

2241 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** – A
2242 questão é que está sendo um recurso administrativo, revestido de pedido de
2243 petição, é isso que é o grande ponto assim, até o documento, ele não veio
2244 revestido como, vem cumprindo os requisitos da petição.

2245 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2246 **ES)** – Por isso que eu acho que foi um erro da CTAL admitir essa petição, atrás,
2247 ela resolveu admitir, quando resolveu discutir, admitiu, reconheceu o direito de
2248 petição.

2249 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2250 **Regional)** – Sim. Mas o fato é que o plenário é que precisa, e isso está muito
2251 claro. O fato de a CTAL estar discutindo, não é suficiente. Porque quem tem o
2252 papel de admitir ou não, de reconhecer ou não, é o plenário. Por isso que esse
2253 encaminhamento do nosso relatório vai ser importante para apreciação na reunião
2254 de agosto. Está ok?

2255 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2256 **ES)** – Eu posso dar uma proposta de encaminhamento, Wilson? Proposta de
2257 encaminhamento, dentro disso que o pessoal comentou. Acho que todo mundo,
2258 há um consenso aí da questão da formalidade. Tendo em vista que nós discutimos

2259 o assunto, então houve um reconhecimento, reconhecimento do direito de petição,
2260 tendo em vista a importância da matéria, certo. No entanto, não podemos admitir a
2261 petição, por estar desprovida de cabimento, ela é incabível, não o caso não tem,
2262 porque é como o pessoal disse, está entendendo que a petição é recurso, e o
2263 recurso, ele foi precluso, deveria ter sido primeiro ao Comitê de Bacia, não foi,
2264 apresentou ao CNRH fora do prazo. Então lá atrás a gente já devia ter dito: não
2265 admitir. Mas, no entanto, resolveu discutir a matéria. Se resolver discutir, entendo
2266 que reconheceu, reconhece o direito de petição, no entanto, não se admite a
2267 petição, e, no entanto, não há que se falar em provimento ou desprovimento. Que
2268 se você admitisse a petição, aí você entraria no mérito, no mérito você, se você dá
2269 provimento ou não. Não é? Se você admitir, você tem que entrar no mérito. Se
2270 você entra no mérito, aí você vai julgar.

2271 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2272 **Regional)** – Mas o mérito, Reginaldo, é sobre legalidade. A gente não vai aqui em
2273 momento nenhum, às vezes não tendo tido a tempestividade suficiente e
2274 reconhecido como recurso, analisar o mérito, se é prioritário ou não, irrigação, por
2275 exemplo, mas analisar se houve prática ou não de atos abusivos ou ilegais, esse
2276 que é o ponto principal, trazido pelo parecer da CONJUR. Se eventualmente foi
2277 uma decisão acertada ou não, é algo que a gente pode reformar nesse ato que a
2278 gente vai criar de um procedimento administrativo dentro para recursos. Mas para
2279 essa matéria específica, é muito importante que o plenário se manifeste com base
2280 nesse relatório substanciado que nós vamos submeter ao plenário. Eu acho que
2281 esse é a conclusão que eu estou chegando. E aí eu queria então encaminhar aqui,
2282 para que a gente possa fazer o registro, claro que cada um já fez aqui ao longo da
2283 tarde de hoje, mas para que a gente possa pontuar aqui, cada um dos
2284 representantes da CTAL, se entende ou não que houve práticas ou atos ilegais.
2285 Ok? Acho que foi assim a sugestão também da Rosa Formiga.

2286 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2287 **ES)** – Wilson, isso a gente tem que discutir a admissibilidade.

2288 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2289 **Hidrelétrica)** – Ou se conheceu do direito de petição, ou não se conheceu do
2290 direito de petição, gente, calma.

2291 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2292 **ES)** – Gente, não se conhece direito de petição, se conhece a petição ou não.
2293 Direito de petição não se conhece, só se conhecemos o requerimento ou petição
2294 que for.

2295 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2296 **Hidrelétrica)** – Exatamente, se conhecemos a petição, é porque existe legalidade,
2297 se não conheceu da petição, é porque não existe legalidade.

2298 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Desculpa, discordo. Uma
2299 coisa é o juízo de admissibilidade, se vai se apreciar a matéria ou não, por aquele
2300 modo como foi veiculado. Foi veiculado erroneamente, digamos assim, como
2301 recurso, não reconhecido como recurso, mas admitido pelo exercício do direito de
2302 petição, ok? A partir daí se passa para o mérito. Então não é se tem legalidade ou
2303 ilegalidade que vai analisar, é justamente a análise que vai indicar se tem ou não,
2304 ilegalidade. Senão a gente subverte a ordem das coisas.

2305 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2306 **Regional)** – Tanto é que a gente fez a análise, então isso que é um ponto
2307 importante. Então assim, nessa construção do relatório que nós vamos fazer e
2308 submeter a cada um de vocês, a gente vai tentar relatar sobre os aspectos
2309 jurídicos essa posição que o Mauro colocou aqui. E a Júlia também está
2310 mostrando essa preocupação. Porque o fato é que a gente analisou, a gente está
2311 analisando aqui se há ou não, a prática de atos ilegais. E é isso que a CONJUR
2312 colocou, como condição para reconhecer o requerimento.

2313 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Wilson, me permita. O que é
2314 que a ABRAGE e a ABRAGEL estão pedindo? Eles estão pedindo a devolução da
2315 Resolução 88 para o Comitê do Paranaíba. Alegando...

2316 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2317 **ES)** – Isso é recurso, é recurso.

2318 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Pois é, só que é o que eu
2319 falei, eles não fizeram recursos no tempo próprio para o Paranaíba, nem para o
2320 Conselho.

2321 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2322 **ES)** – Isso já está superado.

2323 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – E agora entraram com esse
2324 direito de petição, quer dizer, então aí, quer dizer, eu acho que não tem nem que
2325 entrar no aspecto formal ou jurídico da legalidade e sim do procedimento, na
2326 minha opinião.

2327 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2328 **Hidrelétrica)** – Desculpa, eu não sei quem está falando, mas isso foi decidido há
2329 um ano atrás, há mais, dois anos atrás que foi convertido em direito de petição.

2330 **Sra. Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2331 **Hidrelétrica)** – E depois não é a ABRAGE e ABRAGEL que pediram, não, quem
2332 sugeriu foi a Procuradora-Geral da ANA. É só resgatar as atas, se não lembra da
2333 reunião, pega as atas.

2334 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Gente, pega, já está aí, o
2335 item 26 do parecer, diz o seguinte: logo as questões veiculadas por meio do
2336 recurso administrativo contra a deliberação 88/2018 do CBH Paranaíba, podem e
2337 devem ser conhecidas pela administração pública, à luz do direito de petição,
2338 observadas as atribuições da ANA e dos Conselhos Estaduais, de acordo com a
2339 esfera de competência, está bem aí, olha. Podem e devem, essa é a orientação
2340 que veio da consultoria jurídica do Ministério de Desenvolvimento Regional.

2341 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2342 **Regional)** – Por isso que eu estou insistindo que a gente precisa aqui agora na
2343 conclusão da nossa apreciação, que a gente está fazendo, não é inegável que a
2344 CTAL está fazendo, e sim nós decidimos na reunião passada, é sobre esse
2345 aspecto colocado aqui, olha, no 26, 26, deve ser conhecidos, à luz do direito de
2346 petição, ok, isso foi o que Mauro acabou de relatar. Mas aqui o 22, para fins de
2347 análise da legalidade do ato praticado, ou seja, a gente só vai devolver para o
2348 Comitê de Bacia, em função desse direito de petição, caso o CNRH chegue à
2349 conclusão de que na deliberação houve a prática de atos ilegais, à luz do direito.
2350 Ok? E a gente, e a conclusão da leitura do material das nossas discussões, é que
2351 foi respeitado todo o rito, colocado, por exemplo, pela Resolução 145, foi
2352 respeitado o que está posto na 9.433. Então eu não vislumbro nenhuma prática de
2353 ato ilegal. Essa é minha posição para constar no relatório. E é importante que a
2354 gente tenha manifestação de cada um, porque para assim constar nesse relatório
2355 e nessa Ata, como colocou a Nayra. Então vamos encaminhar dessa forma, para
2356 cada um registrar então sobre o entendimento, sobre existe ou não um ato
2357 praticado, isso que é o importante de a gente concluir. Os termos de como a gente
2358 vai encaminhar para o plenário, a gente vai construir junto nesse relatório,
2359 considerando todas as observações colocadas até agora, a gente submete
2360 previamente e fazemos uma reunião para aprovar o relatório. Está ok? Então para
2361 registrar então o entendimento de cada um dos representantes sobre entende ter
2362 existido ou não, atos ilegais, na condução da deliberação, eu queria que a gente
2363 fizesse esse registro aqui como cada um vota.

2364 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Ô Wilson,
2365 posso projetar aqui? Que o meu já está com sim e não.

2366 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2367 **Regional)** – Eu acabei de colocar, Roseli, já está projetado, vocês estão vendo a
2368 minha? Minha tela?

2369 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2370 **ES)** – O problema, antes de discutir se houve ato ilegal, a gente tem que admitir
2371 ou não, a petição. Isso aí é a questão.

2372 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2373 **Regional)** – O fato, Reginaldo, é que no âmbito da CTAL nós admitimos, no
2374 âmbito da CTAL.

2375 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Na última
2376 reunião, foi admitido. Por isso que ela voltou para essa reunião.

2377 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2378 **Regional)** – Isso, então o que acontece, se foi, se eventualmente foi um
2379 equívoco...

2380 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2381 **ES)** – Isso vai abrir um precedente, viu Wilson, muito grande.

2382 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2383 **Regional)** – Você colocou que pode ter sido um equívoco, não é?

2384 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2385 **ES)** – Foi um equívoco, *data venia* inclusive do parecer da CONJUR, que eu
2386 respeito, mas houve um equívoco. Porque a petição não é um instrumento correto
2387 de recorrer de uma deliberação do Comitê de Bacia.

2388 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2389 **Regional)** – Então...

2390 **Sr. Vinícius Rocha Crespo de Oliveira (Pesca, Usuários de recursos Hídricos**
2391 **de Lazer e Turismo)** – Eu acho que a proposta da Roseli está mais, já está mais
2392 concluída ali, Wilson. Se você permitir, ela já projetou aqui, acho que já ficou mais
2393 claro.

2394 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2395 **Regional)** – Então pronto, então vai lá, Roseli.

2396 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** –
2397 Enquanto isso, eu gostaria de sugerir talvez um encaminhamento de uma
2398 normativa quanto a essa questão, como sugerido pelo Reginaldo lá atrás, para a
2399 gente rever isso. Vamos dar prosseguimento a essa questão, mas sinalizando que
2400 é preciso esclarecer e normatizar esse tipo de questão. Acho que poderia constar
2401 no relatório também, porque a sugestão do Reginaldo foi muito interessante,
2402 pertinente.

2403 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2404 **Regional)** – Vamos constar, eventualmente a gente poderia até constituir aqui um
2405 grupo de trabalho para de uma forma bem ágil, construir essa proposta. A gente
2406 poderia encaminhar assim também aqui na sequência. Mas vamos então, vou
2407 passar para a Roseli, para ela tomar então aí as manifestações de cada um dos
2408 representantes. Está ok? Por favor, Roseli.

2409 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Só
2410 inicialmente quero ver se a gente vai fazer essas duas votações, se vai
2411 recomendar o direito de petição ou só esse daqui. E se melhora esse texto.

2412 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2413 **Hidrelétrica)** – Roseli, é só a segunda, o direito de petição já foi conhecido.

2414 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2415 **Regional)** – Mas precisa conhecer o plenário.

2416 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Mas por nós,
2417 não o plenário.

2418 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2419 **Hidrelétrica)** – Foi conhecido pela CTAL, exatamente.

2420 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2421 **Regional)** – Nós reconhecemos direito de petição e analisar a questão, mas não
2422 significa que nós admitimos a petição.

2423 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2424 Roseli, eu queria só sugerir que o título em cima...

2425 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2426 **ES)** – Aí é contraditório, ou admite ou não admite.

2427 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2428 **Hidrelétrica)** – Nossa, está muito confuso isso, desculpa, desculpa, gente, é
2429 questão de ordem aí, está muito confusa essa questão.

2430 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2431 **ES)** – Fica reprisando de novo a mesma coisa.

2432 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2433 **Hidrelétrica)** - Parece que fica andando em círculo, cachorro correndo atrás do
2434 rabo.

2435 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Gente, mas é
2436 isso, o que eu estou falando é o seguinte, a CTAL pode ter um posicionamento e a
2437 Plenária, ela é que decide, a gente está recomendando.

2438 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Ela é soberana, é claro.

2439 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Claro, então
2440 ela pode chegar lá e falar não, eu não reconheço o direito de petição e não vou
2441 nem olhar isso daqui, entendeu? A gente reconheceu.

2442 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2443 **Hidrelétrica)** – Exatamente, mas a CTAL já conheceu.

2444 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2445 **Regional)** – É, isso daqui é para recomendar ao plenário.

2446 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2447 Não tem documento ainda da CTAL, a CTAL não se pronunciou ainda
2448 formalmente de forma nenhuma.

2449 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2450 **Hidrelétrica)** – Gente, vocês participaram da última reunião, desculpa.

2451 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2452 **Regional)** – Decidimos discutir a matéria, que admitimos.

2453 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2454 Roseli, eu sugeriria que o título lá em cima fosse conhecer da petição.

2455 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2456 **ES)** – Foi Ana que colocou, conhecer da petição? Conhecer da petição. Agora o
2457 que eu quero colocar, é que quem vai conhecer, nós vamos recomendar ao
2458 plenário, sim ou não, reconhece ou não reconhece.

2459 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2460 **Regional)** – Que quem tem que conhecer a petição é o plenário, é o que nós
2461 discutimos aqui agora pouco, se eventualmente foi algum equívoco da CTAL de
2462 ter conhecido e feito a discussão, realmente pode ter sido, mas vamos corrigir isso
2463 com o procedimento que nós vamos definir. Mas quem vai agora definir, e esse
2464 relatório nosso, essa votação que a gente vai colocar, é para que no relatório
2465 conste como recomendação da CTAL, que o plenário conheça ou não. E em
2466 segundo ponto que nós vamos, uma vez conhecendo, a gente vai recomendar
2467 também para não ter que voltar de novo para cá, se uma vez que se identificou
2468 atos abusivos, ilegal, recomendamos atender ou não.

2469 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2470 **ES)** – Se não conhecer da petição, Wilson.

2471 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2472 **Regional)** – Não reconhecer da petição, pronto, você corrige, por favor, Roseli.

2473 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2474 **ES)** – Se não conhecer da petição, a gente não entra na segunda votação.

2475 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2476 **Regional)** – Isso, não entra na segunda, lá no plenário.

2477 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2478 **ES)** – Aqui também.

2479 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Não,
2480 Reginaldo, a gente só está recomendando. Vamos votar? Vamos votar, e aí quem,
2481 e aí a gente manda do jeito que saiu o voto. Que aí fica registrado se todo mundo
2482 reconheceu o direito de petição, quem reconhece ou não, e fica aí registrado
2483 também.

2484 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2485 **ES)** – Roseli, são duas coisas. Uma coisa, deixa eu te explicar, uma coisa é
2486 reconhecer o direito de petição, isso não tem como não reconhecer, uma outra
2487 coisa, hoje outra coisa é o juízo de admissibilidade, igual o Mauro falou, aí a gente

2488 vai admitir ou não a petição. Uma coisa é reconhecer o direito de petição, que está
2489 prevista na constituição.

2490 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** – A
2491 gente não está discutindo o direito, a gente está discutindo assim, a gente recebeu
2492 essa petição.

2493 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2494 **ES)** – Se vamos admitir ou não a petição. Não admitindo a petição, não admitindo
2495 o requerimento, esse instrumento aí, a gente não tem nem que recomendar o
2496 plenário, recomenda-se que não se admite e ao mesmo tempo não se entra no
2497 mérito, agora se conhecer a petição, se conhecer, admitir, admitir, nós estamos
2498 admitindo até como recurso, apesar da ilegalidade da preclusão do recurso, do
2499 instrumento incorreto que é essa petição, a gente vai entrar no mérito. Aí no mérito
2500 a gente vai dizer se o ato, se a deliberação 88 do comitê foi ou não ilegal ou
2501 ilegítimo ou não. Se a gente conhece a petição, conhecendo a petição, a gente vai
2502 recomendar ao plenário. Se acha que recomenda.

2503 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2504 **Regional)** – A questão é, deixa eu só, uma vez, a questão é, nós vamos colocar
2505 sim ou não, para o seguinte, uma vez não tendo sido identificados atos abusivos
2506 ou ilegais, recomendamos conhecer ou admitir ou não, o requerimento.
2507 Recomendamos.

2508 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Mas a gente não pode
2509 subverter a ordem, desculpe, mas a gente não pode, porque se a gente está
2510 dizendo e reconhece ou não, uma legalidade, para poder conhecer, admitir uma
2511 petição, a primeira coisa é, a petição chegou aqui na minha casa, eu vou olhar,
2512 está ok, está ok, admito, ela entra e depois eu vou ver o que é que ela quer. Se
2513 ela não está adequada, como não estava, mas a análise jurídica que foi feita diz
2514 que a despeito dessa não formalidade, pode ser o requerimento admitido como
2515 exercício do direito constitucional de petição. Então a gente faz esse exercício
2516 aqui, nós. Vamos conhecer a petição. Então esse é o juízo de admissibilidade. No
2517 mérito, entendemos assim, que não há ilegalidade flagrante que cite a anulação
2518 do ato do comitê. Ou existe nulidade de flagrante. E as duas coisas, porque quem
2519 vai deliberar propriamente é o plenário, a gente vai indicar qual foi a análise que a
2520 gente fez. Como a gente está dividido, a gente não vai ter como fechar um
2521 encaminhamento agora de votação para a parte meritória, porque a gente está
2522 dividido. A matéria ela transcende muito.

2523 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2524 **Hidrelétrica)** – Conhecido o direito de petição a partir do momento que se abriu o
2525 debate, é isso que está muito confuso.

2526 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2527 **ES)** – Gente, uma coisa é reconhecer o direito de petição, outra coisa é admitir a
2528 petição. São duas coisas diferentes.

2529 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2530 **Hidrelétrica)** – Gente, na última reunião foi discutido, existem indícios, existem. O
2531 parecer da CTAL disse: existe, existe, então vamos analisar. Foi isso a última
2532 reunião, desculpa, admissibilidade eu entendo que foi feita na última reunião.
2533 Agora se você quer recomendar, dia 15...

2534 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2535 **ES)** – É o plenário que decide.

2536 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2537 **Hidrelétrica)** – Então, mas é isso que está dizendo, deixa eu explicar, Reginaldo.
2538 Se a gente vai recomendar que eles não reconheçam, ok, mas a CTAL
2539 reconheceu aí.

2540 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2541 **ES)** – No direito, e a gente está lidando aqui com direito, com a lei, o termo é
2542 muito importante, são duas coisas diferentes, uma coisa é você reconhecer o
2543 direito de petição que eu acho que não há dúvida, a outra coisa é admitir esse
2544 instrumento aí como instrumento, da tentativa de anular uma decisão do comitê. É
2545 outra coisa, uma coisa é admitir a petição, admitir, outra coisa é conhecer o direito
2546 de petição.

2547 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2548 **Hidrelétrica)** – Exatamente, é o direito de admissibilidade.

2549 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Já tem um
2550 pessoal na fila aqui, viu, gente, tem um pessoal aqui na fila, vamos terminar aqui
2551 essas inscrições, porque já está bem tarde, não é Wilson?

2552 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2553 **Regional)** – É, eu acho o seguinte, a gente precisa aqui, a gente vai recomendar
2554 que o plenário reconheça? Eu não vou. Eu vou recomendar aqui o que uma, caso
2555 ele venha a conhecer, ou seja, de analisar o requerimento, e eu vou recomendar

2556 que não me retorne à deliberação para análise no Comitê do Paranaíba, tendo em
2557 vista que não houve ato ilegal. É isso.

2558 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Eu
2559 acho ótimo proceder dessa forma, mas a necessidade de parecer, como serão os
2560 próximos.

2561 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2562 **Regional)** – Eu queria pedir então, Mauro, você tem então alguma redação,
2563 alguma sugestão de redação aqui nos cabeçalhos que você queira sugerir? Por
2564 favor, Mauro.

2565 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Aqui nessa parte de
2566 conhecer da petição, é isso?

2567 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2568 **Regional)** – Isso, queria que você sugerisse o termo aqui do cabeçalho para a
2569 Roseli, eventualmente reescrever. Porque até a questão da admissibilidade e a
2570 questão do mérito, se houve ou não, ato ilegal. Então a gente precisa ter essas
2571 duas votações. Então se você tiver alguma sugestão de colocar aqui no
2572 cabeçalho.

2573 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2574 Wilson, eu queria te interromper um pouco, mas só para ficar claro essa parte de
2575 conhecer ou não, a petição. A gente tem que ir direto ao documento que a gente
2576 chegou, recebeu da ABRAGEL, e olhar lá dos pedidos. Qual que é o pedido deles,
2577 eles pedem que a gente, que a CNRH conclua pela necessidade de revisão da
2578 deliberação 88 do Comitê de Bacia lá de Paranaíba, e que devolva a matéria para
2579 que o CBH realize a nova deliberação. Assim, é competência do CNRH fazer isso,
2580 é instância para discutir esse tipo de questão? Então se nem é, isso a gente não
2581 conhece, porque não é, esse assunto, esse tipo de assunto.

2582 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2583 **ES)** – É competência do CNRH se o instrumento de recurso viesse redondo,
2584 dentro da formalidade correta, não estando precluso, essa questão é de mérito, o
2585 pedido da ABRAGEL, veja bem, o pedido da ABRAGEL é o mérito.

2586 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2587 Olha só, uma coisa está ficando muito confusa, no Regimento Interno fala que a
2588 gente arbitra sobre os conflitos encaminhados pelos conselhos. Essa carta a gente
2589 recebeu da ABRAGEL, então a partir do momento que a gente conhece desse tipo

2590 de recurso, a gente abre precedente para todo setor elétrico, todos os outros, que
2591 qualquer pessoa que não seja os comitês de bacia, a entrar com o pedido de
2592 revisão, e isso a gente acaba enfraquecendo as agências reguladoras, a gente
2593 acaba enfraquecendo os comitês de bacia, a gente ataca todo sistema do CNRH.
2594 Então é importante usar os termos de forma correta, porque não devemos
2595 conhecer desse tipo de recurso, porque a gente não pode fazer essa alteração,
2596 assim, se eles têm algum pedido de petição, que haja uma irregularidade, que
2597 haja uma ilegalidade, que entre nas vias judiciais, que entre em outro lugar,
2598 porque a instância do CNRH não é instância competente para esse tipo de
2599 discussão, é esse o ponto, é essa coisa que eu queria falar. Então assim, gostaria
2600 que ficasse nos termos sendo corretamente utilizados, que seja assim, se for fazer
2601 a votação de conhecer ou não, o mérito, e porque assim, de qualquer forma,
2602 apesar da Ata de reunião acontecida, a última reunião, não saiu nenhum
2603 documento onde a CTAL se manifestou conhecer desse tipo de recurso, que para
2604 mim é um recurso revestido de petição, que não diz, não cumpre os requisitos de
2605 uma petição, e não é instância para discussão desse tipo de matéria aqui no
2606 CNRH.

2607 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2608 **Regional)** – Ok, por esse motivo que eu voto por não, se é conhecer a petição, se
2609 não é, os advogados aqui nos ajudem a escrever. Por isso que eu peço, então eu
2610 voto aqui por não conhecer da petição, se é esse o termo jurídico correto. E eu
2611 voto por uma vez que não se identificou, não atendeu o requerimento. Não
2612 reconheceu, isso mesmo, Roseli. Ajusta, por favor.

2613 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2614 **ES)** – Não reconheceu a solicitação feita pelo mérito. Conselheiro e pronto.

2615 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2616 **Regional)** – Hum, hum.

2617 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Wilson, é a Nayra.

2618 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2619 **Regional)** – A gente vai fazer os ajustes do ponto de vista dos termos jurídicos
2620 corretos, caso a gente não chegue a uma conclusão de qual que é. Está bom?

2621 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
2622 **Hidrelétrica)** – Wilson, só para poder, fica todo mundo preso a questão de evitar
2623 conflitos lá entre conselhos, acho que a gente precisa ler melhor um pouquinho a
2624 lei, sabe, para a gente guardar melhor um pouquinho. No Artigo 32, Inciso II,

2625 Política Nacional de Recursos Hídricos constitui o objetivo do Sistema Nacional de
2626 Gerenciamento, onde arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com
2627 os recursos hídricos. Então está lá na lei, está direitinho colocado, aí fica fixando
2628 em artigo que seja negativo.

2629 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura) –**
2630 Mas assim, eu não estou competindo, não arbitra, mas elas são remetidas pelos
2631 comitês de bacia.

2632 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
2633 **Hidrelétrica) –** Não, não, não, não, não, conselhos relacionados entre usuários.
2634 Artigo 32 é Conselho de Usuários. Lá no Artigo 12 é Comitê de Bacia. É conflito de
2635 uso.

2636 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2637 **Regional) –** Roseli, faz alteração aqui para mim no texto, para eu encaminhar
2638 então à votação, queria encerrar a discussão. Só um minuto, nessa coluna FGH,
2639 você escreve, por favor, Roseli: uma vez não se identificou atos abusivos ilegais
2640 na deliberação, recomendamos não acolher o pleito. Recomendamos não acolher
2641 o pleito. Aí esse vai ser essa votação. Ok? E na coluna CDE, no cabeçalho...

2642 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2643 **ES) –** Eu ainda estou com dúvida.

2644 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2645 **Regional) –** Não conhecer da petição.

2646 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2647 **ES) –** Não conhecer, conhecer ou não conhecer da petição, sim ou não?

2648 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2649 **Hidrelétrica) –** Você recomendar para ele não conhecer o direito de petição, você
2650 está recomendando que ele não conheça porque não existe legalidade ou
2651 abusividade.

2652 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2653 **Regional) –** Entendi. É por isso que mereceria só essa votação do CNRH, não é
2654 isso, Júlia?

2655 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2656 **Hidrelétrica) –** Exato.

2657 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2658 **Regional)** – Então pronto, então vamos colocar o CDE, e vamos então partir, se a
2659 gente identifica que não tem ato abusivo ilegal, a gente não vai reconhecer, ok?

2660 **Sr. Patrick Thomas (ANA)** – Wilson, me desculpa aqui, Patrick. O parecer da
2661 CONJUR foi bem claro, são duas decisões, uma decisão é conhecer ou não da
2662 petição. E a outra decisão é quanto ao mérito. Que é você julgar favorável ou não,
2663 ao pleito. Se você não decide não conhecer, aí não cabe análise de mérito,
2664 obviamente. Agora se você decidir conhecer, aí tem a análise de mérito, mas são
2665 duas decisões diferentes.

2666 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2667 **ES)** – Primeiro você tem que votar em conhecer ou não. Se você não conhecer,
2668 você não tem que discutir o mérito, se houve abusividade, ilegalidade no ato do
2669 comitê. Isso é mérito, isso é mérito.

2670 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2671 **Regional)** – Eu gostaria que a gente já deixasse registrado se é maioria ou não,
2672 mesmo aqui na CTAL, a gente está discutindo, então a gente tem o registro
2673 também da segunda coluna, é importante, mesmo que lá no plenário, o plenário
2674 vai não reconhecer, ok, é importante a gente.

2675 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2676 **ES)** – Wilson, você pode recomendar, recomendar, se reconhecer, não acatar o
2677 pleito, se reconhecer, se o plenário conhecer, que nós vamos indicar para não
2678 conhecer da petição. Se o plenário que decide, disser não, nós vamos conhecer
2679 sim, então se conhecer, não admitir o pleito, não recomendar, não aceitar, pela
2680 inexistência de abusividade na deliberação do comitê. Pode ser assim?

2681 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2682 **Regional)** – Pode, pode sim. Por favor, Roseli, põe de novo então sua tela para a
2683 gente então tomar as manifestações.

2684 **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca, Lazer e Turismo)** – Wilson, eu queria antes de
2685 começar a votação, eu queria deixar registrado que toda essa confusão se deu por
2686 conta do encaminhamento equivocado na última reunião, que nós fizemos uma
2687 votação, que era para enviar primeiro para o Conselho, para ver a admissibilidade,
2688 para depois nós analisarmos. E se decidiu ao contrário. Se decidiu que nós
2689 iríamos analisar se pedia o parecer para a CONJUR, quer dizer, se inverteu a
2690 ordem processual. E toda essa confusão está por conta desse equívoco de

2691 procedimento. Estou frisando isso, para nós não repetirmos esse erro, nos
2692 arvorarmos em assuntos que nós não temos competência para decisão.

2693 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Então
2694 é um aprendizado, uma lição aprendida.

2695 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Wilson, Wilson, Nayra aqui da Procuradoria. O que o
2696 Wilson acabou de falar aí também é exatamente isso, deixar claro que na última
2697 reunião, foram colocadas em votação duas propostas, e essas propostas era entre
2698 os pontos acatar o requerimento, solicitar manifestação da ANA, e na outra
2699 proposta do próprio Wilson Azevedo, era de ouvir primeiro o CNRH. Encaminhar
2700 para o CNRH. A proposta mais votada foi primeiro de conhecer o direito, solicitar
2701 manifestação da ANA. Mas ficou na reunião pela minha elaboração aqui, de que
2702 primeiro ia se ouvir a ANA, ia se ouvir a complementação pelo comitê, a
2703 complementação da ABRAGE e ABRAGEL, como ocorreu tudo isso, para depois
2704 se deliberar sobre o recebimento ou não. Então isso em momento algum na última
2705 reunião, na 7ª Reunião da CTAL, foi deliberado, essa petição ainda não tinha sido
2706 analisada como recebida. Primeiro o que se abriu, foram votadas duas propostas,
2707 e essa análise do direito ia ser proveniente após as manifestações da ANA, do
2708 comitê e da ABRAGE e ABRAGEL para poder subsidiar. Então não teve, não teve
2709 na 7ª Reunião da CTAL, nenhuma análise sobre admissibilidade, não teve. Ficou
2710 para ser votado depois.

2711 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2712 **Regional)** – Sim, e é o caso que a gente está encaminhando aqui agora.

2713 **Sra. Nayra Adami (ANA)** – Exatamente, isso.

2714 **(00:39:58) Interlocutor não identificado** – Wilson, acho que ela entrou, do item
2715 30 do parecer é importante, porque é exatamente o que é preciso ser feito agora.

2716 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2717 **ES)** – É conhecer da petição, não é do direito, não.

2718 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2719 **Regional)** – Caso o CNRH delibere por conhecer do recurso, a título de direito de
2720 petição do recorrente, conforme aqui explicado, recomenda-se que antes da
2721 deliberação de mérito do CNRH, acerca das questões recursais suscitadas, a ANA
2722 seja instada a se manifestar a fim de subsidiar a decisão. Foi o que nós fizemos
2723 hoje, nós tivemos inclusive uma manifestação complementar, tanto do setor

2724 elétrico, quanto do comitê. Mas o que o parecer colocava, principalmente era ouvir
2725 a ANA.

2726 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2727 **Hidrelétrica)** – Wilson, coloca como estava antes aquele negócio, então
2728 recomendamos não reconhecer. Recomenda conhecer ou não conhecer. Daí diz
2729 todo mundo ali, recomenda não conhecer. Daí diz assim: se reconhecer.

2730 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2731 **ES)** – Se o plenário resolver conhecer, recomenda-se que não.

2732 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionarias e Autorizadas de Geração**
2733 **Hidrelétrica)** – Ficar rodando, rodando e pronto.

2734 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2735 **ES)** – Gente, são duas votações que nós vamos fazer agora. Nós vamos votar se
2736 nós vamos conhecer ou não, o requerimento, essa petição da ABRAGE e
2737 ABRAGEL. Então aí nós vamos decidir, beleza, nós vamos recomendar que não
2738 se admita, que não se conheça, não é reconhecer, não, não se conheça.

2739 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2740 **Regional)** – Recomenda-se conhecer a petição?

2741 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2742 **ES)** – Veja bem, não é aí, não, gente. Conhecer ou não, a petição. Pode colocar
2743 aqui, admissibilidade da petição. Sim, admite-se, não, não se admite. Certo? Isso
2744 é uma votação. Em caso do plenário, o plenário é soberano, nós vamos indicar
2745 para não conhecer da petição. Se por acaso ele resolver conhecer, aí nós vamos
2746 em se conhecendo, em o plenário se conhecendo, em se conhecendo, nós vamos
2747 recomendar que ele não acate o pedido da ABRAGE e ABRAGEL, por não haver
2748 ilegalidade e ilegitimidade no ato do Comitê da Bacia.

2749 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – E já foi votado que não se
2750 admite?

2751 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2752 **ES)** – Não, não foi votado. Tem que votar isso aqui, primeiro.

2753 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Vamos votar.

2754 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2755 **ES)** – Antecipando uma deliberação que não foi feita ainda.

2756 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Vamos votar primeiro a
2757 admissibilidade.

2758 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2759 **ES)** – Reconhecendo, recomendamos. Se nós dissermos aqui que nós não vamos
2760 admitir a petição, a CTAL recomenda-se não admitir a petição. O plenário, se
2761 resolver conhecer da petição, recomenda-se que não dê provimento ao pedido,
2762 por não existir ilegalidade e ilegitimidade na Deliberação 88 do Comitê do Rio
2763 Paranaíba.

2764 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2765 **Regional)** – Então se conhecendo, Roseli, fica assim, em se conhecendo.

2766 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2767 **ES)** – Quem vai julgar no final, é o plenário, nós vamos indicar, nós vamos indicar,
2768 não vamos.

2769 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2770 **Regional)** – Roseli? Em se conhecendo, Roseli.

2771 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2772 **Regional)** – Ok. Em se conhecendo, em se conhecendo o requerimento, existe,
2773 foi identificado o ato abusivo ilegal. Em se conhecendo, foi identificado ato...

2774 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Espera aí, gente. Eu acho
2775 que aqui é só um quadro para votação do momento, depois vai ter o texto do
2776 relatório que vai indicar o que é que se apreciou. Aí é só o seguinte, olha,
2777 admissibilidade da petição, sim ou não. O outro quadro, mérito, provimento ou
2778 desprovimento do pedido.

2779 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2780 **ES)** – Exatamente.

2781 **Sr. Allysson Mazzarin** – Ô Wilson, eu tenho uma questão aqui também.

2782 **(00:44:20) Interlocutora não identificada** – Vamos votar, gente?

2783 **Sr. Allysson Mazzarin** (Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de
2784 Água e de Esgotamento Sanitário) – Porque assim, a gente já conheceu a matéria,
2785 a gente já conheceu a matéria, a gente já discutiu. Então o que a gente fala,
2786 conhecemos.

2787 **Sr. Mauro Sousa (Ministério de Minas e Energia)** – Nós analisamos, mas não
2788 conhecemos. Não é decisão ainda, nem de admissibilidade, nem de mérito.

2789 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2790 **Regional)** – Por favor, deixa então eu concluir aqui, senão a gente não vai chegar.

2791 **(00:44:47) Interlocutor não identificado** – Wilson, por que é que a gente não fala
2792 que a CTAL ao analisar a matéria, recomenda por não devolver o processo ao
2793 comitê e pronto.

2794 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** – É
2795 que dessa forma você conhece a petição, aí você diz que é competência.

2796 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2797 **ES)** – Que o instrumento é legal, que o instrumento está correto, e não está.

2798 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** – A
2799 verdade é que a gente não pode tirar a independência da ANA, a gente não pode
2800 tirar a força dos conselhos regionais. A gente não pode revisar e alterar o
2801 entendimento, a gente não pode impugnar o ato, isso aqui não pode ser um
2802 recurso improprio. A gente não pode acontecer um recurso improprio, hierárquico
2803 improprio aqui agora.

2804 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2805 **ES)** – Sim, por isso que nós vamos, a sugestão é não admitir, não admitir.

2806 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – É o seguinte,
2807 a Rosa já está há um tempão querendo falar, vamos deixar ela falar, depois
2808 Wilson, e aí a gente finaliza e vamos decidir aqui qual que vai ser a votação, que
2809 senão a gente não vai sair hoje daqui, e já são quase 7h. Rosa, por favor.

2810 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – A
2811 minha sugestão é que votemos sim ou não na primeira parte, sim ou não ou
2812 abstenção na segunda parte, quem for redigir o relatório, vai encontrar a melhor
2813 expressão, e depois na próxima reunião, a gente revisa. Acho que a gente não
2814 precisa discutir os detalhes aqui, a gente sabe o que significa sim ou não ou
2815 abstenção na primeira e na segunda coluna, pronto.

2816 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2817 **Regional)** – É isso aí. Então é só para a redação aqui não dar dúvida sobre a
2818 pergunta, Roseli, você escreve o seguinte, em se conhecendo. Foi identificado,
2819 por favor, deixa eu concluir. Foi identificado ato abusivo ilegal na deliberação, é

2820 isso. Foi identificado ato abusivo ou ilegal na deliberação. Pronto, pode apagar o
2821 restante. É isso, então a gente vai agora se manifestar se entende pela
2822 admissibilidade ou não, e se entende que há ou não, ato abusivo e ilegal na
2823 deliberação, que é a essência do que está posto no parecer, e no relatório a gente
2824 vai descrever e detalhar com os aspectos jurídicos, os termos corretos para
2825 registrar então essa manifestação da CTAL. Está ok? Então queria encaminhar
2826 então para votação, Roseli.

2827 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2828 **Regional)** – É meu voto então, é pela não admissibilidade da petição, e não foi
2829 identificado ato abusivo ilegal. Ok?

2830 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Ministério da
2831 Justiça. Acho que eles não estão presentes.

2832 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2833 **Regional)** – Isso, foi a presença que nós tivemos. Ok.

2834 **Sra. Maria do Socorro (Indústrias)** – Uma questão de ordem. Tem que votar
2835 primeiro a primeira coluna, não pode votar nas duas. Eu entendo dessa forma.

2836 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2837 **Regional)** – Mas sabe por que, Socorro?

2838 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2839 **ES)** – Nós temos que votar, porque nós vamos indicar para o plenário. Por isso
2840 nós temos que votar as duas.

2841 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2842 Camila aqui, Infraestrutura. Não, não.

2843 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Obrigada,
2844 Camila.

2845 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** – É
2846 embaixo, embaixo.

2847 **(00:48:14) Interlocutor não identificado** – Compreensivo pelo adiantado da hora.

2848 **(00:48:14) Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do**
2849 **Desenvolvimento Regional)** – Ministério da Agricultura. MAPA.

2850 **(00:48:14) Interlocutor não identificado** – Não e não. Não e não.

2851 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2852 **Regional)** – Ok. Minas e Energia, Mauro.

2853 **Sr. Igor** – Mauro está em outra reunião ao mesmo tempo. Sim e sim, por favor.

2854 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Obrigada,
2855 Igor.

2856 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2857 **Regional)** – Igor, não é? Ok. Reginaldo.

2858 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2859 **ES)** – Não, não.

2860 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2861 **Regional)** – Ok. Nós estamos com representantes do Sul, presentes?

2862 **Sr. Leonardo Ferreira (Conselho Estadual de Recursos Hídricos RS, SC e PR)**
2863 – Sim, Leonardo Ferreira.

2864 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2865 **Regional)** – Opa, Leonardo.

2866 **Sr. Leonardo Ferreira (Conselho Estadual de Recursos Hídricos RS, SC e PR)**
2867 – Não e não.

2868 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2869 **Regional)** – Ok, obrigado. Conselhos da região abrangendo Minas, Rio e São
2870 Paulo.

2871 **Sr. Cesar Martins Louvison (Conselho Estadual de Recursos Hídricos MG,**
2872 **RJ e SP)** – Não e não.

2873 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2874 **Regional)** – Quem que votou, por favor?

2875 **Sr. Cesar Martins Louvison (Conselho Estadual de Recursos Hídricos MG,**
2876 **RJ e SP)** – César.

2877 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2878 **Regional)** – Opa, César, obrigado. Conselhos representantes do Ceará, Piauí e
2879 Maranhão? Não me lembro se tinha alguém presente no início, acho que não, não
2880 é? Irrigantes.

2881 **Sra. Jordana Girardello (Irrigantes)** – Não e não.

2882 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2883 **Regional)** – Jordana, não é, que votou?

2884 **Sra. Jordana Girardello (Irrigantes)** – Isso.

2885 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2886 **Regional)** – Ok. Indústria.

2887 **Sra. Maria do Socorro Lima Castello Branco (Indústrias)** – Sim e sim.

2888 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2889 **Regional)** – Ok, Socorro. Prestadores de serviço público do abastecimento de
2890 água, esgoto e sanitário.

2891 **Sr. Alysson Mazzarin** – Não e não.

2892 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2893 **Regional)** – Ok. Concessionárias de geração de energia.

2894 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2895 **Hidrelétrica)** – Júlia, sim e sim.

2896 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2897 **Regional)** – Pescadores e usuários de recursos hídricos, lazer e turismo.

2898 **Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos**
2899 **Lazer e Turismo)** – Não e não.

2900 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2901 **Regional)** – Ok, meu xará, Wilson. Você marcou sim, é não no caso, não é
2902 Roseli? A seguinte. Ok. Comitês de Bacias Hidrográficas da União. Estamos com
2903 presença de algum representante, Breno ou Luiz Roberto Farias?

2904 **Sr. Breno Lasmar (Comitê de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União)**
2905 – Eu acho que o Roberto estava presente, porque quando eu estava
2906 representando o comitê, ele estava aqui. De toda forma é não, não.

2907 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2908 **Regional)** – Ok.

2909 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2910 **Hidrelétrica)** – Mas como assim, não tem o representante, alguém pode votar por
2911 ele?

2912 **Sr. Breno Lasmar (Comitê de Bacias Hidrográficas rios de Domínio da União)**
2913 – Eu sou representante.

2914 **Sra. Júlia Heidrich Sagaz (Concessionárias e Autorizadas de Geração**
2915 **Hidrelétrica)** – Ah está bem, então está, desculpa, eu estava achando confuso.

2916 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2917 **Regional)** – Não, mas é o Breno mesmo, o titular que votou. Organizações
2918 Técnicas de Ensino e Pesquisa.

2919 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2920 **Regional)** – A Rosa.

2921 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Não e
2922 não.

2923 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2924 **Regional)** – Organizações não governamentais. João Clímaco, tinha visto ele por
2925 aí. Ou a Liliam?

2926 **Sra. Liliam Cristina de Moraes Guimarães Bozzi (Organizações não**
2927 **Governamentais)** – Liliam, estou aqui. Não e não, por favor.

2928 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2929 **Regional)** – Ok. Ok.

2930 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Resultando
2931 12 não, 12 não. Então pela não admissibilidade, e se o CNRH reconhecer, que
2932 não foi identificado atos abusivos e ilegais.

2933 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2934 **Regional)** – Ok. Então a gente se compromete, a gente se compromete a fazer
2935 esse relatório de forma a complementar a Ata, damos então de forma
2936 encaminhamento direto aí para o plenário. E a gente faz então uma reunião para a
2937 leitura e aprovação desse relatório na próxima reunião da CTAL. Tem data
2938 marcada já, Roseli?

2939 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Wilson, tem
2940 uma data para agosto, aí talvez a gente possa antecipar, porque vai ter uma
2941 reunião do CNRH em agosto, não é?

2942 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2943 **Regional)** – É.

2944 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2945 Quem vai ficar responsável por esse relatório?

2946 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2947 **Regional)** – A gente vai fazer por aqui, Ana. A não ser também que alguém se
2948 comprometa a ajudar, Roseli, na confecção, fique à vontade se alguém puder.

2949 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2950 Eu me ofereço a ajudar.

2951 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Te agradeço.

2952 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2953 **ES)** – Se precisar, Roseli, você me comunica.

2954 **Sra. Roseli dos Santos Souza (Secretaria Executiva do CNRH)** – Vamos
2955 precisar.

2956 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2957 **Regional)** – Muito bem. Então agradeço aí a gente ter vencido esse ponto da
2958 pauta, e eu queria só colocar então sobre esse encaminhamento também, de nós
2959 na próxima reunião, fazermos a discussão sobre a normatização desses
2960 procedimentos para que a gente trate de uma forma mais adequada outros
2961 recursos que por bem, que possam vir futuramente. Está ok? Acho que nós temos
2962 que tirar essa lição. E aí inicialmente eu tinha pensado de fazer uma proposta
2963 também construída aqui pela Secretaria-Executiva do CNRH, e trazer ela para o
2964 debate. Mas a gente pode também eventualmente deliberar de montar um grupo
2965 de trabalho para discutir esse assunto.

2966 **Sra. Ana Camila Martins Bernardes Figueira (Ministério da Infraestrutura)** –
2967 Eu também me ofereço a discutir um rito, fazer um documento que formalize as
2968 próximas.

2969 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2970 **Regional)** – Eu acredito que vai ser uma resolução, viu Ana, pelo que a gente

2971 discutiu aqui internamente. E é essencial que a gente tenha esse material. Então
2972 Roseli, Anderson, eu, vamos trabalhar nisso. Ana então se dispôs, Ana Camila,
2973 agradeço aí pela disposição, se tiver mais alguém também que possa participar,
2974 seria interessante. Mas de qualquer forma, a gente vai trazer para a discussão
2975 aqui da CTAL, para a gente tentar aprovar o quanto antes essa matéria também,
2976 para ter uma resolução aprovada ainda no segundo semestre.

2977 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – E o
2978 pai da ideia, não vai participar não, Reginaldo?

2979 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2980 **ES)** – Eu estou à disposição.

2981 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2982 **Regional)** – Então pronto, Reginaldo, a gente vai trabalhando numa minuta
2983 original.

2984 **Sr. Reginaldo Pereira Miguel (Conselho Estadual de Recursos Hídricos DF e**
2985 **ES)** – Mas a ideia foi o próprio coordenador da Câmara Técnica. E eu apoiei.

2986 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Então
2987 ótimo, correção.

2988 **Sr. Luiz Roberto Porto Farias (Comitê de Bacia Hidrográficas rios de Domínio**
2989 **da União)** – Eu também estou à disposição.

2990 **Sra. Rosa Maria Formiga Organizações Téc. E de Ensino e Pesquisa)** – Dois
2991 pais então, pronto.

2992 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2993 **Regional)** – Muito bem. Quem colocou à disposição foi? Eu não ouvi.

2994 **Sr. Luiz Roberto Porto Farias (Comitê de Bacia Hidrográficas rios de Domínio**
2995 **da União)** – Roberto.

2996 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
2997 **Regional)** – Opa, Roberto. Então pronto, nós vamos trabalhar numa minuta inicial,
2998 a gente marca uma conversa então com o Roberto, a Ana e o Reginaldo também
2999 para uma contribuição prévia, de forma que na próxima reunião da CTAL, a gente
3000 já traga um texto para o debate. Está ok?

3001 **Sr. Wilson de Azevedo Filho** – Qual vai ser a data mesmo da reunião?

3002 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3003 **Regional)** – Eu acredito que no início de agosto, Wilson. A gente vai, a gente
3004 comunica. Mas acredito que no início de agosto para que a gente possa levar o
3005 relatório para a reunião do plenário no final de agosto, ok?

3006 **Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos**
3007 **Lazer e Turismo)** – Obrigado.

3008 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3009 **Regional)** – Muito bem, gente, eu agradeço. Acho que foi um trabalho, foi um
3010 debate importante, a gente aqui vai levar esse aprendizado para que a gente não
3011 repita as eventuais falhas na condução desse processo aí, que Goretti comentou
3012 que cinco anos, tinha citado três, acho que foi bem mais que isso. Mas, e que a
3013 gente também encaminhe como fez, e deixar essa discussão, a gente não pode
3014 aqui claro, a gente tem que prezar pelos usos múltiplos, mas tem a importância da
3015 geração de energia, tem importância da produção agropecuária para o país, enfim,
3016 todos os usos tem a sua relevância para o desenvolvimento. E a gente tem um
3017 desafio aí de discutir essa crise na bacia, que ela não vai, ela não resolve com
3018 essa deliberação 88, ficou muito claro que a gente vai ter ainda a intensificação de
3019 conflitos na bacia, é muito importante o trabalho que a ANA está fazendo piloto
3020 nessa bacia, de fazer essa união aí entre os vários órgãos gestores, e que na
3021 essência é essencial, é importantíssimo que a gente faça uma boa fiscalização
3022 nos usos dessa água. Afinal, caso não venha a fazer esse controle gerencial e de
3023 fiscalização, a gente tem um risco aí de comprometer os usos ajuzantes, a gente
3024 tem a Barragem Batalha como principal dos usuários aí ajuzantes nessa subacia
3025 do São Marcos. Para...

3026 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
3027 **Hidrelétrica)** – Wilson, é só para poder confirmar o que você estava falando, a
3028 DRH é de março de 2018, então não tem como ter mais de três anos, não.

3029 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3030 **Regional)** – Eu me lembrava algo em torno de três anos.

3031 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
3032 **Hidrelétrica)** – Pois é, as pessoas discutem as coisas sem nem saber quanto
3033 tempo está discutindo.

3034 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3035 **Regional)** – Ok. E assim, eu acho que é importante a gente tentar aproveitar o
3036 máximo essa discussão nossa, para fazer, para ter um proveito dela, para refletir

3037 algumas ações e metas aí para o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então
3038 outras bacias têm conflitos também intensos, essa do São Marcos, eu acho que
3039 merece essa questão especial do Plano Nacional. E aí eu convido então a CTAL
3040 para que a gente também no encaminhamento da discussão do CNRH, do PNRH,
3041 a gente possa também levar contribuições desse debate para o plano. Está ok?
3042 Então é isso.

3043 **(00:58:25) Interlocutor não identificado** – Obrigado, Aparecida, pela correção,
3044 foram só quatro anos, mesmo, tem razão.

3045 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
3046 **Hidrelétrica)** – Três, 18 para 21, são três anos.

3047 **(00:58:25) Interlocutor não identificado** – 18, 19, 20 e 21, pelas minhas contas
3048 deu quatro.

3049 **Sra. Maria Aparecida Vargas (Concessionárias e Autorizadas da Geração**
3050 **Hidrelétrica)** – Como é que você conta um ano, só em 2019 que completa um
3051 ano.

3052 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3053 **Regional)** – Mas é um detalhe, Aparecida. O fato é que isso deveria ter sido
3054 resolvido tempestivamente.

3055 **(00:58:25) Interlocutor não identificado** – O importante é que foi rápido.

3056 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3057 **Regional)** – Mas enfim, vamos encaminhar, eu agradeço muito o debate saudável
3058 que a gente teve. E a gente tem aí essa missão dessa pendência que estava já
3059 conosco desde a gestão anterior do CNRH, tendo finalmente um
3060 encaminhamento. Está ok? Obrigado aí pela presença de todos, pelo quórum
3061 qualificado que a gente teve na reunião, e a gente fica então à disposição caso
3062 precisar de alguma conversa, estamos aqui à disposição, vamos trabalhar num
3063 relatório, vai ser um relatório complexo, mas a gente vai submeter com
3064 antecipação para que todos possam contribuir. Está ok?

3065 **(00:59:00) Interlocutor não identificado** – Obrigado, boa noite.

3066 **Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior – (Ministério do Desenvolvimento**
3067 **Regional)** – Boa noite.